



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO EM FILOSOFIA**

**EVELINE SILVA OURIQUES**

**A SPRACHKRITIK E OS PRESSUPOSTOS (ONTO)LÓGICOS DO  
*TRACTATUS***

**RECIFE  
2014**

**EVELINE SILVA OURIQUES**

**A SPRACHKRITIK E OS PRESSUPOSTOS (ONTO)LÓGICOS DO *TRACTATUS***

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia  
Linha de pesquisa: Ontologia  
Orientador: Prof. Dr. Tárik de Athayde Prata

RECIFE

2014

Catalogação na fonte  
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

O93s Ouriques, Eveline Silva.  
A *Sprachkritik* e os pressupostos (onto)lógicos do *Tractatus* / Eveline Silva Ouriques. – 2014.  
113 f ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Tárik de Athayde Prata.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2014.  
Inclui Referências e apêndices.

1. Filosofia. 2. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 3. Lógica. 4. Criticismo (Filosofia). 5. Crítica da linguagem. I. Prata, Tárik de Athayde (Orientador). II. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-271)

EVELINE SILVA OURIQUES

**A SPRACHKRITIK E OS PRESSUPOSTOS (ONTO)LÓGICOS DO *TRACTATUS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia

Aprovada em: 11/08/2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Dr. Tárik de Athayde Prata (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Érico Andrade Marques de Oliveira (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Giovanni da Silva Queiroz (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

Um filósofo é um homem que tem de curar muitas doenças do intelecto em si próprio antes de poder chegar às noções do bom senso.

L. Wittgenstein.

Isto parece se reduzir a um conselho prático: pare de se aborrecer com filosofia e se o infortúnio de ser um filósofo realmente lhe aconteceu, seria melhor que procurasse um trabalho mais respeitável e se tornasse uma enfermeira, um padre, um encanador ou um palhaço de circo; nestas áreas de atividade as pessoas se entendem muito bem sem fazer perguntas filosóficas impossíveis.

Leszek Kolakowski

## RESUMO

Ambicioso, o projeto tractatiano é ao mesmo tempo polêmico e fascinante. Na “tentativa” de solucionar todas as questões da Filosofia, Ludwig Wittgenstein desenvolveu uma *Crítica* que leva ao questionamento não só dos “paradigmas” lógico-filosóficos como todo o âmbito do conhecimento humano, inclusive científico, a partir da instituição da análise lógica como método de elucidação dos limites da significatividade. A presente pesquisa tem por objetivo trazer uma exegese sobre a *Sprachkritik* (crítica da linguagem) enunciada por Wittgenstein no aforisma 4.0031 do *Tractatus Logico-Philosophicus* (“*Toda Filosofia é crítica da linguagem*”) e defender a ideia de que esta tarefa crítica, eminentemente lógica, se baseia em pressupostos ontológicos, uma vez que no centro da relação isomórfica entre linguagem e mundo encontram-se os “*objetos simples*” (categoria ontológica fundamental do TLP), em cuja forma repousa o que há em comum entre linguagem e mundo. Tendo em vista que, na construção do *Tractatus*, Wittgenstein se vale de importantes referências de seus precursores, relacionamos inicialmente o pensamento tractatiano ao de Mauthner (autor citado diretamente por Wittgenstein no aforisma supracitado), apontando os pontos de aproximação e conflito entre as ideias de ambos, para em sequência e de maneira análoga – mas sob o foco da análise lógica – discutirmos as influências de Frege e de Russell. Por fim, trataremos da relação entre lógica e ontologia no *Tractatus*, procurando evidenciar como a lógica tractatiana se revela enquanto uma (onto)lógica, na medida em que ela brota dos elementos últimos da realidade, a saber os *objetos simples*, que são a forma fixa compartilhada entre todos os mundos pensáveis, de modo que neles está inscrita a forma comum entre mundo e linguagem (a forma lógica).

**Palavras-chave:** Wittgenstein. Crítica da linguagem. Lógica. Objeto.

## ABSTRACT

Ambitious, the tractarian project is controversial and fascinating. In "attempt" to settle all questions of philosophy, Ludwig Wittgenstein developed a critique that calls into question not only the logical-philosophical "paradigms" as the full scope of human, including scientific knowledge, from the institution of logical analysis as a method of clarifying the limits of significance. This research aims to bring an exegesis on *Sprachkritik* (critique of language) enunciated by Wittgenstein in the aphorism 4.0031 of the *Tractatus Logico-Philosophicus* ("Every Philosophy is 'critique of language'") and defend the idea that this critical task, eminently logical, is based on ontological assumptions, once it is in the center of the isomorphic relationship between language and world are the "simple objects" (fundamental ontological category of TLP), in which form rests what is in common between language and world. Considering that, in the construction of the *Tractatus*, Wittgenstein draws on important references of yours precursors, initially we relate the tractarian thought of the Mauthner's thought (author quoted directly by Wittgenstein in the above aphorism), pointing out points of conflict and approach between them; in sequence and in a similar manner – but from the standpoint of logical analysis – discussed the influences of Frege and Russell on the tractarian arguments. Finally, we discussed the relationship between logic and ontology in the *Tractatus*, seeking to demonstrate how tractarian logic is revealed as one (onto)logic, insofar as it springs the last elements of reality, the *simple objects*, that are the fixed form shared among all thinkable worlds, so that is in them entered the common form between world and language (the logical form).

**Keywords:** Wittgenstein. Critique of language. Logic. Object.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CV	Cultura e Valor
NB	Notebooks
IF	Investigações Filosóficas
TLP	Tractatus Logico-Philosophicus

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 LINGUAGEM E PERCEVEJOS: MAUTHNER, WITTGENSTEIN E A SPRACHKRITIK.....</b>	<b>15</b>
2.1 MAUTHNER: NIILISMO E LINGUAGEM.....	15
2.2 A SPRACHKRITIK WITTGENSTEINIANA.....	20
2.3 O ISOMORFISMO TRACTATIANO.....	22
2.4 DIZER E MOSTRAR.....	28
<b>3 FREGE E RUSSELL: LEGADOS E CONEXÕES.....</b>	<b>36</b>
3.1 O BEGRIFFSSCHRIFT E A LINGUAGEM ORDINÁRIA.....	36
3.2 FREGE E A NOÇÃO DE OBJETO WITTGENSTEINIANA.....	44
3.3 RUSSELL E O GÊNIO .....	54
3.4 A TEORIA RUSSELLIANA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS.....	57
3.5 A VERDADEIRA “INTRODUÇÃO” RUSSELLIANA AO <i>TRACTATUS</i> .....	63
<b>4 ONTOLOGIA E LÓGICA.....</b>	<b>68</b>
4.1 WITTGENSTEIN: A SPRACHKRITIK, OS OBJETOS E A LÓGICA.....	68
4.2 O DESAFIO (ONTO) LÓGICO DO <i>TRACTATUS</i> .....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Diz-se por vezes que a filosofia de um homem  
é uma questão de temperamento,  
e nisso há algo de verdadeiro”.

Ludwig Wittgenstein (CV, 1931, p.38<sup>1</sup>)

Falar sobre Filosofia Contemporânea e ignorar a relevância de Wittgenstein é uma tarefa impossível. Herdeiro direto de uma relevante tradição lógica, o pouco que publicou em vida e o legado inédito que aos poucos ainda está sendo revelado dá corpo a uma figura multifacetada: um visionário, muitas vezes incompreendido, com um tanto de gênio e talvez outro de “louco”, de tal forma que os limites dos dois muitas vezes nos confundem. O primeiro Wittgenstein, ou o *Early Wittgenstein*, como colocam os saxões, é um lógico que abarca um empreendimento descomunal e levanta uma bandeira – mais tarde encampada pelos pensadores do *Wiener Kreis* – e acaba inaugurando (intencionalmente ou não) uma tradição analítica que sobrevive até nossos dias. *Mas que “bandeira” é esta?* A de repensar a Filosofia sobre a ótica da linguagem, encampando uma tarefa crítica que procura separar o “joio do trigo”, revelando novos horizontes para o trabalho filosófico.

Mas em que contexto o nosso filósofo viveu, qual a importância disso para a sua formação e para seus escritos? A Europa *fin-de-siècle* fervia frente aos avanços tecnológicos que mudariam definitivamente os rumos do século XX. As inovações trouxeram uma nova forma de interagirmos com a informação: agora ela chegava numa velocidade até então inédita, mediada por aparelhos como o telefone e o telégrafo. De uma maneira análoga, o homem passa então a relacionar-se de uma maneira diferente com a linguagem que, paradoxalmente, passa a ser vista como vilã de um novo tempo que ainda assustava. *Pode a linguagem verdadeiramente nos comunicar algo? O que é a linguagem? Uma dádiva? Um fardo? Qual a sua essência?*

Wittgenstein coloca que “lutamos com a linguagem. Estamos envolvidos numa luta com a linguagem” (CV, 1931. p. 27); essa “batalha” o conduz à estruturação de sua tarefa crítica, explicitada no aforisma 4.0031 do *Tractatus Logico-Philosophicus*: “Toda filosofia é

<sup>1</sup> Nas citações do livro *Cultura e Valor* (referência bibliográfica completa: WITTGENSTEIN, Ludwig (1980) *Cultura e Valor*. Trad. Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70. 127 p) utilizaremos a seguinte notação daqui por diante: (CV, *ano de escrita das notas, página da edição constante nas referências*).

crítica da linguagem". Vários pensadores, incluindo contemporâneos de Ludwig Wittgenstein, trabalharam a linguagem e abordaram a questão de sua *Critica*; defendemos a ideia que a *Sprachkritik* idealizada por Wittgenstein é produto das influências intelectuais de seus contemporâneos – em particular Fritz Mauthner, Gottlob Frege e Bertrand Russell – e que ela, para além de possuir um caráter vital na formação de seu pensamento filosófico, constrói uma ponte com a “ontologia tractatiana” através da categoria dos objetos simples. Assim, somos colocados frente a necessidade de discutirmos a questão do objeto, que se coloca como um desafio, tendo em vista tratar-se de uma seara ainda pouco explorada (e um tanto controversa), que professa a possibilidade de um Wittgenstein metafísico, ou melhor dizendo, um Wittgenstein preocupado com as questões ontológicas fundamentais do pensamento filosófico.

Quanto à utilização das palavras 'metafísica' e 'ontologia' aplicadas ao *Tractatus Logico-Philosophicus* (que daqui por diante também poderá aparecer abreviado em nosso texto pela sigla TLP) cabe aqui procedermos a um breve esclarecimento que auxiliará no entendimento de nossa opção conceitual por um termo em detrimento do outro. Em primeiro lugar, tanto a ontologia quanto a metafísica não possuem um significado fixo, já que foram e são utilizados em diferentes escolas filosóficas para expressar diferentes visões da realidade. Ainda assim é possível traçarmos – não sem nos arriscarmos a nos utilizar de uma boa dose de arbitrariedade – distinções basilares entre estes termos. Uma das distinções mais esclarecedoras a nosso ver é a que Michael Loux sugere na introdução de seu livro “*Metaphysics: a Contemporary Introduction*” (2006). Loux nos fala de quatro sentidos que Aristóteles atribui à expressão “filosofia primeira”: 1) *teoria dos primeiros princípios e das primeiras causas*; 2) *investigação do ser enquanto ser*; segundo ele, a teoria das primeiras causas conduz à 3) *teologia*; e a investigação do ser enquanto ser conduz à 4) *teoria da substância*. Já que a teoria dos primeiros princípios e causas conduz a realidades suprassensíveis (onde se insere a teologia), é razoável denominar 1) e 3) de “metafísica”; e, uma vez que a investigação do ser enquanto ser é uma investigação categorial (assim como é uma categoria a noção de substância), é razoável chamar 2) e 4) de “ontologia”.

Partindo da análise acima, e considerando que o *Tractatus* traz em sua discussão subjacente a ideia de uma categoria da substância, em que pese a utilização por parte dos comentadores do termo “metafísica” aplicado à lógica e à filosofia wittgensteiniana,

defendemos a utilização do termo “ontologia” no que se refere ao TLP. Nossa escolha é creditada também ao fato da ênfase do nosso trabalho concentrar-se nas implicações dessa discussão para a lógica e não no debate de temas que se encontram mais próximos do terreno da ética e da estética — como o “indizível” e o “místico” — que estariam, segundo o critério de Loux que adotamos, mais próximos conceitualmente da acepção da palavra “metafísica”. Mesmo que esses assuntos sejam potencialmente instigantes, fogem à esfera do corte metodológico que optamos como fonte de orientação de nossa pesquisa, e mesmo que em alguns pontos façamos algum tipo de referência a estes temas como forma de contextualização, eles não ocuparão o foco de nossas discussões, ainda que não neguemos a sua potencial importância para outras possíveis interpretações do *Tractatus*.

A tarefa do *Tractatus* é uma tarefa “*crítica*” nos moldes daquela empreendida por Kant. Similar a Mauthner, Wittgenstein identifica a Filosofia com a *crítica da linguagem*. Todavia, ele vai se distanciar das concepções célicas de seu precursor — que havia resumido sua crítica a uma espécie de “niilismo linguístico”. No TLP, o que se propõe é algo mais razoável; se o silêncio (TLP: 7) permanece como a melhor “resposta”, este é o único caminho que realmente — e eticamente falando — pode conduzir ao verdadeiro transcendental, ao tão polêmico “misticismo” tractatiano. No primeiro Wittgenstein, o “silêncio” se faz necessário e se constitui enquanto fim último do verdadeiro alcance da existência; o que realmente importa é aquilo que não está dito, que só pode ser “vivido” (“*mostrado*”) no silêncio, no contato místico a respeito do qual não se pode especular, na medida em que a especulação e o nosso conhecimento do mundo estão fundamentalmente arraigados na linguagem. O mais importante então, está em “aprender a calar-se”. Cabe à filosofia — entendida como método ou atividade (TLP: 4.112) — a crítica da linguagem, que se materializa através da lógica, relacionando isomorficamente realidade (mundo) e linguagem.

Uma vez que tudo que se pode pensar pode ser pensado claramente e que tudo que podemos enunciar também pode ser enunciado claramente (TLP: 4.116), chegamos ao objetivo da crítica da linguagem tractatiana: conhecer o que se pode e o que não se pode pensar, *traçar os limites do pensamento*. Essa é a real tarefa da Filosofia — e não a de elaborar doutrinas que muitas vezes invadem o campo das ciências naturais, dando origem a contrassensos — mas sim utilizar-se do método lógico para elucidar as proposições da linguagem.

O presente trabalho fundamenta-se numa exegese da *Sprachkritik* e na discussão do

caráter ontológico da mesma. No título “A *Sprachkritik* e os fundamentos (onto)lógicos do *Tractatus*” nos permitimos a utilização de um “neologismo”: o termo “(onto)lógico”, significando que a ontologia e a lógica tractatiana estão intimamente imbricados, de tal forma que ao falarmos sobre uma devemos nos referir necessariamente à outra, pois ambas se complementam. Talvez os metafísicos mais ardorosos se frustem com a relação que traçamos, e com maior probabilidade alguns analíticos mais ferrenhos se sintam incomodados, mas o fato é que no decorrer de nossa pesquisa nos deparamos com uma espécie de “terceira via” – que esperamos que seja mais frutífera do que a levada a cabo pelos economistas, na intenção de conciliar os ideais da esquerda socialista e da direita liberal – que nos parece ao menos razoável e que, a nosso ver, se aproxima mais do *Wittgenstein filósofo* e do *Wittgenstein homem*.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é uma obra de ruptura, mas nem por isso Ludwig Wittgenstein se privou de reconhecer, anos mais tarde, a influência de alguns pensadores na sua formação intelectual. “Creio que há alguma verdade em minha ideia de que, de fato, apenas penso reproduutivamente. Não creio ter alguma vez *inventado* uma linha de pensamento, tirei-a sempre de outra pessoa qualquer. Simplesmente me aproveitei logo dela com entusiasmo para o meu trabalho de clarificação. Foi assim que me influenciaram Boltzmann, Hertz, Schopenhauer, Frege, Russell, Kraus, Loos, Weininger, Spengler e Sraffa.” (CV, 1931,p.36) (em destaque no original). Partindo desse fato, organizamos o corpo de nosso trabalho em três capítulos, nos quais tratamos das influências mais importantes para a elaboração da *Crítica* e da lógica wittgensteinianas e discutimos os principais pontos que envolvem a relação entre a *Sprachkritik* e a ontologia no TLP.

Inicialmente, no capítulo intitulado “Linguagem e percevejos: Mauthner, Wittgenstein e a *Sprachkritik*” discutimos a importância de Fritz Mauthner, cujo conjunto da obra é ainda pouquíssimo conhecido do grande público, mas que é citado diretamente por Wittgenstein no aforisma 4.0031 (central em nosso trabalho), bem como trataremos da crítica da linguagem wittgensteiniana, da isomorfia entre linguagem e mundo, e da distinção entre *dizer* (sagen) e *mostrar* (zeigen). Ao “delimitar o pensável, e com isso o impensável. (...) limitar o impensável de dentro, através do pensável” (TLP:4.114), a Filosofia não pode prescindir da lógica, ou mais precisamente da análise lógica (diferenciação dos argumentos válidos dos inválidos). Ao violar a lógica, a real tarefa da Filosofia se perde; o equívoco tácito

das “proposições” da filosofia tradicional é que elas sequer chegam a se constituir enquanto tal; não passam de contrassensos, *pseudoproposições*<sup>2</sup>, na medida em que não conseguem sequer chegar a serem falsas pelo fato de serem simplesmente absurdas (TLP: 4.003), o que nos revela que os problemas mais profundos da filosofia não são propriamente problemas, mas apenas *nonsenses* que repousam no mau uso de nossa linguagem.

No capítulo seguinte, “Frege e Russell: legados e conexões”, discutiremos a respeito dos principais conceitos e obras de Gottlob Frege e de Bertrand Russell que influenciaram – seja por semelhança ou por diferença – o pensamento de Wittgenstein a respeito da *Critica* e dos objetos (entendidos como categorias ontológicas do TLP). Abordaremos também alguns aspectos históricos da relação entre três dos maiores filósofos da lógica do século XX.

Nossas investigações partem de uma indagação inicial: *Qual a “proposta” do Tractatus?* Se assumirmos o que o próprio Wittgenstein expressa em seu Prefácio, é *solucionar definitivamente as “confusões filosóficas” oriundas do mau emprego da linguagem*. As discussões filosóficas que permeiam o livro apontam para uma discussão ontológica fundamentada na clarificação das possibilidades da linguagem. As possíveis preocupações “metafísicas” presentes no TLP colocam em lados opostos os comentadores; parte advoga uma interpretação do *Tractatus* restrita à lógica e parte defende um caráter essencialmente metafísico ou ontológico por trás de seus aforismos. A defesa da motivação eminentemente ontológica do livro, que assumimos, é uma bandeira levantada por por vários estudiosos, alguns estrangeiros – a exemplo de Hacker (1986), Daniels & Davison (1973) – e outros brasileiros, como Imaguire (2008), Machado (2001) e Condé (1998) – e que não se distancia tanto assim da “dimensão ética” defendida por Margutti Pinto (1998). Partindo da discussão das ideias desses e de outros comentadores, analisaremos o *Tractatus* no que se refere ao tema em questão.

Quando falamos da “ontologia tractatiana” temos, necessariamente, de nos remeter à noção de objeto simples, que constitui, categoria ontológica fundamental no *Tractatus*. Se, de acordo com Wittgenstein, “o mundo resolve-se em fatos” (TLP: 1.2), e o fato é “a existência

<sup>2</sup> As proposições genuínas são aquelas que afiguram fatos, ou seja, são dotadas de sentido. As tautologias e as contradições são proposições válidas mas que não são dotadas de sentido (*Sinnlos*), uma vez que são verdadeiras (*Tautologie*) ou falsas (*Kontradiktion*) quaisquer que sejam os fatos, o que se mostra em sua própria tabela de verdade. Já as *pseudoproposições* (*Scheinsätze*), como por exemplo as filosóficas, não figuram a realidade, violando as regras da sintaxe lógica (não são bipolares, nem verdadeiras e nem falsas) de tal modo que se revelam absurdos (*Unsinn*).

de estados de coisas” (TLP: 2), não se pode ignorar que os estados de coisas não passam de ligações de objetos (Cf. TLP:2.01; 2.03), pois a totalidade dos objetos determina todos os estados de coisas possíveis (Cf. TLP: 2.0124). Isso indica que a forma dos objetos (a possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas – Cf. TLP: 2.0141), é condição de possibilidade de tudo o que é o caso: os fatos e o mundo, enquanto a sua totalidade (Cf. TLP:1.1). “O objeto é simples” (TLP: 2.02), e o conjunto dos objetos constitui a substância do mundo de tal sorte que não poderiam ser compostos (TLP:2.021).

Os objetos tractatianos são indestrutíveis<sup>3</sup> e indecomponíveis, e são representados pelos nomes simples; eles estão no cerne do atomismo lógico. A combinação dos objetos simples dá origem aos estados de coisas, fatos e situações, em cujo nível estão os objetos complexos. Ainda que Wittgenstein não consiga trazer um exemplo logicamente aceitável do que seja um “objeto”, sua existência não pode ser posta à prova, uma vez que ela é necessária para que a própria constituição do mundo seja possível, de tal modo que seria um contrassenso duvidar da mesma. Em nosso capítulo final, intitulado “*Ontologia e Lógica*”, apresentamos os objetos dentro da perspectiva primária dos *Diários* (*Tagebücher*) wittgensteinianos tratando da relação entre a *Sprachkritik*, os objetos e a lógica e em sequência, do desafio (onto)lógico implícito no *Tractatus*. A partir do conjunto de nossa discussão, chegamos à tese que orienta a nossa investigação, presente também em nossas considerações finais, a saber, a ideia de que a *Crítica* se revela como a principal contribuição tractatiana para a Filosofia, uma vez que esta *Sprachkritik* está fundamentada em pressupostos ontológicos que conduzem a uma necessária revisão da essência do trabalho filosófico que permite a própria continuidade da filosofia enquanto atividade do conhecimento.

<sup>3</sup> A expressão “indestrutíveis” (“*indestructible*”) é usada por Hacker(1986, p.66), para caracterizar os objetos simples do *Tractatus*: “Devem existir objetos inanalisáveis da linguagem e eles devem estar relacionados com o mundo, e eles devem ser indestrutíveis” (HACKER, 1986, p.65-6)(tradução nossa)

## 2 LINGUAGEM E PERCEVEJOS: MAUTHNER, WITTGENSTEIN E A SPRACHKRITIK

### 2.1 .MAUTHNER: NIILISMO E LINGUAGEM

A Viena de Wittgenstein era uma cidade envolta em um crescente vácuo de valores e em crise com sua própria identidade, motivada por um avanço tecnológico (de velocidade até então inédita) que reverberou nas comunicações com o advento do telefone e do telégrafo. Nesse contexto, surge também um dilema para o vienense culto: *como lidar com a linguagem? Ela pode verdadeiramente comunicar algo a respeito da realidade? Qual a sua essência primeira?* (SILVA, 2008). A busca por responder a estas e outras indagações fomentou a produção de pensadores como Fritz Mauthner, além de outros, a exemplo de Hofmannsthal e Kraus e, sem dúvida, não passaram pelo pensamento wittgensteiniano sem deixar sua marca<sup>4</sup>.

A ideia da crítica da linguagem (*Sprachkritik*) é um dos pilares do *Tractatus*. Apesar de sua notória genialidade, Wittgenstein não “criou” por si só a necessidade de tratar dos problemas relacionados à natureza da linguagem<sup>5</sup>; na crítica, seu contraponto se fundamenta no pensamento de Fritz Mauthner. Embora não haja referências explícitas a este autor nos textos pré-tractatianos, e o único comentário contido no *Tractatus* não seja dos mais abrangentes,

Toda Filosofia é ‘crítica da linguagem’.(Todavia não no sentido de Mauthner)(...). (TLP:4.0031)

É notória a semelhança e convergência entre os temas mauthnerianos e wittgensteinianos em alguns dos pontos mais essenciais na discussão do *Tractatus*, em

<sup>4</sup> “Em momento algum do *Tractatus* (1961) ou dos *Tagebücher* (1914-1916) Wittgenstein menciona que suas reflexões sobre a linguagem tenham qualquer relação com os problemas semânticos que perpassavam a Viena em que ele nasceu. No entanto, a compreensão dessas reflexões ganha uma força adicional quando são comparadas com as ideias de Kraus sobre a linguagem e com a *Sprachkritik*, desenvolvida por Fritz Mauthner.” (SILVA, 2008, p.112)

<sup>5</sup> “Um dos caminhos perseguidos pela filosofia que interliga os séculos 19 e 20 é a crítica da linguagem (*Sprachkritik*), que foi cultivado intensivamente no *fin-de-siècle* da Europa Central. Seus vários programas coincidiram em questionar as possibilidades expressivas de palavras e acabaram apontando para uma alternativa paradoxal do silêncio”. (NÁJERA, 2007, p. 160) (tradução nossa)

especial quanto ao “calar” ou “silêncio místico” a que Wittgenstein também se reporta, embora de forma transcendental, divergindo da visão niilista mauthneriana<sup>6</sup>.

Mauthner ocupa, por vezes, o que parece ser o posto de um interlocutor oculto no *Tractatus*, cujas ideias são paulatinamente tratadas e reformuladas, quando não rechaçadas. Pelo acima exposto e pela própria necessidade que se manifestará no decorrer do texto, escolhemos prefaciar a questão da crítica da linguagem com uma breve explanação sobre algumas das teses de F. Mauthner que mais se aproximam do objeto de nosso trabalho.

*Mas de onde surge este interesse comum entre pensadores com visões tão distintas?* A resposta está no cenário histórico da Viena dos fins do século XIX e início do século XX, quando as questões relacionadas com a linguagem, sua autenticidade e expressão simbólica eram debatidas em todos os principais domínios do pensamento e da arte; esse era o palco perfeito para uma crítica filosófica da linguagem, e um de seus primeiros protagonistas foi Fritz Mauthner.

Num brevíssimo resumo biográfico, podemos dizer que Fritz Mauthner (1848-1923) foi jornalista, crítico de arte, romancista (com uma vasta produção que se supõe ter influenciado nomes consagrados como o de James Joyce e Samuel Beckett), advogado por formação e por determinação paterna, livre pensador, e, claro, um dos precursores dos estudos de filosofia da linguagem do *Círculo de Viena* no início do século XX. Mas como um nome com tantos predicados foi relegado ao ostracismo? Não à toa o título de polemista também lhe serve de alcunha, devido à sua postura extremamente crítica de “judeu-agnóstico-militante” que lhe rendeu inúmeras inimizades e uma fama nada recomendável entre seus desafetos que trataram de minar quaisquer aspirações dele à academia.

À primeira vista parece difícil aceitar que uma figura definida como radical, cuja postura antirreligiosa foi tão firme quanto os seus ideais políticos liberais, partidária de um misticismo secular, possa apresentar pontos em comum com uma obra como o TLP. É importante, contudo, lembrar que

(...) O tempo de Mauthner também é o tempo de Wittgenstein. Na Europa *fin-de-siècle* eles partilhavam a mesma preocupação com a linguagem. De fato, na proposição de 4.0031 do *Tractatus* podemos ler que "Toda a filosofia

<sup>6</sup> Não é objeto direto do presente estudo trabalhar o pretenso “misticismo tractatiano”; portanto, não nos alongaremos nesta questão e em suas polêmicas.

é 'crítica da linguagem' (*Sprachkritik*)", com um parênteses que especifica "todavia não no sentido de Mauthner". No entanto, é na verdade Mauthner quem, na definição de seu projeto filosófico, proporciona uma imagem de transição:

"Devo acabar com a linguagem que está atrás de mim, ao meu lado e diante de mim; passo a passo, e para isso, tenho de pisar e destruir cada degrau na escada (Mauthner, 1901–1902)". (NAJERA, 2007, p.161).(tradução nossa)

Fritz Mauthner foi um dos primeiros a considerar a própria linguagem como o tópico central e crucial da investigação filosófica. Sua obra-prima, *Beiträge zu einer Kritik der Sprache* [*Contribuições para uma Crítica da Linguagem*] — que levou nove anos pra ser escrita e foi publicado pela primeira vez entre 1901 e 1902 — divide-se em três volumes; no primeiro volume ele discutiu a essência da linguagem e as contribuições da crítica da linguagem à psicologia; já no segundo, trata da ciência da linguagem e finalmente, no terceiro, tratou da gramática e da lógica.

Inicialmente, é preciso distinguir o que os termos “crítica” e “linguagem” significam em Mauthner. A “crítica” pode ser entendida enquanto atividade do entendimento humano que separa ou distingue; criticar algo é tão somente submetê-lo a investigação. Por seu turno, a “linguagem” pode ser entendida, aqui, como objeto ou fenômeno estudado pela “crítica”<sup>7</sup> conforme definição acima; de fato, Mauthner iguala “linguagem” com “essência da linguagem” — aquilo que é comum entre todas as linguagens humanas de maneira mais abstrata possível. A linguagem não é mera ferramenta ou objeto do conhecimento; do modo como F. Mauthner coloca, a linguagem se confunde com seu próprio uso, ou seja, a linguagem é “construída” através da própria linguagem, num interessante e suicida – como veremos mais adiante – jogo metalinguístico.

Em suas *Contribuições* (1976), ele segue trazendo outras características da linguagem; ela é necessariamente pública e tem uma função social, na medida em que é puro contrassenso imaginar a existência de linguagens individuais ou particulares. Estas últimas, no máximo, podem ser sons momentâneos sem referência linguística e/ou interlocutores. Filosoficamente, proceder à crítica da linguagem é também proceder a uma crítica da lógica;

<sup>7</sup> É redundante lembrar que Mauthner, bem como os demais autores aqui trabalhados, referiam-se à linguagem humana, embora seja discutível a posição que restringe a linguagem a um fenômeno estritamente humano.

A palavra só se aclara por sua relação e dependência, isto é, pelo sentido, pelo pensamento da sentença<sup>8</sup> (*Satz*) (...) equivale isto à confissão de que todo dito é e deve ser tautologia, de que nada podemos compreender nem dizer fora daquilo que já sabemos. (MAUTHNER, 1976, p.59)

Para Mauthner, os silogismos, como no exemplo abaixo,

Todos os homens são mortais.  
Sócrates é homem.  
Logo, Sócrates é mortal.

corroboram a ideia do parágrafo anterior, pois *a priori* tanto suas premissas como sua conclusão são tautologias<sup>9</sup>. De fato, à medida em que o sentido de uma dada proposição (ou juízo, na forma kantiana) é conhecido, ela se torna analítica, considerando que a rigor não existem juízos sintéticos. De fato, as próprias leis aristotélicas da lógica — *Princípio da Identidade*, da *Contradição* e do *Terceiro Excluído* — são em si mesmas tautologias.

Mauthner defende que os conceitos metafísicos são vazios, ou seja, desprovidos de significado — uma vez que são tautológicos — adotando uma postura muito mais céтика e radical do que a wittgensteiniana: *o conhecimento mediante a linguagem é impossível*. É impossível “reter” o conteúdo das palavras por tempo suficiente, portanto, o conhecimento do mundo através da linguagem é uma tarefa infértil, é impossível<sup>10</sup>. Não conseguimos

<sup>8</sup> Proposição.

<sup>9</sup> O fato de que todos os homens morrem é indissociável de nossa própria definição de ‘homem’; sendo Sócrates um ser humano, logicamente o predicado ‘ser mortal’ está contido em sua própria definição.

<sup>10</sup> Embora todas as verdades que possamos expressar logicamente sejam tautológicas e a experiência do mundo seja algo de caráter efêmero para os seres humanos, todavia, é possível apreender o conteúdo das palavras, por isso é possível uma arte através da linguagem, uma “arte das palavras”, a poesia. Em alguns pontos, as ideias de Mauthner se aproximam das de Nietzsche, em particular quanto à Estética e o papel do poeta: “(...) Em um exercício de ceticismo niilista, Mauthner acaba por condenar a linguagem colocando-a como um dispositivo inútil para o conhecimento. Nosso dicionário, portanto, não pode ter qualquer utilidade científica, embora possa ter um alto valor artístico. E, como um meio artístico, as palavras prometem dar voz a idiossincrasias e expressar experiências pessoais. Neste sentido, Mauthner reconhece a qualidade moral do poeta, que é alguém cuja linguagem pessoal é mais rica, forte e profunda que a linguagem ordinária (Mauthner, 1901-1902). Isto é assim porque, com uma voz própria, uma voz diferente, ele sabe como explorar as conotações e evocações contidas pelas metáforas do nosso vocabulário. Entretanto, esta releitura do tema original, criativa com as palavras, apesar de ser a parte da linguagem que é mais valiosa para a

“apreender” as proposições. Toda linguagem é ignorância; toda ela deve ser em sua essência apenas metafórica.

Dentre as teses defendidas por F. Mauthner, está a ideia de que a linguagem coloca os seres humanos em frente ao seguinte dilema: *ou* ficar com as palavras e permanecer no mesmo lugar *ou* se libertar de sua tirania e avançar. Tal libertação ocorre por etapas, como numa escadaria, cada um dos degraus ainda está preso à linguagem. A citação de que reproduzimos abaixo, excerto do primeiro volume das *Contribuições* não é de todo desconhecida de um leitor de filosofia minimamente bem informado:

Se desejo avançar para cima na crítica da linguagem, que constitui a ocupação mais importante da humanidade pensante, devo aniquilar a linguagem atrás de mim, diante de mim e em mim, passo a passo, assim como devo destruir cada degrau da escada quando subir por ela. Quem quiser seguir-me, reconstrua os degraus, para de novo destruí-los.

Herdeiro da tradição cética de David Hume, Mauthner criou uma metáfora para aquilo que pode ser diagnosticado como o seu próprio *Grundgedanken* (pensamento fundamental):

(...) Dirijo (...) tranquilamente contra mim mesmo e digo, preparado: o que mata os percevejos, mata também o papa.

Podemos traduzir a jocosidade da máxima nos seguintes termos: *o que mata as palavras, mata também a linguagem; em sentido mais estrito, o que mata cada etapa da crítica da linguagem, mata também a linguagem.* A crítica da linguagem mauthneriana não só condena a filosofia (metafísica), mas também a própria existência das ciências, uma vez que em todas as tentativas de ampliar o nosso conhecimento sobre o mundo recorremos, fatalmente, às tautologias. A linguagem não pode descrever nada; a ciência é, pois, incapaz de descrever a natureza. Enfim, a linguagem não dá conta de absolutamente nada e estamos todos condenados a um silêncio do tipo místico.

personalidade, revela-se de pouca importância social, a mais inútil no estoque do mercado de relações humanas, na medida em que, de acordo com o *Beiträge* – revela-se intransferível, incompreensível, impartilhável. Essa dificuldade de divulgar o ponto de vista do indivíduo é devido ao fato de que a língua corresponde mais a expectativas gerais o que às expectativas particulares”. (NÁJERA, 2007, p. 160) (tradução nossa).

## 2.2 A SPRACHKRITIK WITTGENSTEINIANA

Similar a Mauthner, Wittgenstein identifica a Filosofia com a *crítica da linguagem*. Todavia, Wittgenstein se distancia das concepções céticas de seu precursor — que havia resumido sua crítica a uma espécie de “niilismo linguístico”. As conclusões céticas a que Fritz Mauthner chega — as verdades que podemos exprimir pela linguagem são tautológicas e as experiências do mundo não são passíveis de serem apreendidas por nós; a linguagem é incapaz de apreender qualquer coisa, incluindo a negação (impossibilidade) das ciências com o fim de preservar a possibilidade da “experiência mística” — constituem o ponto de partida para a conceituação wittgensteiniana. Ludwig Wittgenstein<sup>11</sup> vai adotar uma crítica da linguagem notoriamente transcendental, ou seja, a crítica da linguagem vai buscar as condições da própria possibilidade da linguagem. Para tanto, Wittgenstein vai investigar a forma lógica<sup>12</sup> profunda das expressões linguísticas<sup>13</sup> prescindindo da forma superficial.

Toda Filosofia é ‘crítica da linguagem’. (Todavia não no sentido de Mauthner.) O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real. (TLP: 4.0031)

Duas das principais características que Wittgenstein conserva da crítica mauthneriana são as seguintes: 1) a crítica da linguagem é a tarefa mais importante da Filosofia, pois é a única capaz de fornecer a clarificação conceitual necessária para a compreensão do mundo (realidade) e neste sentido deve ser o objeto primeiro da Filosofia; 2) a crítica da linguagem deve ser capaz de oferecer meios para que, ao ser compreendida, a própria linguagem possa ser ultrapassada, rumo ao silêncio, uma vez que na perspectiva transcendental a crítica da linguagem tem de ser feita pela própria linguagem, inevitavelmente.

<sup>11</sup> Informamos, a título de esclarecimento, que abreviaremos em nosso texto, a partir daqui e ocasionalmente, Ludwig Wittgenstein pelas suas iniciais “LW”.

<sup>12</sup> “A forma lógica (*Logische Form*), ou forma de afiguração (*Form der Abbildung*) ou ainda forma da realidade (*Form Wirklichkeit*), caracteriza-se como possibilidade de os elementos da figuração relacionarem-se na figura (TLP:2.151), do mesmo modo como as coisas se relacionam umas com as outras no fato” (CONDÉ, 1998, p.54).

<sup>13</sup> Entendida aqui como a forma que explicita as condições transcendentais de possibilidade destas expressões.

Devo acabar com a linguagem que está atrás de mim, ao meu lado e diante de mim; passo a passo, e para isso, tenho de pisar e destruir cada degrau na escada. (MAUTHNER apud NÁJERA, 2007, p.161)(tradução nossa)

No *Tractatus*, a crítica da linguagem vai ao encontro da própria definição de uma “filosofia legítima”.

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões desta espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contrassenso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem,  
(São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo.)

E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas. (TLP 4.003)

Compete então, à Filosofia, a crítica da linguagem (TLP: 4.0031).

A palavra 'metafísica' designa somente a “filosofia ilegítima” do passado. Para Wittgenstein, “os filósofos usam uma linguagem que já se encontra deformada, como que por sapatos muito apertados” (CV, 1941. p. 66), de tal sorte que faz-se necessário “curar algumas doenças do intelecto<sup>14</sup>”. O fato de que “a maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassensos” (TLP: 4.003), tem origem na incapacidade de compreender a lógica da linguagem, uma falha que resulta na formulação de pseudoquestões irrespondíveis. A real tarefa da filosofia não é tentar responder a tais questões, mas sim mostrar que elas ultrapassam os limites do sentido.

A partir da crítica da linguagem, Wittgenstein delineia o que poderíamos chamar de *fundamentos* da sua lógica. Assim, ele chega a algumas ideias cruciais na articulação de seu pensamento: a saber, que as constantes lógicas não representam (Cf. TLP: 4.0312), não

<sup>14</sup> “O filósofo é quem tem de curar em si mesmo muitas doenças do intelecto, antes de poder aceder às noções do senso comum” (CV, 1943. p. 70). Nesta passagem, escrita posteriormente ao *Tractatus*, vemos a imagem negativa que Wittgenstein faz dos “filósofos tradicionais”, ou seja, daqueles que se deixam envolver pelas mazelas conceituais de pseudoproposições que nada acrescentam ao verdadeiro labor filosófico, revela que boa parte dos erros metafísicos são, na verdade, oriundos da capacidade ou melhor, incapacidade daqueles — dos filósofos — em lidar com a lógica da linguagem.

funcionam semanticamente como os nomes — pensamento este que o próprio Wittgenstein vai denominar de *mein Grundgedanke* e que entra em choque com o de Frege e de Russell (num primeiro momento), seguidores da ideia de que os termos lógicos (quantificadores e conectivos) são nomes de entidades lógicas; a linguagem ordinária também participa da esfera da lógica, outro motivo de “confronto” com Russell e Frege; que as proposições possuem apenas sentido, mas não significado, e que são, portanto, bipolares (Cf. TLP: 4.023), ao passo que os nomes só possuem significado e não sentido; que não existem nomes próprios; todas as proposições da lógica têm o mesmo *status* (não existem axiomas) e dizem o mesmo, isto é, nada, na medida em que são tautologias<sup>15</sup>; embora não “digam” nada as proposições lógicas “mostram” coisas diferentes sobre as propriedades lógicas das proposições elementares que as compõem. Assim, confere-se à lógica um destino ímpar em relação a qualquer ciência, aproximando-a da realidade e do mundo, entendidos em sentido tractatiano, o que nos leva à questão do isomorfismo.

### 2.3 O ISOMORFISMO TRACTATIANO

Na Álgebra abstrata, duas estruturas matemáticas são chamadas de isomórfas se os seus elementos estão relacionados “um-para-um”, de tal forma que o mapeamento entre os objetos mostra um relacionamento entre duas propriedades ou operações. Assim, de maneira geral podemos colocar que o isomorfismo implica que tudo o que pode ser verdade sobre uma determinada parte da estrutura de um objeto também é verdade para outro objeto isomorfo àquele. A noção de isomorfia é particularmente importante para a “Teoria das Categorias” (da Matemática<sup>16</sup>) na medida em que permite – em termos práticos – que objetos isomórficos comportem-se da mesma forma, de tal maneira que as propriedades aplicáveis a um deles

<sup>15</sup> A crítica da linguagem acaba por concluir que as proposições da Lógica são tautologias. Embora não tenha sido o primeiro a resgatar o termo ‘Tautologia’ e conferi-lo à Lógica, impondo a essa um caráter necessariamente *tautológico* — Wittgenstein foi o primeiro a empregá-lo sem restringi-lo ao princípio da identidade e/ou a proposições que envolvem repetições literais, além de tê-lo tomado como ponto de referência ao proceder a uma revisão e a uma posterior separação dentro dos tipos diversos de proposições outorgadas indiscriminadamente à lógica. Em tempo, Wittgenstein ainda foi pioneiro ao defender o ponto de vista de que as proposições da lógica não descrevem a realidade, mas refletem regras linguísticas.

também possam analogamente serem aplicáveis ao outro, desde que a notação correspondente<sup>17</sup> seja corretamente aplicada.

Um engano comum é identificar o conceito de “igualdade” com o de “isomorfismo”; a igualdade refere-se a objetos idênticos, o que implica que tudo o que é verdadeiro sobre um objeto é verdadeiro sobre o outro, mesmo que estejam designados em diferentes formas de apresentação (por exemplo, o conjunto dos números primos naturais menores que 20 – o conjunto  $A = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 20\}$  – e o conjunto dos números naturais 2, 3, 5, 7, 11, 13, 17 e 19 – o conjunto  $B = \{2, 3, 5, 7, 11, 13, 17, 19\}$ ). Por seu turno, apesar do conjunto das cores do espectro do arco-íris –  $I = \{\text{vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, anil, violeta}\}$  – não ser igual ao conjunto das notas musicais –  $M = \{\text{dó, ré, mi, fá, sol, lá, si}\}$  –  $I$  e  $M$  são isomorfos (considerando que sejam conjuntos finitos) pela sua cardinalidade (número de elementos)<sup>18</sup>. Em objetos isomorfos, tudo o que é verdade sobre uma designada parte da estrutura de um objeto também é verdade sobre o outro.

Por seu turno, na Linguística a noção de isomorfismo é particularmente importante quando trata-se da relação entre a língua escrita e a falada, e no entendimento da real possibilidade – ou da impossibilidade – de um texto ser traduzido de maneira incontestável de uma determinada língua para a outra. É no Funcionalismo que a ideia de um isomorfismo linguístico ganha força e se radicaliza com Bolinger (1977), que postula que a condição natural de uma língua é preservar uma forma “um-a-um” para um sentido e vice-versa, noção que implica no conceito de iconicidade, que “representa a hipótese de isomorfismo funcionalmente motivado entre estruturas morfossintáticas e suas funções semânticas ou

<sup>16</sup> Esclarecemos que neste ponto estamos tratamos da Teoria das Categorias da Matemática e vamos nos abster de traçarmos qualquer relação com a teoria filosófica homônima, uma vez que foge do objetivo do nosso trabalho. A “teoria das categorias” que aqui nos referimos é similar àquela desenvolvida por Samuel Eilenberg e Saunders MacLane no final da primeira metade do século XX, e que consiste em “uma ramificação da Matemática pura que trata de maneira uniforme modelos matemáticos distintos, (cada qual representado através de uma categoria) formalizando as relações entre eles. Ela nos fornece ambientes e mecanismos adequados para o estudo e unificação de estruturas matemáticas, bem como um ferramental com alto potencial de aplicabilidade às diversas áreas pertinentes ao conhecimento humano” (REIS & RIBEIRO, 2012, p.64).

<sup>17</sup> O isomorfismo pode ser representado no contexto da Teoria das Categorias (matemática) por uma seta ( $\rightarrow$ ) que possui uma propriedade distintiva. No caso dos conjuntos, é possível pensar  $\rightarrow$  como uma função bijetora.

<sup>18</sup> Existem diferentes formas de isomorfismos que não o da cardinalidade. Não nos aprofundaremos no assunto, uma vez que escapa do alcance do nosso tema, mas a título de conhecimento, é possível distinguir o isomorfismo arbitrário (eletivo) do isomorfismo natural.

pragmáticas correspondentes”(FURTADO DA CUNHA, 2001, p.3).

As diferenciações acima nos ajudam a começar a compreender a importância do conceito de isomorfismo aplicado ao TLP. Logo a princípio, precisamos esclarecer que o termo 'isomorfismo' – assim como 'isomorfia' – não está explícito no *Tractatus Logico-Philosophicus* e tampouco em nenhum texto pré ou pós-tractatiano; ele foi difundido pelos comentadores anglófonos de Wittgenstein, a exemplo de P. Hacker (1986) e acabou por ser difundido e absorvido como um jargão tractatiano. Como já deixamos entrever no início do nosso texto, isomorfismo é um conceito oriundo da matemática, e sua escolha traz um sentido de rigorismo que destoa da linguagem filosófica tradicional mas que não destoa do dicionário tractatiano. O isomorfismo representa um papel central na Filosofia da Linguagem desenvolvida no TLP, e mais especificamente na representação do mundo. É através do isomorfismo que os sinais, marcas, sons e inclusive o nosso pensamento podem ser simbolizados, “tomados como integrantes de uma relação representacional com outras coisas distintas deles e, assim, exibam um conteúdo proposicional”(SILVA FILHO, 2008, p.38). A isomorfia é a razão pela qual conseguimos entender e expressar sentidos novos através de proposições.

O conjunto de possibilidades combinatórias dos nomes exibe a mesma estrutura que o conjunto das possibilidades combinatórias das coisas nomeadas: um nome qualquer pode combinar-se com certos outros *se e somente se* seu significado pode combinar-se com o significado desses outros. Pode-se dizer, pois, que as possibilidades combinatórias que uma proposição realiza são estruturalmente as mesmas que o fato que ela representa realiza, caso exista – e nisto consiste a *identidade formal entre proposição e fato (...). A proposição afigura na medida em que a forma essencial da linguagem seja a forma essencial do mundo.* (DOS SANTOS, 2001, p. 73-4) (grifo nosso)

A “tese do isomorfismo entre o mundo e a linguagem é tomada pela Teoria Pictórica do *Tractatus* como condição de significatividade das proposições legítimas” e como resultado temos que a isomorfia tractatiana “respeita um mecanismo de mapeamento completo dos

objetos do estado de coisas afigurado pelos nomes de uma proposição elementar<sup>19</sup> que o representa por uma função biunívoca preservadora de relações”, segundo Silva Filho (2011, p.157). Através da análise lógica da linguagem, Wittgenstein busca solucionar os problemas dos quais a Filosofia tradicional está repleta, chegando à conclusão que as proposições metafísicas são na realidade contrassensos. A definição da (i)legitimidade do discurso filosófico tradicional centra-se na investigação dos “limites da significatividade da linguagem”(SILVA FILHO, 2011, p.157), uma vez que o que pode ser dito com sentido é constituído de proposições contingentes (verdadeiras ou falsas) em contraposição à ambição filosófica de pretender dizer verdades necessárias. O cerne do problema do discurso filosófico é o fato dele se fundamentar numa compreensão errônea do limite da significatividade, originada de um uso equivocado da linguagem.

O isomorfismo coloca a linguagem como espelho do mundo na medida em que estabelece uma função em que a cada elemento do domínio da linguagem deve corresponder um elemento do domínio da realidade. A forma lógica é o que existe em comum entre linguagem e mundo, ou melhor, entre linguagem e realidade, e que possibilita que aquilo que ocorre no mundo possa ser expresso pela linguagem<sup>20</sup>.

O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica isto é, a forma da realidade. (TLP: 2.18)

Se a forma de afiguração é a forma lógica, a figuração chama-se figuração lógica. (TLP:2.181)

A figuração lógica pode afigurar o mundo. (TLP: 2.19)

A figuração tem em comum com o afigurado a forma lógica de afiguração. (TLP: 2.2)

A partir dos aforismas acima, temos que a estrutura da realidade (do mundo) e da linguagem são permeados pela lógica através da “forma lógica” – que também pode ser denominada de “forma da realidade” ou “forma da afiguração”; através da forma lógica, a

<sup>19</sup> A proposição o é o elemento constituinte de todas as outras proposições não-elementares, isto é, todas as proposições complexas são funções de verdade das proposições elementares.

<sup>20</sup> “Com efeito”– como coloca Condé (1998, p.66) – “através da linguagem, compreendemos o mundo, isto é, através da análise da estrutura lógica da linguagem, podemos compreender a estrutura lógica do mundo, ou vice-versa”.

Lógica se constitui enquanto o elo necessário entre o mundo e a linguagem. “A forma lógica de uma proposição é sua estrutura tal como parafraseada na lógica formal, com o objetivo de revelar os aspectos relevantes para a validade dos argumentos em que ocorre” (GLOCK, 1998, p.178).

Apesar da ideia de “forma lógica” remontar a Aristóteles, o termo só foi introduzido no século XIX, e seu uso só foi disseminado quando Gottlob Frege apresenta o cálculo dos predicados<sup>21</sup>, e explorado por Bertrand Russell<sup>22</sup>. Não à toa que, no já citado aforisma 4.0031, Wittgenstein ao colocar que toda filosofia é *Sprachkritik*, reconheça que “o mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser a sua forma lógica real”. Esse “mérito russelliano” se concentra na teoria das descrições (TDD), que distingue a forma lógica real da proposição da sua forma aparente, ou seja, gramático-normativa. Para Ludwig Wittgenstein, conforme podemos logicamente deduzir dos aforismas 2.18 e seguintes, a forma lógica é “aquilo que uma figuração, qualquer que seja sua forma pictorial, deve ter em comum com aquilo que afigura” (idem, p.180), ponderando que a figuração deve possuir a “mesma multiplicidade lógico-matemática da situação”, ou seja, deve possuir a mesma quantidade de elementos quantos forem os objetos da situação, e esses elementos devem ter em comum com os objetos de que são sucedâneos as suas possibilidades combinatórias (ibidem, p.180).

Ao estabelecer através da forma lógica a relação entre linguagem e mundo, o isomorfismo lógico-pictorial<sup>23</sup> confere à lógica tractatiana uma inspiração ontológica, na medida em que ela funciona enquanto “elemento mediador e condição transcendental de possibilidade da relação linguagem-mundo (...) algo intrínseco tanto à linguagem quanto à realidade<sup>24</sup>” (CONDÉ, 1998, p.120). “A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. A lógica é transcendental” (TLP: 6.13). A significação lógica tem um caráter universal, possuidora de um estatuto especial através do qual conseguimos compreender e

<sup>21</sup> O cálculo dos predicados supera a ideia de que “todas as proposições consistem em sujeito e predicado por uma análise complexa baseada no conceito de função, e sugerindo que há muitos tipos diferentes de proposições, que divergem em sua estrutura ou forma” (GLOCK, 1998, p.178).

<sup>22</sup> Russell foi um dos primeiros a explorar as consequências metodológicas das ideias fregeanas, ou seja, a filosofia como análise lógica, responsável por estudar a forma lógica das proposições. Influenciado por Wittgenstein, Russell passou a negar que formas lógicas sejam “entidades” que podemos nomear, embora continua-se tratando-as como “objetos lógicos” com os quais mantemos uma espécie de relação de familiaridade por meio da “experiência lógica”. (GLOCK, 1998, p.179)

<sup>23</sup> Usamos a expressão como cunhada por Glock (1998, p.182).

expressar os conteúdos novos (através das proposições). A lógica entendida no sentido tractatiano está, pois, próxima de uma espécie de ordenamento apriorístico de essência ontológica, algo como uma espécie de “supraordem” que estaria necessariamente incluída na essência de toda linguagem possível<sup>25</sup>. Mais que um instrumento epistemológico, a lógica torna-se no TLP uma “categoria ontológica, isto é, ela é o fundamento último da realidade. Enquanto transcendental, ela é a condição de possibilidade do mundo” (CONDÉ, 1998, p.68).

Para Silva Filho (idem, p.157), o cerne da *Sprachkritik* é a Teoria da Figuração (*Bildtheorie*), que nos dá as condições da representação da linguagem; Wittgenstein acredita que a linguagem é essencialmente representativa, ou seja, ela é “composta por proposições complexas que figuram fatos do mundo”<sup>26</sup>. O problema das *pseudoproposições* da metafísica surge porquê elas não são capazes de figurar fatos contingentes do mundo, “uma vez que pretendem expressar valores necessários e essências últimas destes fatos”. Ao analisarmos os nomes que compõem as “proposições” metafísicas percebemos que eles falham em denotação, isto é, “possuem termos que nada designam no mundo e, portanto, as proposições não teriam um sentido determinável” (ibidem, p.157-8). No aforisma 6.53, LW discorre sobre

<sup>24</sup> Nesse sentido, a lógica tractatiana é algo sobre o qual nada se pode dizer, embora seja preciso ressaltar que de acordo com a diferenciação entre dizer e mostrar, que trataremos no próximo subcapítulo, traz no aforisma 4.121 do TLP que “a proposição mostra a forma lógica da realidade. Ela a exibe”, significando que embora não possamos dizer nada sobre a lógica, ela se mostra., o que implica que “em certo sentido a lógica não é inteiramente oculta” (CONDÉ, 1998, p. 120).

<sup>25</sup> Uma das grandes divergências conceituais entre o *early* e o *latter* Wittgenstein reside justamente na interpretação do estatuto da lógica; se no TLP a lógica é desenhada de tal forma que podemos assimilá-la a uma espécie de essência ontológica que se encontra na essência de toda linguagem possível, o que as *Investigações* propõe é algo mais pragmático, criticando a posição tractatiana de uma supralógica de ordem superior que se apoia em condições ideais que ultrapassam os limites do possível. As IF assemelham a lógica à gramática da linguagem, advogando que a lógica, uma vez intrínseca à linguagem, não pode ser universal na medida que temos uma diversidade de linguagens particulares que subsistem em tempos históricos diversos. Em suma, as *Investigações* abandonam o ideal de uma lógica de característica ontológica para se converter em simples expressão da gramática (Cf. Considerações Finais).

<sup>26</sup> Ao conceber as proposições como fatos que figuram outros fatos, a Teoria da Figuração é linguisticamente especificada como uma Teoria Pictórica, uma vez que as “proposições funcionariam fundamentalmente como um retrato lógico da realidade” (ibidem, p.158), distinguindo o “fato linguístico” (uma sentença escrita ou falada) e um fato extralingüístico (um fato empírico no mundo). Silva Filho (2011, p. 158) coloca que “o fato linguístico e o fato extralingüístico são suficientemente distintos para que a representação deste por aquele seja comprometida e, então, pensada como inviável” e defende que este não seria o caso do TLP, uma vez que o aforisma 2.1 coloca que “figuramos os fatos” (TLP 2.1) – tendo em vista que “proferimos e entendemos enunciados que representam fatos e, principalmente, somos capazes de entender e proferir enunciados novos, com os quais, em princípio, nunca nos deparamos antes” (idem, p.158) somos colocados frente a um problema, a saber, “a postulação de entidades extralingüísticas enquanto condição necessária da significação” (MORENO, 2011, p.25) que não se encerra no TLP e avança nas *Investigações*, como veremos no quarto capítulo.

o método correto da filosofia, que seria o de “nada dizer senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia” e vai além ao colocar que este é o único método rigorosamente correto para a Filosofia, e que todas as vezes que alguém pretende dizer algo de metafísico na verdade apenas não consegue conferir significado a certos sinais em suas proposições.

Em *Wittgenstein através das imagens*, Arley Moreno advoga que Wittgenstein – do *Tractatus* até as *Investigações Filosóficas* – vai desenvolvendo a ideia da tarefa da Filosofia enquanto uma “terapia do conhecimento” na medida em que o pensamento, se “deixa iludir por determinados usos, limitados e limitadores da linguagem” (MORENO, 1995, p.12). LW, ao invés de apresentar um sistema dogmático de teses, procede a algo muito mais importante: ele nos conduz a uma “profunda reflexão sobre a natureza das questões filosóficas”<sup>27</sup> (idem, p.13) de tal maneira que “Filosofia deixa de ser um título de nobreza atribuído a uma atividade intelectual determinada para ser um conceito referido pela palavra 'filosofia'” (ibidem, p.13).

## 2.4 DIZER E MOSTRAR

O “objetivo” que historicamente motivou a Filosofia (entendida aqui como “metafísica”) — o de descortinar as verdades necessárias acerca da natureza essencial do mundo — constitui também seu erro fundamental<sup>28</sup>. Qualquer tentativa de enunciar tais verdades necessárias acerca de tipos de coisas no mundo atribui propriedades formais internas<sup>29</sup>, que de acordo com a distinção entre dizer/mostrar, não podem ocorrer com sentido em proposições genuínas, uma vez que aquilo que excluem não é uma possibilidade, mas algo absurdo.

<sup>27</sup> Moreno (1995, p.13) esclarece que esta reflexão sobre “a natureza das questões filosóficas” é uma reflexão a respeito das interpretações que propomos de conceitos como conhecimento, certeza, amor, necessidade, intenção, dor, e principalmente as “soluções que construímos para os problemas que daí emergem”.

<sup>28</sup> É nesse sentido que Wittgenstein “elucida” os “problemas últimos” da Filosofia. (“O fim da Filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos” – TLP 4.112)

<sup>29</sup> “Para se conhecer um objeto não devo conhecer suas propriedades externas, mas sim suas propriedades internas”. (TLP 2.01231); “Espaço, tempo e cor (cromaticidade) são formas dos objetos” (TLP 2.0251).

É corrente a ideia segundo a qual a distinção entre “dizer” e “mostrar” wittgensteiniana se origina do paradoxo dos conceitos de Frege (a tentativa de fazer referência a conceitos por meio de nomes é um erro que a linguagem nos impele a cometer, resultando daí uma “impotência linguística”). Todavia, embora o *Tractatus* configure, em certa medida, uma extensão do argumento fregeano quando ali se sustenta ali que *todos os nomes*, inclusive os de objetos, têm natureza não saturada, ou seja, carecem de complementação (enquanto Frege está preocupado com a referência a entidades não saturadas), o TLP “se preocupa em atribuir a um símbolo o predicativo indicativo de que pertence a uma categoria lógico-sintática”(GLOCK, 1998, p.131). As distinções traçadas por Wittgenstein parecem ser originárias de reflexões acerca da teoria dos tipos de Russell<sup>30</sup>, embora segundo o autor do TLP, uma teoria dessa espécie não é nem possível nem necessária<sup>31</sup>.

A distinção entre *dizer* e *mostrar* perpassa todo o *Tractatus*, desde o Prefácio até o último aforisma. Stegmüller<sup>32</sup> (2012, p. 394) traz, didaticamente, uma distinção entre três diferentes empregos do termo “mostrar” (*zeigen*) no TLP: o *mostrar e*, ou seja, o mostrar externo; o *mostrar i* (mostrar interno); e, finalmente, o *mostrar m*, que equivaleria a um mostrar místico. O primeiro “mostrar”, o *mostrar e*, perpassa a teoria pictórica tractatiana, na qual o sentido de uma proposição (Satz) é dado quando a tomamos como figuração isomórfica do estado de coisas porl ela descrito. Por seu turno, o *mostrar i* é o mostrar interno à proposição, mas que, entretanto, não pode ser *dito* ou representado por ela; o mostrar interno é onde se mostra a forma lógica da proposição, e esta não pode ser representada<sup>33</sup>. Quando nos referimos ao reino do indizível, temos o *mostrar m*; essa concepção do termo “mostrar” ganha força nas discussões sobre as *pseudoproposições* filosóficas, as que se referem aos temas da metafísica, incluindo-se aqui a ética e a estética.

<sup>30</sup> Cf. “Teoria dos Tipos Lógicos” e a “*no-class theory*”, in: Russell & Whitehead (1951). *The principles of mathematics*. London: Allen & Unwin, 2. ed.

<sup>31</sup> Russell evita os paradoxos da teoria dos conjuntos, proibindo sentenças que atribuam a uma coisa de um determinado tipo lógico (por exemplo, classes) propriedades que só possam ser atribuídas a coisas de um tipo diferente (por exemplo, indivíduos). Para mais detalhes, Cf.. Capítulo 3 – “Frege e Russell: Legados e Conexões.

<sup>32</sup> Ressalvamos nossa discordância à posição de Stegmüller (2012, p.373) a respeito da existência de “duas filosofias” de Wittgenstein , da qual “a segunda não pode ser considerada continuação da primeira”. (Cf. Considerações Finais).

<sup>33</sup> Cf. TLP: 4.12 (“A proposição pode representar toda a realidade, mas não pode representar o que deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – a forma lógica. Para podermos representar a forma lógica, deveríamos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica, quer dizer, fora do mundo.”)

Segundo Glock (idem, p.129), Wittgenstein – em uma carta dirigida a Bertrand Russell – chegou mesmo a afirmar que essa diferença entre *dizer* (*sagen*) e *mostrar* (*zeigen*) constitui o "ponto essencial do livro" e "o problema central da filosofia". As próprias proposições do TLP foram erigidas sob a base desta distinção, mas não deixa de nos parecer, confuso, à primeira vista, notar que L. Wittgenstein no decorrer de todo o livro, desde o primeiro aforisma, fala do que apenas pode ser mostrado, como por exemplo da

(...) distinção categorial entre coisas e fatos, da forma do mundo e da substância, da relação da estrutura interna e externa de figuração e fato? E não fala ele, no final do Tractatus, até mesmo do que não apenas não pode ser descrito, senão inclusive do que apenas se mostra (sic), no sentido de mostrar, a saber, o místico (...)? (STEGMÜLLER, 2012, p. 397)

Do fato de Wittgenstein “tentar dizer” o que só pode ser “mostrado”, não implica em nenhum “erro” tractatiano; “Wittgenstein tinha plena consciência disso e também chegou à imperativa conclusão de que todas as suas próprias proposições<sup>34</sup>, contidas no *Tractatus*, são destituídas de sentido” (STEGMÜLLER, 2012, p. 397). Mas não há outra forma, paradoxalmente, de explicar o que “não pode ser dito” que não a mediada pela linguagem, de tal sorte que “abandonar a escada” se torna imperativo no final das contas. Para Machado (2002, p. 17), só “algumas, e apenas algumas, sentenças do *Tractatus* devem ser reconhecidas

<sup>34</sup> A ideia por trás da discussão entre dizer/mostrar é que as regras para a representação simbólica (*sintaxe lógica*) não são elas mesmas passíveis de representação, uma vez que não podem ser representadas por proposições bipolares porque dizem respeito a traços essenciais que a linguagem e a realidade devem ter em comum para que esta possa ser representada por aquela. A sintaxe lógica é o sistema de regras que determinam se uma determinada combinação de signos é ou não é dotada de significado. “A sintaxe lógica é anterior a questões sobre verdade ou falsidade. Não pode ser subvertida por proposições empíricas, uma vez que nada que a contrarie pode ser considerado como uma proposição dotada de significado” (GLOCK, 1998, p. 236-7). A distinção entre *dizer* e *mostrar* não se baseia simplesmente, no entanto, em uma estipulação dogmática segundo a qual somente as proposições bipolares fazem sentido. Ao contrário, o próprio princípio da bipolaridade inspira-se no discernimento da natureza singular das tentativas de enunciar traços essenciais do simbolismo. Por um lado, distinguindo-se das proposições bipolares, os contrassenso não excluem uma possibilidade genuína, mas sim algo que *infringe a lógica*, e, portanto, os *limites do sentido*. A tentativa de se fazer referência a algo ilógico, mesmo que com o propósito de descartá-lo em função de seu caráter absurdo, é em si mesma absurda. Por outro lado, nenhuma proposição pode dizer algo acerca das propriedades lógicas da linguagem: ou essa proposição está em conformidade com a lógica, o que supõe que tais propriedades lógicas devem de antemão ser compreendidas, ou não está, o que a impossibilita de constituir uma proposição dotada de significado, uma vez que uma linguagem ilógica é impossível). “Eis o cerne lógico da distinção *dizer/mostrar*: embora as regras da sintaxe lógica não possam ser expressas nas proposições filosóficas, elas se mostram nas estruturas lógicas de proposições não filosóficas” (GLOCK, 1998, p.133).

como *sinnvoll*”. Ele segue indagando em que “sentido se deve entender *Sinn* aqui?” Se toda escada deve ser jogada fora, isso significa que as sentenças que dizem que o sentido de uma sentença é o estado de coisas que ela representa, (Cf. TLP: 4.2) dado que não fazem parte da moldura do livro, devem ser reconhecidas como absurdas” (idem, p.17). Uma saída para esta aparente confusão pode ser a seguinte (ibidem, p. 18-9): “ Ian Proops sugere que a distinção entre dizer e mostrar pode ser expressada coerentemente por meio da seguinte formulação: *aquilo que se quer dizer por meio de 'p' não pode ser dito, mas mostra-se no fato de que q*”. (grifo nosso).

Se dividirmos o TLP em duas partes, “uma lógica (ontologia atomista, teoria pictórica, tautologias, matemática, ciência) e uma mística (solipsismo, ética e estética)” (GLOCK, 1998, p.129), perceberemos que a real importância da distinção entre dizer e mostrar se encontra no fato dela estabelecer um vínculo entre estas duas partes, “interditando tanto as proposições acerca da essência da representação simbólica, quanto pronunciamentos místicos relativos à esfera do valor” (idem, p. 129). A ideia de que a distinção entre dizer e mostrar “constitui o problema central da filosofia” refere-se ao fato dela ter mudado a concepção wittgensteiniana: “a filosofia não pode mais ser a doutrina da forma lógica das proposições, já que a forma lógica não pode ser enunciada. Trata-se, em vez disso, de uma atividade de elucidação, uma vez que a filosofia 'significará o indizível ao representar claramente o dizível' (TLP 4.115)” (ibidem, p.129).

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição.

O que se espelha na linguagem, esta não pode representar.

O que se exprime na linguagem, nós não podemos exprimir por meio dela.

A proposição mostra a forma lógica da realidade.

Ela a exibe. (TLP: 4.121)

O que pode ser mostrado não pode ser dito. (TLP: 4.1212)

O que tais “proposições” procuram dizer mostra-se em proposições bipolares e em seus casos limítrofes — as tautologias e as contradições. Tautologias e contradições são proposições que não dependem do modo como as coisas estão no mundo, uma vez que as proposições tautológicas são analíticas, verdadeiras qualquer que seja o caso, e as

contradições são falsas qualquer que seja o caso também. As proposições da lógica são tautologias vícuas que dizem respeito a precondições “transcendentais” da representação. Aquilo que pode ser mostrado não pode ser dito e vice-versa. Não há, entretanto, proposições dotadas de significado que sequer mostrem por exemplo, o valor ético. Ao contrário da esfera do lógico, a esfera do místico é transcendente, e não só transcendental; as proposições da ética, assim como as da estética, são portanto *pseudoproposições, contrassensos*.

O *Tractatus* busca distinguir o *nonsense*, baseado na má compreensão da sintaxe lógica do "absurdo importante", que se baseia em um discernimento correto da sintaxe lógica, e procura dizer aquilo que pode apenas ser mostrado: Se considerássemos as teorias russelianas<sup>35</sup>, talvez o TLP se mantivesse livre de tais questionamentos acerca de sua própria legitimidade; entretanto, o objetivo do *Tractatus* é o de nos permitir empreender análises lógicas críticas sem incorrer em transgressões adicionais. A distinção entre dizer e mostrar configura uma resposta a um problema confrontado em qualquer tentativa de identificar os limites do sentido com os limites do conhecimento empírico: o estabelecimento desses limites não é em si mesmo empírico.

A solução posterior adotada pelo “segundo Wittgenstein” é abandonar a ideia de que somente as proposições empíricas são dotadas de significado. Os argumentos do *Tractatus* mostram apenas que as proposições que empregam “conceitos lógicos” ou formais não nos ajudam a discernir a essência da realidade, ou nos fornecem novas informações; porém não se segue daí que tais proposições sejam pseudoproposições absurdas. Os conceitos formais têm usos legítimos em proposições gramaticais, como explicações de significados e lembretes filosóficos. Um uso possível para tais proposições gramaticais é excluir, pelo caráter absurdo, as sentenças que geram paradoxos como os de Russell ou do Cretense<sup>36</sup>. Assim como fez no *Tractatus*, o segundo Wittgenstein sustenta que não é por meio de uma prova de consistência que tais paradoxos podem ser dissipados, mas sim por uma análise dos termos utilizados em sua construção. Nada enunciam e que, portanto, não podem ser usadas para dar origem a uma contradição, não podem ser usadas para a produção de um enunciado autorreferente, acerca do qual se possa levantar a questão irrespondível sobre sua verdade ou falsidade.

A Crítica construída por Wittgenstein não estava isolada do contexto histórico em

<sup>35</sup> Talvez a solução possa estar na “fuga para a metalinguagem” empreendida por Russell, ideia posteriormente retomada por Rudolf Carnap.

<sup>36</sup> “Um cretense diz: ‘Todos os cretenses são mentirosos’.”

que nosso autor se inseria, ela se insere no contexto de outras críticas que também discorriam sobre as possibilidades e limites da *Sprache*. Nosso conhecimento busca a verdade e esta é expressa através da linguagem. Se nosso objetivo é o alcance da verdade, necessariamente temos de determinar como podemos expressá-la linguisticamente. E quando falamos em conhecimento verdadeiro acabamos nos remetendo ao pensamento filosófico. Se já estamos cientes das fragilidades da metafísica expostas pelo *Tractatus*, que filosofia nos resta?

A filosofia que Wittgenstein reconstrói está acima ou abaixo das ciências naturais, mas não ao lado delas.

---

A filosofia não é uma das ciências naturais.

*(A palavra 'filosofia' deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado, das ciências naturais).* (grifo nosso) (TLP 4.111)

(...) Cumpre à Filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (TLP 4.112)

Ao estabelecer as condições de possibilidade da linguagem<sup>37</sup>, Wittgenstein estabelece também as condições de linguagem das ciências naturais. Assim, enquanto as ciências naturais realizam a tarefa de descrever o mundo, a filosofia realiza a tarefa fundamental de descrever as *condições de possibilidade* da descrição do mundo. Neste sentido o trabalho desenvolvido por Wittgenstein no *Tractatus* nos “aproxima” dos cânones das leis naturais na medida em que nos “aproxima” da própria possibilidade de fundamentação das ciências naturais.

A crítica wittgensteiniana termina no silêncio na medida em que — assim como a de Mauthner — corresponde a um “suicídio” da linguagem, mas agora de uma maneira transcendental. Assim como no processo mauthneriano, os degraus que compõem a escada<sup>38</sup>

<sup>37</sup> O objetivo central da crítica da linguagem wittgensteiniana pode ser melhor exposto como o de *estabelecer das condições lógico transcendentais de possibilidade da linguagem*, pois é exatamente deste modo que se constitui enquanto tarefa primeira da Filosofia.

<sup>38</sup> A essência ontológica do TLP envolve também um desvelamento de sua *poiesis*. O “poder poético” e sedutor do *Tractatus* se mostra em algumas passagens nas quais Wittgenstein permite ao “lado esquerdo” — alusão à sua estratégia de escrita nos Diários — emergir sorrateiramente. Perloff (2008, p.14) coloca que a famosa metáfora da escada wittgensteiniana contem em si três aspectos críticos do que ela nomina de uma “poética wittgensteiniana”. O primeiro seria a cotidianidade, na medida que ela pode ser vista como uma escada de

tem de ser destruídos, necessariamente, à medida em que se avança por eles.

Minhas proposições elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas — por elas — para além delas. (deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.)

Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente.  
(TPL: 6.54)

Para além da “necessidade do silêncio”, os contemporâneos austríacos de Wittgenstein, a exemplo de Mauthner, tendiam a defender que a *Sprachkritik* era a tarefa mais importante da Filosofia, uma vez que a busca da verdade é mediada pela linguagem. Para alcançar a verdade, antes de mais nada, faz-se necessário determinar como ela pode ser expressada, o que remete à tarefa de “explicitar as condições pelas quais a linguagem é capaz de exprimir a verdade numa posição de anterioridade em relação a todas as demais tarefas filosóficas” (MARGUTTI PINTO, 1998, p. 144). Trazendo essas considerações para o TLP, um vez que “a totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)” (TLP:4.11), que a “filosofia não é uma das ciências naturais” (TLP:4.111) e ainda que “o resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar as proposições claras” (TLP:4.112), a crítica da linguagem ocupa o espaço de método lógico – e aqui começam a se delinear as outras influências recebidas por Wittgenstein na construção do *Tractatus*.

O objeto da crítica da linguagem tractatiana é a proposição<sup>39</sup>, pois elas *mostram* o

mão que “tem uma origem tão vaga quanto seu destino”; o segundo, a indicação do movimento para cima, que significa “uma escalada “através”, “sobre” e “para além” dos degraus, que nunca termina”. Por último, e mais importante, o terceiro aspecto é que, no melhor estilo heraclitiano, ninguém consegue subir a “mesma escada” duas vezes. Isso significa dizer que cada proposição filosófica, ainda que dependa de outras proposições que a fundamentem, “carrega sempre alguma marca de diferença, ainda que as mesmas palavras sejam repetidas exatamente na mesma ordem.. A repetição (...) sempre requer uma mudança tanto no contexto como no uso” (PERLOFF, 2008, p.14).

<sup>39</sup> “A rigor, a proposição corresponde à sentença declarativa, uma vez que esta exprime o conteúdo descritivo comum a todas as sentença do grupo considerado.(...) Para que possamos, com sentido, fazer uma pergunta, dar uma ordem ou expressar uma emoção sobre dado fato do mundo é preciso que antes sejamos capazes de descrever este fato com sentido. (...) Se, porém, dada sentença não descreve um fato determinado, ela não possui conteúdo descritivo autêntico que possa ser usado nos demais tipos de sentenças do grupo correspondente (...), constitui um contrassenso” (MARGUTTI PINTO, 1998, p. 146-7).

sentido; teríamos então uma “crítica da proposição” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.145) que já nos revela uma das primeiras influências recebidas por Wittgenstein da obra fregeana - que considerava a sentença como unidade linguística atômica. A necessidade de conhecermos os demais aspectos da influência do pensamento de Gottlob Frege e Bertrand Russell nos leva ao nosso próximo capítulo, no qual conheceremos mais a respeito das “heranças” lógicas recebidas pelo *Tractatus*.

### 3 FREGE E RUSSELL: LEGADOS E CONEXÕES

Quando tratamos dos fundamentos lógicos do *Tractatus*, logo nos vem à mente a ascendência das ideias de dois dos mais famosos contemporâneos de Ludwig Wittgenstein: Gottlob Frege e Bertrand Russell. Seja pela proximidade pessoal existente entre os três, seja pela profunda incompreensão que o TLP revelou da genialidade de LW, ou mesmo pela necessidade de se elucidar alguns pontos do *Tractatus*, a análise desses autores contribui para que se possa traçar o panorama conceitual lógico no qual a obra wittgensteiniana está imiscuída. Assim sendo, contextualizaremos (a exemplo do que fizemos no segundo capítulo com Mauthner) as ideias de Wittgenstein a respeito da crítica da linguagem (e consequentemente de seus fundamentos (onto)lógicos, em particular os objetos simples) frente às dos dois filósofos matemáticos, priorizando a importância deles na construção dos fundamentos lógicos das ideias discutidas no *Tractatus*.

Aluno de Russell em Cambridge, a quem foi recomendado por Frege, o jovem filósofo Ludwig Wittgenstein não ficaria imune às discussões que ocorriam à sua volta e que mudaram definitivamente os rumos da Filosofia da Linguagem. Frege é citado com alguma frequência por Wittgenstein – geralmente tão econômico em suas referências no TLP – assim como Russell, quase sempre no sentido de esclarecer as diferenças conceituais entre os termos empregados pelo filósofo austríaco e os demais. De maneira análoga, e como não poderia deixar de ser, ambos também são citados nos *Notebooks* ou *Diários* wittgensteinianos. Optamos por apresentar uma síntese dos principais pontos das teorias dos dois filósofos da matemática, um por vez, e a partir daí traçarmos os pontos de encontro e as diferenças em relação às teorias explicitadas no *Tractatus*.

#### 3.1 O BEGRIFFSSCHRIFT E A LINGUAGEM ORDINÁRIA

Ludwig Wittgenstein não se abstém de reconhecer, já no Prefácio do *Tractatus*, seu débito com Gottlob Frege e Bertrand Russell. “*Desejo apenas mencionar que devo às obras grandiosas de Frege e aos trabalhos de meu amigo Bertrand Russell uma boa parte de estímulo às minhas ideias*” (Wittgenstein, p. 131). As ideias fregeanas, seguindo a tese

leibniziana, impactam diretamente no objetivo do TLP na medida em que um dos objetivos do *Tractatus* era confirmar a possibilidade de uma linguagem ideal<sup>40</sup> (CONDÉ, 1998 , p. 74) nos moldes de uma *Characteristica Universalis*.

Frege (1848-1925) surge nessa tríade como um grande mobilizador, defendendo o projeto, no mínimo polêmico, de estabelecer uma derivação lógica da aritmética. Apesar de junto com Wittgenstein ter influenciado as origens da Filosofia Analítica, ressaltamos aqui que o alcance filosófico do pensamento fregeano se deu um tanto tardiamente, e só conseguiu cruzar definitivamente os limites geográficos germânicos no início do século XX. O detalhe curioso é que a notoriedade de Frege só se consolidou graças ao próprio Russell; ao se deter sobre a obra fregeana, Russell acabou descobrindo célebre antinomia – o chamado *paradoxo russelliano* – “*dos conjuntos que não são classes de si mesmos*” que abalou seriamente a base teórica dos *Grundgesetze der Arithmetik* . Contraditoricamente, o que inviabilizou boa parte da produção de Frege possivelmente fez com que seu pensamento pudesse ser definitivamente escrito na história da Lógica.

Ao contrário do que advogavam Frege e Russell, Wittgenstein nunca admitiu qualquer imperfeição lógica na linguagem ordinária<sup>41</sup>, uma vez que, mesmo concordando com eles que “é um fato corriqueiro a elaboração de sentenças que ocultam sua real forma lógica” (SILVA, 2009, p.112), não pode existir uma linguagem humana ilógica ou irracional.

Segundo Wittgenstein, “todas as proposições de nossa linguagem ordinária estão de fato (*tatsächlich*), do modo como estão, perfeitamente ordenadas de um ponto de vista lógico”. Não pode, portanto, haver linguagem ilógica. Já que suas estruturas mais complexas derivam de uma única e mesma lógica,

<sup>40</sup> No TLP, a linguagem torna-se uma espécie de cálculo operando de acordo com regras apropriadas e “ao reduzir os fenômenos linguísticos a essas rigorosas regras de uma linguagem lógica idealmente perfeita, o *Tractatus* faz uma espécie de *Ars Combinatoria*, filiando-se, de certo modo, ao ideal leibniziano de uma *Characteristica Universalis*, onde a linguagem logicamente perfeita é utilizada como um instrumento de demonstração racional, uma linguagem ideal que elimina os erros do discurso, conduzindo corretamente o pensamento (podemos notar neste aspecto a influência que Wittgenstein sofreu de Frege (*Begriffsschrift*), bem como de Russell e Whitehead (*Principia Mathematica*). Entretanto, saliento que a concepção do simbolismo tractatiano é diferente daquela sustentada por tais autores). Pois, como foi visto, Wittgenstein pretendia, com o *Tractatus*, traçar um limite para o pensar, ou melhor, para a expressão dos pensamentos” (CONDÉ, 1998 , p. 68).

<sup>41</sup> Para Wittgenstein, os sistemas encontrados no *Begriffsschrift* e nos *Principia* não são dotados de uma ordem lógica superior à da linguagem corrente, apenas o que ocorre é que eles conseguem revelar melhor esta mesma ordem.

segue-se que “há apenas uma e tão somente uma análise completa das proposições”. As estruturas gramaticais que sustentam a linguagem ordinária em sua superfície são formas aparentes. Se desejarmos encontrar o alicerce único e inquebrantável de toda linguagem possível de ser construída, devemos nos esmerar na prática da rigorosa análise lógica. Ainda que em sua superfície a linguagem ordinária permita a geração de enunciados indevidos em relação à lógica que a fundamenta, ela possui limites logicamente determinados. Ou seja, todo conjunto de ambiguidades e disparates que geramos no âmbito da linguagem cotidiana decorrem de uma inexatidão própria de suas formas aparentes – as diversas gramáticas de línguas existentes. A forma lógica oculta que fundamenta as diferentes e variadas edificações linguísticas tem sua perfeição guardada e inabalável. (SILVA, 2009, p.112)

Em sua *Conceitografia*<sup>42</sup>, publicada pela primeira vez em 1879 sob o título *Begriffsschrift: eine der arithmetischen nachgebildeten Formelsprache des reinen Denkens*<sup>43</sup>, Gottlob Frege vai defender a ideia de que a linguagem corrente é insuficiente para expressar as relações lógicas complexas, tese que o leva a elaborar a sua “conceitografia”<sup>44</sup>, assim chamada por considerar apenas o conteúdo conceitual<sup>45</sup> (*begrifflicher Inhalt*) como elemento fundamental para a inferência (MARGUTTI PINTO, 1998). Segundo Frege (2012, p. 48),

Creio que o melhor meio de elucidar a relação que se dá entre a minha conceitografia e a linguagem corrente seria compará-la com a relação que ocorre entre o microscópio e o olho. Este último, pela extensão de sua

<sup>42</sup> Adotamos, assim como sugere e Alcoforado et al. (2012, p. 52), a tradução da palavra 'Begriffsschrift' em língua portuguesa por 'Conceitografia', por discordarmos das traduções 'ideografia' e 'notação conceitual', apesar do próprio Frege ter assumido não ter sido muito feliz na escolha do termo, que antes dele já havia sido utilizado, conforme nos revela Korte (2010, p.285)(tradução nossa): “O termo ‘Begriffsschrift’ foi usado por Adolf Trendelenburg (1867), e antes dele por Franz B. Květ (1857), para a *lingua characteristica leibziniiana*, uma linguagem artificial, cujas estruturas de sinais espelham estruturas de conceitos que representam de tal maneira que os sinais e conceitos estão sistematicamente conectados. A maioria dos filósofos, no entanto, associam o termo 'Begriffsschrift' com Gottlob Frege e ao seu livreto de oitenta e uma páginas “*Begriffsschrift, eine der arithmetischen nachgebildete Formelsprache des reinen Denkens*” (1879) - a primeira manifestação da lógica moderna de predicados quantificadores. O fato de Frege ter utilizado o nome 'Begriffsschrift' em sua lógica não é uma coincidência. No prefácio de sua obra, Frege aponta que o 'sschrift Begrif', o sistema de lógica apresentado no livro, é supostamente a realização da linguagem sonhada por Leibniz (Frege 1879)”.

aplicabilidade e pela versatilidade de sua adaptação às mais diversas circunstâncias, é muito superior ao microscópio. Contudo, como um instrumento ótico, o olho possui, por certo, muitos inconvenientes, que passam comumente desapercebidos por força de seu estreito relacionamento com a nossa vida mental. De fato, se um objetivo científico exigir grande acuidade de resolução, o olho se mostra insuficiente. Por outro lado, o microscópio se afigura perfeitamente adequado para tais fins, embora por isso mesmo seja inadequado para outros.

G. Frege segue defendendo a aplicabilidade de seu *Begriffsschrift* à Filosofia, uma vez que “uma das tarefas da Filosofia for romper o domínio da palavra sobre o espírito humano, *desvendando os enganos que surgem, quase que inevitavelmente, em decorrência de utilizar a linguagem corrente para expressar as relações entre os conceitos*” (grifo nosso). Estes “equívocos inevitáveis” que permeiam a Filosofia, e em particular a Metafísica, expostos como consequência do trabalho de Frege, constitui uma das inspirações para o tom antimetafísico que permeia algumas das passagens do TLP, em particular o aforisma 6.53: “O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer senão o que se pode dizer; (...)

<sup>43</sup> Alcoforado et al. (2012) traduzem o subtítulo por “*Uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética*”. É de conhecimento comum o projeto fregeano de redução lógica da matemática, e sobre o próprio título, Frege esclarece que “Já que me limitei, aqui, a expressar relações que independem das propriedades particulares das coisas, poderia também empregar a expressão 'linguagem formular do pensamento puro'. Contudo, quando à (expressão) 'decalcada sobre a linguagem formular da aritmética', que utilizei no título (deste livro), vincula-se antes às ideias fundamentais do que às minúcias de execução (da conceitografia). Todo esforço de instituir uma semelhança artificial (com a aritmética) pela caracterização do conceito como a soma de suas notas esteve inteiramente fora de meus propósitos. O ponto de contato mais próximo entre minha linguagem formular e a (linguagem formular) da aritmética está no modo de utilizar as letras”. (FREGE, 2012, p.48) Aqui se faz necessário esclarecer a palavra aritmética. Segundo Alcoforado et al. (FREGE, 2012 p. 51) esclarecerem nas notas do Prefácio da *Conceitografia*, Frege emprega, muitas vezes, a palavra 'aritmética' “de maneira vaga e imprecisa. Por vezes ela é usada em seu sentido estrito, usual e elementar, envolvendo apenas as operações sobre os inteiros. Passagens há, porém, em que esta palavra assume um significado mais amplo, que abrange além da aritmética m sentido estrito e elementar, operações sobre os racionais, irracionais e complexos. Finalmente, em certos textos, sob este nome se encontram em questão inclusive os cálculos diferencial e integral. Portanto, o termo 'aritmética' é tomado frequentemente por Frege em sentido mais amplo que o usual, vale dizer, envolvendo não só grandezas discretas, como também o contínuo e os complexos e, por vezes, até certos tópicos de análise”.

<sup>44</sup> “(...) Deparei-me com o obstáculo da insuficiência da linguagem (corrente) (...) à medida que as relações se tornavam mais complexas, tanto menos apto me encontrava para atingir a exatidão exigida. Tal dificuldade levou-me a conceber a presente *Conceitografia*.” (FREGE, 2012, p 48-49)

<sup>45</sup> “(...) Chamei de conteúdo conceitual aquilo que encerra o que julgo ser relevante (para o processo inferencial). Essa explicação deve estar, portanto, sempre presente, caso se deseje entender corretamente a essência de minha linguagem formular (*Formelsprache*). Disso também deriva o nome *Conceitografia* (*Begriffsschrift*)”. (FREGE, 2012, p.48)

sempre que alguém pretendesse dizer algo metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições". Frege oferece seus préstimos para a Filosofia na medida em que sua Conceitografia pode ser aplicada pelos filósofos como uma ferramenta capaz de "liberar o pensamento dos acréscimos indesejáveis a ele associados pela natureza dos meios linguísticos de expressão"(FREGE, 2012, p.50) e aqui ele chama a atenção para as "discrepâncias" próprias da linguagem natural que põe em xeque sua eficiência em sua aplicabilidade exclusiva na construção do pensamento filosófico.<sup>46</sup> Assim, a conceitografia seria um "fator de progresso para a lógica" tradicional ou aristotélica<sup>47</sup> que se justifica "pelo fato de a lógica ter seguido, até aqui, muito proximamente a linguagem e a gramática". Frege não estava errado em conceber o avanço que o seu pensamento trouxe para a lógica do século XX, particularmente ao abrir espaço para o vanguardismo de outros pensadores, a exemplo do próprio Wittgenstein. A distinção entre *Sinn* (Sentido) e *Bedeutung* (Significado), a lógica simbólica – que permitiu tratar proposições cada vez mais complexas, a diferenciação entre conceito (*Begriff*) e objeto (*Gegenstand*), são alguns de seus avanços<sup>48</sup>.

A proposta de Frege para uma linguagem formular retoma em parte, segundo ele próprio, o projeto leibniziano de um *calculus philosophicus* ou *raciocinator*, que teria falhado pelo entusiasmo desmedido de Leibniz frente a possibilidade do "enorme incremento que traria ao poder intelectual da humanidade, um modo de designação adequado às próprias coisas (*die Sachen selbst*)" que não o permitiu enxergar a necessidade de avançar pouco a pouco na conquista do seu objetivo<sup>49</sup>. O trabalho de Frege seria então um acréscimo à tarefa de preencher as lacunas das linguagens formulares existentes na medida em que pretende associar, sob a égide de "uma única linguagem formular, domínios até então separados, e ainda no sentido de ampliá-la a ponto de incluir áreas que até então tinham escapado a essa

<sup>46</sup> "Por certo, ela também não reproduz as ideias de forma pura, já que isto não é possível quando as ideias são apresentadas por um meio (de expressão) exterior (à inteligência). O que é possível, por um lado, é confinar tais discrepâncias (conceitográficas) ao inevitável e ao inofensivo e, por outro, por estas diferirem daquelas (discrepâncias) que são próprias da linguagem corrente, elas nos protegem da influência unilateral de um meio particular de expressão."(FREGE, 2012, p.50)

<sup>47</sup> "Parece-me que a mera descoberta desta conceitografia foi um fator de progresso para a lógica." (FREGE, 2012, p.50)

<sup>48</sup> "Em particular, creio que a substituição dos conceitos de *sujeito* e *predicado* pelos de *argumento* e *função* resistirão ao tempo. (...) Mais ainda, a análise de como se correlacionam entre si os significados das palavras: *se*, *e*, *não*, *existe*, *alguns*, *todos*, *etc.*, mereceu toda a atenção" (FREGE, 2012, p.50).

<sup>49</sup> "Quando um problema parece insolúvel em toda a sua generalidade, deve-se provisoriamente restringi-lo; pois talvez possa ser resolvido por ampliações graduais"(FREGE, 2012, p. 49).

linguagem”(FREGE, 2012, p.49).

Em *Sobre a justificação científica de uma Conceitografia*<sup>50</sup>, datado de 1882, Gottlob Frege mais uma vez discursa sobre a ineficiência da linguagem ordinária, advogando a necessidade de uma ferramenta capaz de, concomitantemente, “evitar incompreensões quanto ao pensamento (*Denken*) de outrem, e também equívocos sobre o nosso próprio pensamento. *Tanto um quanto outro tem sua causa na imperfeição da linguagem*, já que temos de usar sinais sensíveis para pensar.” (FREGE, 2012, p. 193) (grifo nosso). A tese defendida por Frege é a de que a “imperfeição de nossa linguagem” deve-se ao fato de nossa atenção ser naturalmente voltada para o exterior, uma vez que somos sobrepujados pelas impressões sensíveis, mas vívidas que as imagens da memória (*Erinnerungsbilder*), de tal maneira que quase que por si só “as imagens sensíveis determinam o curso de nossas ideias (*Vortellungen*), tal como se dá nos animais” (FREGE, 2012, p.193-195). Portanto, estamos expostos a enganos que “(...) facilmente escapam aos olhos do examinador, especialmente aqueles que decorrem de ligeiras diferenças de sentido de uma palavra” (FREGE, 2012, p.193-195). Mas então o que possibilita o avanço do conhecimento humano e do pensamento científico? Frege coloca que o fato de ainda conseguirmos nos orientar razoavelmente bem é devido à existência de diversos meios de verificação – como a experiência e a intuição espacial – que se encontram à disposição dos seres humanos.

Ao invés disso, as regras lógicas<sup>51</sup> (por permanecerem exteriores ao conteúdo) pouca proteção nos oferecem, como indicam os exemplos de certas áreas do conhecimento em que os meios de verificação começam a rarear. *Estas regras não conseguiram preservar do erro alguns grandes filósofos, (...) já que (tais regras) sempre permaneceram alheias ao conteúdo.* (FREGE, 2012, p.193-195) (grifo nosso)

O argumento fregeano se concentra no fato de não encontrarmos, na linguagem corrente ou natural, um grupo bem definido de formas de inferência, o que nos impossibilita

<sup>50</sup> Título original: “Über die wissenschaftliche Berechtigung einer Begriffsschrift” (1882). Também republicado em 1964 sob o título (coletivo, uma vez que incluía outros textos) de “*Begriffsschrift und andere Aufsätze*”.

<sup>51</sup> Aqui Frege parece referir-se à lógica tradicional, de cunho aristotélico e booleano (cálculo de predicados).

de identificar uma cadeia inferencial sem lacunas. “Na linguagem, as relações lógicas são quase sempre apenas sugeridas, são apenas insinuadas e não propriamente expressas” (FREGE, 2012, p.195). Frege continua defendendo que a deficiência – ou melhor, a falta de eficiência – da linguagem natural se deve ao seu caráter maleável e instável, caráter este que está na sua própria essência de possibilidade de existência, pois é ele que lhe possibilita evoluir no tempo. Aqui ele faz uma interessante analogia com a mão, que “não obstante a adaptabilidade as mais diferentes tarefas é, ainda assim, insuficiente”<sup>52</sup>, nos motivando a criar mãos artificiais ou biônicas que possam executar as tarefas que nossas mãos são incapazes de realizar de maneira tão eficiente.

No curto artigo “*Sobre a finalidade da Conceitografia*<sup>53</sup>” (1883), Frege defende com mais clareza – frente às fortes críticas que se seguiram à sua *Conceitografia* (1879) – o seu projeto de “expressar um conteúdo mediante sinais escritos de maneira mais clara e precisa do que seria possível mediante palavras” (FREGE, 2012, p. 181)<sup>54</sup>. A simbolização proposta por Frege foi pensada inicialmente como uma conceitografia orientada para a matemática, o que não impede, segundo ele mesmo nos indica, que seu simbolismo também possa ser aplicado em outros domínios, outras áreas do conhecimento, uma vez que as relações lógicas estão presentes em toda parte. Assim sendo, “que os filósofos concedam a este assunto alguma atenção” (FREGE, 2012, p.198). A linguagem natural incapaz de prevenir os erros do pensamento: ela não é unívoca uma única palavra pode designar tanto um conceito quanto um objeto individual que cai sobre este conceito (idem, p. 194)<sup>55</sup>.

As ideias sobre linguagem corrente – ou natural – trabalhadas no TLP levam a uma série de considerações, algumas das quais só serão devidamente explicitadas nas

<sup>52</sup> “Produzimos mãos artificiais, instrumentos elaborados para fins específicos e que operam com uma precisão que a mão não lograria. Como é possível esta precisão? Graças a rigidez, a inflexibilidade dos componentes, cuja ausência torna a mão tão versátil. De modo similar, a linguagem por palavras tem as mesmas limitações necessitamos de um sistema de sinais (*Ganzen von Zeichen*), carente de toda ambiguidade, e cuja forma rigorosamente lógica não deixe escapar o conteúdo” (FREGE, 2012, p.195-196).

<sup>53</sup> Publicado primeiramente sob o título de “*Über den Zweck der Begriffsschrift*”, em 1883, e depois republicado, em 1964 como “*Begriffsschrift und andere Aufsätze*”.

<sup>54</sup> “Com efeito, desejava produzir não um mero *calculus ratiocinator*, mas uma língua characterica em sentido leibniziano; mas para tal realização, reconheço que um cálculo dedutivo é uma parte necessária de uma conceitografia”. (FREGE, 2012, p. 181)

<sup>55</sup> De modo geral, nenhuma distinção marcante é feita entre o conceito e o indivíduo. O 'cavalo' pode designar um ente individual; como também designar a espécie, como na sentença: 'O cavalo é um animal herbívoro'. Mas cavalo também pode designar um conceito, como na sentença: 'Isto é um cavalo'. (FREGE, 2012, p.194).

*Investigações*<sup>56</sup>. Mas no que se refere às confusões mais fundamentais de que toda a Filosofia está repleta (TLP: 3.324), a linguagem natural também parece ser a “fonte de todos os males” e a dificuldade em se chegar a uma ideografia consistente parece residir na questão da designação, uma vez que “a marca comum de dois objetos nunca pode ser denunciada por nós os designarmos com o mesmo sinal, mas através de diferentes modos de designação”(TLP: 3.322) e que na linguagem corrente é um fato corriqueiro a multidesignação das palavras, o que implica no fato de uma mesma palavra designar de maneira diferente (pertença a símbolos<sup>57</sup> diferentes) ou mesmo que “duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo” o que é exemplificado no TLP com a proposição “Rosa é rosa” , no qual a primeira “Rosa” palavra é um nome de pessoa e a segunda um adjetivo. “(...) Essas palavras não têm simplesmente significados diferentes mas são símbolos diferentes” (TLP 3.323).

Assim, chamamos a atenção para o primeiro ponto de conflito que ressaltamos entre as ideias de Wittgenstein e de Frege; a questão da linguagem natural, ou melhor da necessidade de esclarecimento lógico da linguagem corrente, conforme já tratamos no capítulo dois, está diretamente imbricada no projeto de crítica da linguagem empreendido no *Tractatus*.

<sup>56</sup> Em relação à discussão a respeito das “divergências” entre o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas*, Cunha(s.d), coloca que “ No *Tractatus*, Wittgenstein defende a linguagem como se tivesse o papel de um espelho que reflete a todo e qualquer objeto que se possa falar, como se só pudéssemos falar de um objeto ostensivamente, diretamente a aquele objeto para conhecermos seu significado. Assim a linguagem teria como papel denominar cada objeto ostensivamente, como se cada objeto no mundo tivesse sua representação única na linguagem, buscando assim erradicar, por assim dizer, toda e qualquer contradição na linguagem, pois se cada sentença tivesse seu sentido único e irrevogável (assim como as palavras) teríamos, como queria o autor do *Tractatus*, uma linguagem formal perfeita. Já no início das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein cita Santo Agostinho, que parte do mesmo pressuposto do “autor do *Tractatus*” sobre a linguagem, tomando a compreensão acerca dos objetos e sentenças se dão pela intenção de se indicar algo, ostensivamente, pelos signos da pronúncia ou gestos, partindo Wittgenstein deste ponto para iniciar sua teoria, usando a descrição de Agostinho como plano de fundo para pintar um novo cenário, mostrando que a linguagem não deve ser entendida como ela é, como queriam os lógicos, mas deve ser compreendido em seu funcionamento.”

<sup>57</sup> Há, no TLP, uma distinção entre signos (*Zeichen*), a saber “sons ou inscrições gráficas perceptíveis” e símbolos (*Symbolen*), que são “signos que foram projetados sobre a realidade”. Glock (1998, p.333-4) segue colocando que “há um nível em que é simples e clara esta distinção entre um mero signo (um som ou rabisco) e um signo dotado de significado, ou símbolo.(....) Um signo é aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo; um 'símbolo' ou 'expressão' é uma proposição ou parte de uma proposição que “caracteriza” ou “é essencial para” o sentido da proposição”. Um símbolo denota o *Bedeutung* (significado) de uma proposição, ligando-se à ideia de um “modo de significação”.

### 3.2 FREGE E A NOÇÃO DE OBJETO WITTGENSTEINIANA

A noção de objeto é central na ontologia do *Tractatus*, por isso, será necessariamente tema de investigação no presente trabalho. Diante da enorme influência de Frege sobre Wittgenstein, surge a questão sobre a influência do filósofo alemão no tocante a esse aspecto do TLP. Porém, ao tratarmos a respeito do conceito de objeto, precisamos logo de início ressalvar que há um abismo conceitual entre os “objetos individuais” de G. Frege e os “objetos simples” do TLP<sup>58</sup>; os objetos individuais fregeanos estão conceitualmente mais próximos dos objetos compostos<sup>59</sup> tractatianos. Pontuar estas diferenças se faz importante na medida em que revela o caráter ímpar da noção de objeto tractatiano, que não se encontra (em sua especificidade) na obra dos principais influenciadores do pensamento wittgensteiniano.

Wittgenstein introduz os objetos a partir do grupo 2 de aforismas do *Tractatus*. Para Wittgenstein (1922), o objeto é simples (TLP: 2.02), constituindo a substância do mundo, e por isso mesmo não podem ser composto (TLP 2.021); só existindo objetos é que pode haver uma forma fixa no mundo (TLP: 2.026). “O fixo, o subsistente e o objeto são um só” (TLP: 2.027) e “o objeto é o fixo, o subsistente, a configuração é o variável, instável” (TLP:2.0272). Os objetos simples são indestrutíveis e indecomponíveis; eles não podem ser descritos (definidos), mas apenas *nomeados*. Os nomes são os signos primitivos das proposições elementares, eles representam os objetos, que por sua vez possuem denotação (*Bedeutung*). Os objetos são também autossuficientes, uma vez que podem aparecer em todas as situações possíveis<sup>60</sup> (TLP: 2.0122). Quando conhecemos um objeto conhecemos também todas as suas possibilidades de aparecimento no estado de coisas (*Sachverhalt*)<sup>61</sup>, que estão em sua natureza.

<sup>58</sup> Trataremos também no próximo capítulo a respeito do conceito wittgensteiniano de objeto.

<sup>59</sup> Os objetos compostos também são chamados de “complexos”, na medida que nada mais são do que combinações de objetos simples. Glock (1998, p.266) traz um exemplo do que poderia ser considerado um objeto composto: os objetos materiais ordinários.

<sup>60</sup> A forma de autossuficiência dos objetos simples também é “uma forma de vínculo com o estado de coisas, uma forma de não ser autossuficiente. (É impossível que palavras intervenham de dois modos diferentes, sozinhas e na proposição)” (TLP: 2.0122).

<sup>61</sup> O estado de coisas possível é o *Sachverhalt*, enquanto o estado de coisas subsistente é o fato (*Tatsache*). No estado de coisas subsistente, o critério de verdade é a realidade, isto é, se a proposição representa um estado de coisas subsistente ela é verdadeira, do contrário ela será falsa; a subsistência do estado de coisas constitui o fato (TLP:2). O fato é o estado de coisas existente, real, e não apenas o meramente possível. Stenius(1964, p.31) apud Marques (1990, p.54-5) nos diz que “Um *Sachverhalt* é alguma coisa que poderia possivelmente ser o caso, um *Tatsache* alguma coisa que é realmente o caso”.

Condé (1998, p.53) coloca que os objetos são “as condições transcendentais da possibilidade do estado de coisas<sup>62</sup>”.

É perceptível, nos NB, a dificuldade de Wittgenstein conciliar a ideia de um objeto simples com o fato de não conseguir materializá-lo através de um exemplo. Notemos que não se tratava da busca por qualquer exemplo, mas um que fosse logicamente alcançável, uma tal façanha da qual o próprio Wittgenstein não foi capaz e que provavelmente implica diretamente na defesa por parte de um grupo relevante de autores – dos quais discordamos – da irrelevância, ou pouca relevância dos objetos simples no entendimento do TLP. Contrário a esta visão, Imaguire (2008, p.78) defende que do fato de que Wittgenstein nunca tenha conseguido articular um exemplo de um objeto simples não se segue que ele não tenha tido clareza sobre esse conceito: “Argumento, aliás, na direção contrária: justamente porque ele tinha uma noção muito precisa em mente, que implicava uma série de exigências lógicas bem determinadas, não lhe foi possível encontrar um exemplo que satisfizesse tais exigências”.

Braida (2005, p.7) defende que o objeto ocupa o espaço “nas filosofias metódicas pós kantianas o lugar antes reservado ao ente (*on, esse, seiende*)” e neste sentido a noção de objeto pode ser vista como uma abertura ontológica<sup>63</sup>. Ele elege o pensamento de Frege, assim como o de Twardowski e Meinong, para fundamentar sua tese; “Russell, Whitehead, Wittgenstein, Carnap, (...), se apropriaram e usaram de modo particular essas aberturas, e ao menos três grandes movimentos do século XX daí receberam influxos decisivos: a filosofia analítica da linguagem, a fenomenologia e a escola polonesa” (BRAIDA, 2005, p.8). Na visão de Braida, Frege parte da ideia da exterioridade do objeto em relação à representação e à consciência, deixando de lado a tese de que “ser e pensar são o mesmo” e o princípio da imanência (só podemos pensar o que está em nossa mente).

Frege era explícito quanto a esse ponto, ao dizer: “*existe algo que não é minha ideia ainda assim, pode ser objeto de minha consideração, de meu pensar*”. O cerne do debate, portanto, não obstante girar em torno da noção de entidade e de objeto, implica uma revisão da teoria do juízo (e da

<sup>62</sup> O estado de coisas atômico é representado por uma proposição elementar - que não admite análises ulteriores (CONDÉ, 1998, p.53).

<sup>63</sup> “Abertura no sentido dos enxadristas, a saber, enquanto tomadas de decisões e ações iniciais”. (BRAIDA, 2005, p.7)

proposição) e da compreensão mesma do que é pensar. (...) Frege abandona completamente a teoria tradicional do juízo e do pensamento, modificando inclusive os fundamentos da lógica (...). (BRAIDA, 2005, p.8-9)

Ele segue defendendo que os *Grundgesetze der Arithmetik*, é um dos textos – em conjunto com *Sobre a teoria e o objeto* de Kasimir Twardovski e *Para a doutrina do conteúdo e do objeto das representações* de Alexius Meinong – que abre as portas para “uma nova ontologia sem “propriedades transcendentais” e sem “formas substanciais”<sup>64</sup>”. Braida (2005) vai contra o consenso<sup>65</sup> (...) e se fundamenta na tese que os “conceitos ontológicos (entidade, objeto, propriedade, relação, etc.) não são redutíveis aos conceitos noemáticos (pensamento, consciência, conceito) e nem aos conceitos semânticos (linguagem, gramática, sentido)”. Para ele, a noção de algo a que o pensamento e a linguagem se dirigem enquanto seu real implica “que nenhuma teoria filosófica da consciência (e do pensamento) e nenhuma teoria da linguagem (e da gramática) podem substituir a ontologia (e a lógica)”. Seguindo a ideia de Braida, o texto de Frege, assim como os (textos) dos dois outros autores supracitados, tem o mérito de distinguir entre os “objetos ditos e pensados” dos “objetos reais ou efetivos” o que os tornaria tais textos, segundo sua interpretação, “aberturas legitimadoras da necessidade das noções ontológicas”. Indo além da interpretação clássica que opõe o pensamento fregeano à ontologia<sup>66</sup>, ele defende que estes textos são na realidade fontes de resistência da ontologia na medida em que trazem uma crítica antecipada e necessária das tendências então correntes de esvaziamento e relativização da metafísica. “O ponto dessa resistência é o conceito de algo independente e diferente de qualquer conteúdo mental ou linguístico, relativamente ao qual pensamentos e enunciações são, ao contrário do

<sup>64</sup> “Dito francamente, a relatividade ontológica já está ali formulada de modo explícito. Todavia, ao dizer isso, eu na verdade pretendo sugerir que esses textos podem ser usados, ex contrario, como antídotos contra o consenso generalizado em torno do relativismo ontológico e do subjetivismo metódico que permeiam quase toda a filosofia e reflexão culta hodiernas, que têm por óbvio que a realidade é uma construção e que todo pensamento, por estar referido apenas aos seus construtos, sempre é relativizável”. (BRAIDA, 2005, p.8)

<sup>65</sup> “A defesa usual é de que algum momento de sua reflexão, (os textos citados) fazem uso da noção de algo distinto de nosso pensamento e discurso, da noção de algo que não é construto nosso e ao qual nos referimos ao pensar e falar, e pelo qual pensamentos e discursos podem ser aferidos e referendados”.(BRAIDA, 2005, p.8)

<sup>66</sup> “A ontologia foi, ao longo do século XX, subsumida e substituída por procedimentos de análises semânticas, gramaticais e fenomenológicas, e explicitamente o conceito forte de objeto, e de entidade, foi definido em termos gramaticais, fenomenológicos e psicológicos”. (BRAIDA, 2005, p.8-9)

enunciado da tese da relatividade ontológica, relativos.” (BRAIDA, 2005, p.8-9)

A despeito do “abismo conceitual” entre a noção de objeto imanente no *Tractatus* e a de objeto para Frege, que mencionamos, precisamos ressalvar que a influência das ideias fregeanas sobre Wittgenstein se dá no sentido de legitimar a necessidade de noções ontológicas, ainda que a noção de objeto divirja entre os dois filósofos. A defesa que Braida faz das ideias fregeanas se aproximam em certo sentido da tese que acatamos no presente trabalho, a saber, a da natureza ontológica da lógica tractatiana. Embora traçar maiores considerações sobre um Frege potencialmente “ontológico” escape do nosso objetivo, percebemos que – de maneira análoga ao que ocorre com Wittgenstein – conceitos fregeanos como o de objeto, relegados a segundo plano, ainda suscitam várias dúvidas e se mostram como um campo que ainda tem muito a ser explorado, mesmo tendo em mente que as ambições filosóficas de Frege eram em certo sentido muito menores que as suas ambições lógico-matemáticas.

Partindo da aceitação da tese da natureza fundamental do conceito de objeto simples na ontologia do TLP, ao procuramos nos deter sobre a representatividade do conceito de objeto na obra fregeana somos colocados frente a uma escassez de fontes que possibilitem conceder um status análogo ao estudo dos objetos em Wittgenstein. Em seu texto *Über Begriff und Gegenstand*, publicado pela primeira vez em 1892 no volume XVI da coletânea de artigos da revista *Vierteljahrsschrift für wissenschaftliche Philosophie* (p.192-295), republicado em “*Funktion, Begriff, Bedeutung: Fünf logische Studien*” sob a organização de G. Patzig (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1962, p 66-80).e finalmente traduzido na língua portuguesa pelo Prof. Paulo Alcoforado como “*Sobre o conceito e o objeto*”, Frege rebate uma série de oito artigos publicados pelo filósofo e psicólogo austríaco Benno Kerry entre os anos de 1885 a 1891. Kerry foi aluno de Ernst Laas e Otto Liebmann (em Strasburgo) e de Franz Bretano em Viena, período no qual se tornou amigo pessoal de Alois Höfler, que influenciou as obras de Kerry com o seu conceito de “trabalho psíquico”; *Privatdozent* na Universidade de Strasburgo, B. Kerry foi ainda fortemente influenciado por Boltzano, por Edmund Husserl e por Kazimierz Twardowski (“*Sobre a doutrina do conceito e do objeto da representação*”)<sup>67</sup>. Fulogonio (2008, p.5) descreve Kerry como um filósofo totalmente compenetrado com a problemática dos fundamentos da matemática que publica sua série de

<sup>67</sup> FULOGONIO, María Gabriela (2008). Benno Kerry: una crítica temprana al logicismo de Frege y un antecedente en la historia del problema de la impredicatividad. *CLE e-Prints*, vol. 8, nr. 6.

artigos (1885 e 1891) na própria *Vierteljahrsschrift* e que além de proceder à sua famosa crítica à noção fregeana de conceito (o “problema do conceito ‘cavalo’”), faz também considerações à noção fregeana de número, antecipando, ainda segundo Fulogonio (2008, p. 7) colocações que o próprio Russell faria depois<sup>68</sup> ao tratar da descoberta de seu célebre paradoxo do “conjunto de todos os conjuntos que não contêm eles mesmos”.

Kerry concentra sua crítica na definição fregeana de sucessão em dois pontos principais: o primeiro é a dificuldade (a rigor, a impossibilidade) de precisar o conjunto de propriedades hereditárias<sup>69</sup> e, o segundo, que “seguir a *x*” é precisamente uma propriedade hereditária, o que implica em um círculo vicioso. A crítica de Kerry assinala a dificuldade de se estabelecer o conjunto de propriedades hereditárias em uma série e vai além ao observar que o que a definição exige é essencialmente impossível, o que nos remete à ideia contemporânea de “definições impredicativas”. Dizer em Lógica e em Matemática que uma definição é impredicativa consiste em, traduzindo em termos simplistas, que essa definição menciona ou quantifica o próprio conjunto que define (ou, o que é mais comum, outro conjunto que contenha o conjunto que está sendo definido); assim, podemos dizer que a propriedade da impredicatividade é uma definição autorreferenciável.

Frege contra-ataca Kerry acusando-o de fundamentar sua crítica em pressupostos psicologicistas, uma vez que era notória então a aproximação de Benno Kerry com a interpretação psicologicista do conhecimento, em particular por sua aproximação com Höfler. María Gabriela Fulogonio (2008, p. 9) defende, entretanto, a tese de que o pressuposto basilar contido na crítica kerryana à definição de sucessão fregeana se concentra em uma “aspiração

<sup>68</sup> Russell apud FULOGONIO (2008, p.9) coloca que “there is an attack on the definition: “*y* follows *x* in the *f*-series if *y* has all the properties inherited in the *f*-series and belonging to all terms to which *x* has the relation *f*.” This criterion, we are told, is of doubtful value, because no catalogue of such properties exists, and further because, as Frege himself proves, following *x* is itself one of these properties, whence a vicious circle. This argument, to my mind, radically misconceives the nature of deduction. In deduction, a proposition is proved to hold concerning every member of a class, and may then be asserted of a particular member: but the proposition concerning every does not necessarily result from enumeration of the entries in a catalogue (The Principles of Mathematics, p. 522)”.

<sup>69</sup> Frege e Russell compartilham a noção de propriedade hereditária ou ancestral: *algo que pertence a uma pessoa se pertence aos pais da pessoa*. “Podemos então definir “*y* é um descendente de *x*” como “*y* é filho de alguém que possui todas as propriedades hereditárias de *x*”. Entretanto, embora um descendente de *x* tenha que ter todas as propriedades que são hereditárias na família iniciada por *x*, é logicamente possível alguém possuir todas essas propriedades sem ser membro da família. Frege e Russell procuraram superar essa dificuldade, alegando que uma das propriedades hereditárias é precisamente a propriedade de “ser descendente de *x*”, com a consequência de que qualquer um que tenha todas as propriedades hereditárias deve necessariamente ser um membro da família.”(GLOCK, 1998, p.263). Esta “estratégia” das propriedades ancestrais é rechaçada por Wittgenstein no TLP por considerá-lo um círculo vicioso.

gnoseológica” que, segundo ela, Frege explicita em reiteradas oportunidades em toda a sua obra. A noção de sucessão defendida por Frege é insuficiente e insatisfatória – como Russell mais tarde deixaria claro em sua leitura do texto fregeano – pelo simples fato de exigir, entre outras coisas, que já seja conhecido aquilo que se pretende elucidar. “Vê-se que esta dificuldade não surge da raiz de nenhuma posição gnoseológica determinada nem trata de nenhum problema metafísico acerca da natureza, nem da finitude ou não, do conjunto de entidades a conhecer. A única coisa que faz falta é mostrar que, de fato, a propriedade de seguir a certos elementos é hereditária”<sup>70</sup> (FULOGONIO, 2008, p. 9) (tradução nossa)

Frege inicia seu texto colocando que as objeções de Kerry são na verdade fundamentadas numa má compreensão de suas obras, sobretudo no que se refere à noção de 'conceito'. Para G. Frege, “a palavra conceito é empregada de diversos modos; em parte em sentido psicológico, em parte em sentido lógico e, em parte talvez, numa confusa mistura de ambos” (FREGE, 1978, p. 89), no que ele, Frege, decide se ater ao uso puramente lógico, rebateando Kerry, que teria “involuntariamente” confundido o seu próprio uso da palavra “conceito” – de aspiração psicológica – com o de nosso filósofo matemático, o que “disto resultam facilmente contradições das quais o meu uso não é responsável” (FREGE, 1978, p.89).

Chamamos a atenção para um interessante trecho do artigo *Sobre o Conceito e o Objeto* que costumeiramente passa a largo de discussões mais profundas mas que a nosso ver clarifica a orientação gnoseológica das ideias fregeanas:

Não se pode exigir que tudo seja definido, da mesma maneira que não se pode exigir do químico que decomponha todas as substâncias. O que é simples não pode ser decomposto, e o que é logicamente simples não pode ter uma definição propriamente dita. O logicamente simples não nos é dado logo de início, como tampouco ocorre com a maioria dos elementos químicos; pelo contrário, ele é alcançado por meio do trabalho científico. *Ao se descobrir algo que é simples, ou que, pelo menos por enquanto, deva ser tomado como simples, deve forjar-lhe uma denominação, já que a*

<sup>70</sup> Para Fulogonio (2008, p.9)(tradução nossa), se se prova isto “a definição que y segue x em f requer justamente que y siga a x em f (o que está longe de ser esclarecedor) porque essa definição exige que y tenha todas as propriedades hereditárias que possuem os elementos que se relacionam mediante f com x, porém uma dessas propriedades seria seguir a x, já que como acabara de ser provado, seguir a x é hereditária”.

*linguagem não contém originalmente uma expressão que lhe corresponda exatamente. Não é possível uma definição para a introdução de um nome que corresponda a algo logicamente simples.* Para isto, só resta levar o leitor ou o ouvinte, por meio de sugestões, a entender o que se quer dizer com esta palavra.” (grifo nosso) (FREGE, 1978, p.90)

Traçando um paralelo entre a colocação de Frege acima e a própria dificuldade wittgensteiniana de exemplificar a ideia de um “objeto simples”, quedamos a pensar sobre o alcance da influência de determinadas visões filosóficas implícitas na obra dos antecessores de LW e o direcionamento da escrita do próprio *Tractatus*. Ao advogar a incompetência inicial da linguagem em expressar “um nome que corresponda a algo logicamente simples”, Frege parece estar caminhando ao encontro de sua própria “escada”, apelando para uma compreensão/competência de seus leitores que não é passível de mensuração/verificação e que escapa ao alcance da lógica matemática.

Retomando a linha de argumentação do *Conceito e Objeto*, G. Frege coloca que em seu entendimento o *conceito é predicativo*, o que implica dizer que o conceito é a na verdade, a *referência de um predicado gramatical*, ao passo que *um nome de objeto (um nome próprio) não pode absolutamente ser usado como um predicado gramatical*. Neste ponto Frege vai esclarecer suas definições utilizando-se de seu célebre exemplo do planeta Vênus. Analisemos as duas sentenças abaixo:

- i) A Estrela matutina é Vênus.
- ii) A Estrela matutina é um planeta.

No primeiro caso, temos dois nomes próprios (“a Estrela matutina” e “Vênus”) para um mesmo objeto, já no segundo temos um nome próprio (“a Estrela matutina”) e um termo conceitual (“um planeta”); o “é” também assume diferentes papéis: se em ii) ele exerce o papel de cópula (é um mero sinal verbal – *Formwort* – da predicação) e equivale funcionalmente ao sinal aritmético de igualdade, exprimindo uma identidade, em i) o “é” é, conteudisticamente, uma parte essencial do predicado, de tal forma que o predicado de i) não é “Vênus”, e sim “é Vênus”, uma vez que o “é” possui uma função análoga à expressão “não

é outra senão”, indicando que “é Vênus” refere-se a *um conceito sob o qual só cai um único objeto*, a saber “a Estrela matutina”. Frege (1978, p.91) reforça, semelhante ao que defendeu nos *Grundgesetze der Arithmetik*, que “uma identidade é reversível, mas o cair de um objeto sob um conceito não é uma relação reversível” e que “um tal conceito deve ser sempre distinguido do objeto”. A “referência” da palavra “Vênus” *nunca pode ocorrer como um conceito, mas somente como um objeto*, o que significa que a palavra “Vênus” nunca poderá ser propriamente um predicado, embora possa fazer parte de um, a exemplo do que ocorre em “é Vênus”.

Enunciando o critério segundo o qual *o artigo definido singular sempre indica um objeto e que o artigo indefinido acompanha um termo conceitual*, Frege assume o precedente de uma fundamentação linguística de um princípio lógico – um dos pontos atacados por B. Kerry – que nos parece inicialmente estranha tendo em vista conhecermos a postura que G. Frege assume a respeito da linguagem natural, e que soa ainda mais surpreendente quando em sua defesa Frege recorre à alegação de uma “intuição linguística” dos falantes de uma língua (sobre a qual ele não tece maiores comentários) fundamentada na ideia de que “sem uma linguagem, não nos podemos entender um ao outro e, em última instância, temos de confiar em que os outros compreendam as palavras, as formas e as construções sentenciais, no essencial, identicamente a nós mesmos” (FREGE, 1978, p. 92). Na nota 1 da página 93 de “Sobre o conceito e o objeto”, Gotlob Frege, nos auxilia a entender a sua posição ao declarar que:

(...) Frequentemente, expressões distintas tem algo em comum, a que denomino sentido, e no caso das sentenças, pensamento; em outros termos não se deve desconhecer que o mesmo sentido, o mesmo pensamento, podem ser expressos de várias maneiras. Assim, a diferença não está no sentido, mas apenas na apreensão, na nuança, no matiz do sentido, e estes são irrelevantes para a Lógica. É possível que uma sentença não dê mais nem menos informação que outra; e, apesar de toda a multiplicidade das línguas, a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos. Se toda transformação da expressão fosse proibida, sob o argumento de que com isso também mudaria o conteúdo, paralisar-se-ia simplesmente a Lógica; pois, sem que se tente redescobrir o pensamento nas suas múltiplas vestimentas, a tarefa da Lógica é de todo insolúvel.(FREGE, 1978, p.93)

Entretanto, ao se referir ao exemplo do “‘conceito’ cavalo” colocado por Kerry, Frege vai defender sua posição reafirmando a necessidade vital de repensarmos as dubiedades da linguagem natural elucidando-as através da aplicação de termos lógicos. Dessa maneira, segundo ele, “‘conceito’ cavalo” não é um conceito, enquanto que “a cidade de Recife” é uma cidade ou “o oceano Atlântico” é um oceano, o que deve ser indicado pelo próprio emprego das aspas na palavra ‘conceito’ em “o ‘conceito’ cavalo”. Quando procedemos a algum tipo de investigação lógica, necessitamos frequentemente pregar algo de um conceito, e dessa maneira “revestir o conceito da forma linguística usual para tais enunciados, de modo que o que é dito do conceito torne-se o conteúdo do predicado gramatical” (FREGE, 1978, p.94). Aqui Frege faz, porém, uma importante ressalva: embora fosse esperado que o conceito fosse a referência do sujeito gramatical, o conceito enquanto tal – em razão de sua função predicativa – não pode desempenhar este papel, mas deve ser “convertido num objeto, ou falando mais precisamente, deve ser representado por um objeto” (FREGE, 1978, p.94). Partindo da distinção linguística entre “sujeito” e “predicado” ele coloca que um conceito é a referência de um predicado, enquanto que *um objeto é o que nunca pode ser a referência total de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito*. Ao falar de objeto, contudo, Gottlob Frege está se referindo não a uma entidade ontológica fundamental, mas sim ao objeto entendido como “algo no mundo”.

Ao fim e ao cabo, o que Frege defende em seu artigo é que expressões como “o conceito F” não designam conceitos, mas sim *objetos* (FREGE, 1978, p.96). Um objeto possui nome próprio, e do objeto se predica algo. O que se predica de um conceito nunca pode ser predicado de um objeto, pois um nome próprio nunca pode ser uma expressão predicativa, embora possa ser parte dela (FREGE, 1978, p.97) o que implica dizer que é sem sentido, impossível, pregar de um objeto o que é predicado de um conceito. Precisamos estar atentos às ambiguidades da linguagem natural, o que deriva do fato de que por vezes podemos usar a mesma palavra ora como nome próprio e ora como termo conceitual. Frege nos leva outra máxima sua: o comportamento do conceito é essencialmente predicativo (mesmo onde se predica algo dele) e por conseguinte só pode ser substituído por outro conceito, *nunca por um objeto*. Os *objetos* caem *sob* um conceito de primeiro nível, enquanto os *conceitos* caem *em* um conceito de segundo nível; o “*cai sob*” se refere a uma relação. O próprio Frege é taxativo ao admitir que “existe um obstáculo peculiar em minha comunicação com o leitor, pois, por

uma certa necessidade linguística, minha expressão tomada literalmente não exprime, às vezes, meu pensamento, uma vez que nomeia um objeto onde se visava a um conceito” e ao ponderar a possibilidade de suas distinções serem vistas como “artificialidades linguísticas”, recorrendo à “complacência do leitor, que não regateia uma pitada de sal”. Finalizando seu artigo, Frege coloca que “uma consideração mais minuciosa faz concluir que a dificuldade reside na própria natureza da questão e de nossa linguagem; que é impossível evitar uma certa inadequação da expressão linguística; e que não nos resta senão tornar-se dela consciente e levá-la sempre em conta” (FREGE, 1978, p.103).

Em conjunto com “*Função e Conceito*” e “*Sobre o sentido e a referência*”, “*Sobre o Conceito e o Objeto*” forma a tríade de artigos fregeanos publicados entre 1891 e 1892, que possuem um caráter menos técnico e mais filosófico, assim como os *Fundamentos da Aritmética*. Nele encontramos reflexões importantes sobre a linguagem, e ainda que a visão de Frege como um “filósofo da linguagem” que Dummet (1973) defende possa ser contestada por supostamente não pertencer ao objetivo primeiro de Frege, que estaria de fato mais preocupado em preservar o seu projeto de fundamentação lógica da matemática, ideia defendida por Sluga (1980)<sup>71</sup>, é inegável que as preocupações que Gottlob Frege dispensa em suas discussões no que se refere a definições como “sentido”, “referência” e “conceito” constituem distinções linguísticas fundamentais para a formação lógica de Wittgenstein e que, consequentemente, se imbricaram em suas obras, sobretudo no *Tractatus*.

<sup>71</sup> Rodrigues (2008, p.9) se alinha à posição defendida por Sluga (1980), bem com Weiner e Chateaubriand: “(...) O ponto que precisa ser enfatizado aqui é que a função principal desses textos no projeto de Frege, especialmente *Função e Conceito* e *Sobre o Sentido e a Referência*, é consertar a linguagem formal de Frege, evitando os problemas da *Grundgesetze der Arithmetik*, já mencionados, e também apresentar de modo informal, na forma de elucidações, noções centrais necessárias para a realização do seu projeto. Tais elucidações não pertencem à teoria propriamente dita, mas têm caráter propedêutico. Nelas, Frege frequentemente faz uso de exemplos da linguagem natural, como na apresentação da distinção sentido/referência. Entretanto, o ponto de tais explicações informais não é uma análise da linguagem natural, mas, sim, explicar, de fora do sistema, noções técnicas do sistema de Frege. É importante aqui observar que o projeto de Frege era, sem dúvida, um projeto filosófico não apenas por ter um caráter epistemológico, mas também por se colocar em uma postura crítica e em relação aos fundamentos da aritmética. Entretanto, tratasse claramente de uma investigação restrita à filosofia da matemática”.

### 3.3 RUSSELL E O GÊNIO

“Conhecer Wittgenstein foi uma das mais excitantes aventuras intelectuais da minha vida”<sup>72</sup>; a declaração que Russell faz para o obituário de Wittgenstein - morto em 29 de abril de 1951 aos 62 anos recém-completados - revela a importância do encontro entre dois dos principais lógicos do século XX. Quando Russell conheceu Wittgenstein este último ainda era um estudante de engenharia interessado nas origens da matemática que o impressionou de uma maneira um tanto dúvida: “No início eu estava em dúvida se ele era um gênio ou uma manivela, mas logo me decidi a favor da primeira alternativa” (Russell, 1951, p.297).

Bertrand Arthur William Russell, nascido no País de Gales em 18 de maio de 1872 e falecido em 2 de fevereiro de 1970 vitimado por uma gripe, foi o terceiro conde Russell e conseguiu em vida o reconhecimento por seu trabalho, tendo alcançado fama internacional e sido galardoado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1950. A carreira acadêmica brilhante deste notável filósofo e matemático foi permeada pela defesa de uma série de bandeiras por parte deste pensador apaixonado. Russell militou pela paz mundial, pela igualdade dos direitos entre homens e mulheres, pela educação infantil (chegou até a fundar com sua segunda esposa, Dora Winifred Black Russell uma escola experimental infantil em Beacon Hill, na Inglaterra), pelo reconhecimento da URSS, entre tantas outras, tendo ainda sido anarquista e ateu confesso. Longevo ao ponto de conseguir publicar sua autobiografia, o terceiro conde Russell foi homem de vida tão ativa e produtiva quanto longa e que, em seus quase um século de vida – 98 anos para sermos mais exatos – foi testemunha e agente da revolução cultural que se iniciou no final do século XIX e perdurou por toda a extensão do século XX, indo da Inglaterra Vitoriana à era Espacial. E ainda, se enquanto lógico e matemático B. Russell promoveu uma verdadeira revolução nas bases da filosofia matemática, enquanto filósofo defendia que a Filosofia deveria estar disponível para todos.

Para além da defesa do “desencastelamento” da Filosofia, Russell também compartilhava com Wittgenstein a ideia de que muito do que até então se nomeava de metafísica precisava ser revisto e até mesmo expurgado. A posição russeliana e uma certa interpretação do TLP (da qual já afirmamos não pactuar) foram fontes de inspiração para o

<sup>72</sup> “*Getting to know Wittgenstein was one of the most exciting intellectual adventures of my life*”. In: Russell, Bertrand. **Mind**. New Series, Vol. 60, No. 239 (Jul., 1951), Oxford University Press, pp. 297-298. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2251317>. Acesso em 15.03.2014.

movimento de caráter antimetafísico denominado “Círculo de Viena”. Segundo Russell em seu livro “Os problemas da Filosofia” (2005), publicado inicialmente em 1912,

A maioria dos filósofos – ou, pelo menos, muitos deles – professa ser capaz de provar, por meio de um raciocínio metafísico a priori, coisas como os dogmas fundamentais da religião, a racionalidade essencial do universo, o caráter ilusório da matéria, a irrealidade de todo mal, e assim por diante. Não há dúvida alguma de que a esperança de encontrar uma razão para acreditar em teses como essa tem sido a principal inspiração de muitos dos que têm se dedicado ao estudo da filosofia. Creio que esta esperança é vã. Parece que o conhecimento relativo ao universo como um todo não pode ser obtido pela metafísica, e que as provas apresentadas, segundo as quais, em virtude das leis lógicas, tais coisas devem existir e tais outras não, são incapazes de sobreviver a um exame crítico. (Russell, 2005 p.119)

Não é de estranhar, portanto, a aparente decepção de Russell ao constatar que seu pupilo, inicialmente defensor de uma postura tão céтика quanto a dele, volta da segunda guerra com uma postura que B. Russell denominou de “mística”<sup>73</sup> e com uma obra – o *Tractatus Logico-Philosophicus* – aparentemente incompreensível. Dessa maneira, o polêmico “misticismo tractatiano” se coloca como um dos entraves para uma compreensão russeliana do *Tractatus*, o que desemboca na célebre introdução ao TLP que marca o início do afastamento entre os dois filósofos. Ao defender posições divergentes das de Frege e Russell, Ludwig Wittgenstein acaba por se distanciar também na esfera pessoal daqueles que inicialmente havia considerado como mentores.

Um dos pontos iniciais de conflito entre as ideias de Frege, Russell e Wittgenstein – conforme já adiantamos nos tópicos anteriores nos quais tratamos sobre as influências e dessemelhanças entre o pensamento fregeano e o wittgensteiniano – é a divergência deste

<sup>73</sup> Ainda no obituário de Wittgenstein, publicado na *Mind*, Russell coloca que: “Nos tempos anteriores de 1914, ele estava preocupado quase que exclusivamente com a lógica. Durante, ou talvez um pouco antes, da primeira guerra, ele mudou sua visão e tornou-se mais ou menos um místico, como pode ser visto aqui e ali no *Tractatus*. Ele tinha sido dogmaticamente anti-cristão, mas, neste aspecto, ele mudou completamente. A única coisa que ele me falou sobre isso foi que, uma vez em uma aldeia na Galiza, durante a guerra, ele encontrou uma livraria contendo apenas um livro, que foi o de Tolstoi sobre os Evangelhos. Ele comprou o livro, e, de acordo com ele, o livro o influenciou profundamente. Do desenvolvimento de suas opiniões depois de 1919 eu já não posso falar”. (Russell, 1951, p. 298)(tradução nossa)

último dos demais no que concerne ao papel da linguagem ordinária no trabalho filosófico. Segundo Alencar (2006, p.229), os três convergem a respeito da necessidade da linguagem ordinária ser esclarecida em alguma medida (defendendo inclusive a existência de distinções entre a forma lógica e a forma grammatical de uma proposição<sup>74</sup> mas possuem diferentes pontos de vista sobre sua importância). “Para Frege e Russell, a linguagem ordinária é ambígua, vaga. Apresenta, pois, defeitos que a tornam inutilizável para discursos que necessitam de precisão, como é o caso da ciência e da filosofia. Enquanto que para Wittgenstein, as proposições da linguagem ordinária estão em perfeita ordem (TLP 5.5563), porém, isso não significa que a forma grammatical e a forma lógica da proposição coincidam sempre” (2006, p.229). Ainda segundo Alencar (2006, p.229), Wittgenstein defende que a análise das proposições da linguagem ordinária revela a sua real forma lógica, o que significa dizer que, mesmo defendendo que a linguagem natural está em ordem, a forma lógica proposicional não é dada de maneira imediata no uso corrente de proposições. Tais ideias vão nos remeter à *Sprachkritik*, um dos pontos centrais da discussão de nosso trabalho.

Vamos aqui rememorar o aforisma 4.0031: “Toda filosofia é ‘crítica da linguagem’. (Todavia, não no sentido de Mauthner.) O mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser sua forma lógica real.” (TLP: 4.0031). Quando Wittgenstein, sempre tão econômico em suas citações, coloca em um mesmo aforisma nomes de pesos tão díspares para a história da Filosofia como Fritz Mauthner e Bertrand Russell, deixa evidente a importância que tal passagem tem para a edificação de suas ideias e a necessidade de caracterizá-las devidamente em relação a seus antecessores. Como já discutimos as possíveis influências mauthnerianas no primeiro capítulo, não nós alongaremos mais aqui sobre esse tema; quanto a Russell, suas teorias, bem como as de Frege serviram como base para a discussão que Wittgenstein edifica no TLP. Quando LW escreve que o “mérito de Russell é ter mostrado que a forma lógica aparente da proposição pode não ser a sua forma lógica real”, no aforisma supracitado, parece estar se remetendo à Teoria das Descrições Definidas (TDD), na qual Russell distingue a forma grammatical (forma lógica

<sup>74</sup> Ressalvamos, entretanto, que apesar de Frege, Russell e Wittgenstein admitirem diferenças entre a forma grammatical e a forma lógica de uma proposição, não concordam entretanto em que medida ocorre esta distinção. Para Wittgenstein, por exemplo, segundo Alencar (2006, p.230) essa distinção se daria no sentido de uma explicitação.

aparente) e a forma lógica (real) das proposições<sup>75</sup>, que discutiremos no próximo tópico.

### 3.4 A TEORIA RUSSELLIANA DAS DESCRIÇÕES DEFINIDAS

Apesar de não ter logrado êxito, o ambicioso projeto de “axiomatização da matemática<sup>76</sup>”, ainda segue sendo, uma das maiores marcas do trabalho russelliano<sup>77</sup>, não só pelo alcance acadêmico que tomou, mas principalmente porque em sua elaboração Russell acabou por contribuir de maneira inconteste para a Filosofia da Lógica. Os grandes ganhos desse projeto concentram-se na elaboração da Teoria dos Tipos<sup>78</sup> e na Teoria das Descrições Definidas, sobre a qual centraremos a nossa análise.

No célebre artigo *On Denoting*, publicado pela primeira vez na Revista *Mind* em outubro de 1905, o conde Russell nos apresenta a sua Teoria das Descrições Definidas (TDD)

<sup>75</sup> Alencar (2006, p.229) nos chama atenção para o fato de Wittgenstein não citar Frege no aforisma 4.0031, apesar de G. Frege também ter diferenciado a forma lógica e a forma grammatical de uma proposição; isso seria derivado do fato de que “*apesar de existir a distinção entre forma grammatical e forma lógica em Frege, apenas com a TDD de Russell essa distinção tornar-se-á completamente clara e radical*” Alencar (2006, p.232) O problema de Frege estaria em não ter conseguido ultrapassar uma visão puramente sintática e portanto limitada, na distinção entre conceito e objeto.

<sup>76</sup> O grande projeto levado a cabo por Russell visava demonstrar a fundamentação lógica da Matemática (e não só da Aritmética como apregoava Frege), buscando corroborar a tese de que *todos os axiomas matemáticos são derivados e podem ser reduzidos a alguns poucos conceitos lógicos primitivos*.

<sup>77</sup> Wittgenstein não compartilhava com Russell e Frege a ideia de uma fundamentação lógica da matemática; muito pelo contrário, ele era radicalmente contra essa ideia. A visão que LW possuía da matemática também não era imune a polêmicas. “Ele não via a matemática como um corpo de verdades sobre entidades abstratas, mas como parte das práticas humanas”(GLOCK, 1998, p. 33). Wittgenstein rejeitava o logicismo, o formalismo e o intuicionismo, defendendo que o próprio projeto de fundamentação da matemática conduz a uma crise alicerçada no medo paranoico da existência de contradições ocultas, o que revela a sua fragilidade e seu despropósito.

<sup>78</sup> A Teoria dos Tipos lógicos foi elaborada por Russell depois da sua descoberta, no início do século XX (mais precisamente em 1901) do célebre paradoxo dos “*conjuntos dos conjuntos que não são membros de si mesmos*” nos *Grundgesetze der Arithmetik* e que abalou toda a base da argumentação da obra fregeana. Simplificando ao extremo a antinomia descoberta por Russell, sua base é a discussão sobre a natureza do “conjunto de todos os conjuntos que não se contêm a si próprios como membros” (um catálogo que reúne todos os catálogos de uma biblioteca para que pudesse ser considerado um “catálogo de todos os catálogos” também não deveria conter em si a sua própria catalogação? Como isso seria possível? Então este poderia ou não ser considerado um “catálogo de todos os catálogos da biblioteca?” Tal confusão aparentemente simplória alcança ramificações profundas na lógica fregeana. A defesa de Russell para a superação de tal paradoxo é que este poderia sim ser considerado um “catálogo de todos os catálogos” ainda que diante da impossibilidade material de estar contido fisicamente em si mesmo, na medida em que se encontra em uma classe diferente dos demais), ao que Russell responde com a defesa de que estes conjuntos pertenceriam a uma outra classe de ordem superior, a um outro tipo lógico distinto dos demais conjuntos.

derivada da distinção entre *conhecimento por familiaridade* (ou *conhecimento de trato*<sup>79</sup>) e *conhecimento por descrição*<sup>80</sup>. Margutti Pinto (1998, p.99) coloca que o objetivo do “Da Denotação” é propor uma “solução alternativa para o mecanismo referencial das descrições definidas em posição de sujeito”. Russell vai dialogar em seu artigo com as teorias de Frege (principalmente) e de Meinong, demonstrando o porquê de nenhuma delas o satisfazer por completo. Logo em suas linhas iniciais B. Russell vai exemplificar o que ele entende por “expressão denotativa”:

Entendo por "expressão denotativa" qualquer uma das seguintes expressões: um homem, algum homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França, o centro de massa do sistema solar no primeiro instante do século XX, a revolução da Terra ao redor do Sol, a revolução do Sol ao redor da Terra. Por conseguinte, uma expressão é denotativa unicamente devido a sua forma. (RUSSELL, 1978, p.3)

Partindo desta elucidação inicial, Russell vai distinguir três situações particulares. A primeira delas é a das expressões denotativas que nada denotam, como no famoso exemplo “*o atual rei da França*”; a segunda trata das expressões que denotam objetos definidos como no exemplo “*o atual príncipe herdeiro da Inglaterra*” que denota um determinado homem; por último, há ainda expressões que podem denotar de maneira ambígua: “ “*um homem*” não denota muitos homens, mas *um homem ambíguo*” (RUSSELL, 1978, p.3). Como podemos perceber e como o próprio Russell afirma em seu texto a interpretação de tais expressões é um assunto de considerável dificuldade o que não facilita a construção de teorias imunes a alguma refutação formal. Reconhecendo a importância do conceito de denotação para a lógica, para a matemática e inclusive para a teoria do conhecimento<sup>81</sup>, Russell vai focar seus esforços iniciais no tratamento do primeiro caso – o das expressões denotativas que nada denotam – que remete diretamente aos problemas na teoria do sentido e da referência de

<sup>79</sup> No original temos “*acquaintance*” e “*knowledge about*”. A tradução do termo ‘*acquaintance*’ na 1a. edição do volume de Russell da coleção “Os pensadores” da Abril Cultural, datada de 1974, feita por Pablo Rubén Mariconda é dada como ‘conhecimento de trato’; preferencialmente utilizaremos a expressão ‘conhecimento por familiaridade’ por julgarmos mais apropriada e por ser a tradução atualmente mais difundida.

<sup>80</sup> Alencar (2006, p.233) nos lembra porém que “tal distinção não abarca o âmbito da matemática, por isso, a TDD permanece apenas em seu aspecto lógico com relação aos objetos matemáticos”.

Frege. Em termos fregeanos, uma sentença como “*o atual rei da França é calvo*” não pode ser verdadeira e tampouco falsa, pois não existe um atual rei da França, ou seja, *o objeto designado pela descrição não existe*; aqui cria-se um problema, que contraria diretamente a lei lógica primitiva do terceiro excluído – que coloca que *ou* uma sentença *ou* sua negação deve ser verdadeira – na medida que a negação da sentença (“*o atual rei da França não é calvo*”) também não pode ser considerada verdadeira e nem falsa. Frege propôs então uma solução que incomodaria Russell: *descrições dotadas de sentido, mas sem significado, devem denotar o conjunto vazio* (MARGUTTI PINTO, 1998, p.99). Dessa maneira quando dizemos que “*o atual rei da França é calvo*” estaríamos de fato dizendo que o conjunto vazio é calvo.

Para Russell, uma das melhores formas de testarmos uma teoria lógica é verificarmos sua capacidade em lidar com enigmas; sendo assim, uma das primeiras dificuldades que se colocam quando defendemos a perspectiva fregeana (segundo a qual *as expressões denotativas expressam um significado e denotam uma denotação*<sup>82</sup>), diz respeito aos casos nos quais a denotação parece estar ausente, como no exemplo já citado “*o atual rei da França é calvo*”. Insatisfeito com a solução paliativa proposta por Frege, que se revelou muito pouco resiliente, Russell propõe sua TDD. Para ele, a sentença “*o atual rei da França é calvo*” não pressupõe que de fato exista um e somente um rei da França, mas sim afirma categoricamente esta existência. Traçando um paralelo com o exemplo que Russell nos traz no *On Denoting*, quando colocamos que “*o atual príncipe herdeiro da Inglaterra é calvo*” a princípio este parece ser um enunciado sobre um homem real denotado pelo significado *e não*

<sup>81</sup> A respeito desta importância B. Russell esclarece que “(...) Sabemos que o centro de massa do sistema solar num instante definido é algum ponto definido e podemos afirmar um determinado número de proposições acerca dele; mas não temos conhecimento de trato imediato desse ponto, que é conhecido por nós somente através de descrição. A distinção entre conhecimento de trato e conhecimento acerca de é a distinção entre as coisas de que temos representações e as coisas que somente alcançamos por meio de expressões denotativas. (...) Na percepção, temos conhecimento de trato dos objetos da percepção, e no pensamento temos conhecimento de trato dos objetos de um caráter lógico mais abstrato; mas não temos necessariamente conhecimento de trato dos objetos denotados por expressões compostas de palavras de cujos significados temos conhecimento de trato. Para considerar um exemplo muito importante: parece não haver razão para acreditar que temos sempre conhecimento de trato das mentes das outras pessoas, visto que estas não são diretamente percebidas; portanto, o que conhecemos a respeito delas é obtido por denotação. Todo pensamento deve começar pelo conhecimento de trato; mas ele é bem sucedido em pensar acerca de muitas outras coisas das quais não temos conhecimento de trato” (RUSSELL, 1978, p.3-4).

<sup>82</sup> “Nessa teoria, devemos dizer que a expressão expressa um significado; e devemos dizer tanto da expressão quanto do significado que eles denotam uma denotação. Na outra teoria, a qual defendo, não existe nenhum significado e somente algumas vezes existe uma denotação”. (RUSSELL, 1978, p. 6)

um enunciado acerca do significado complexo da expressão “*o atual príncipe herdeiro da Inglaterra*”; o mesmo não ocorre em “*o atual rei da França é calvo*” porque apesar da expressão “*o atual rei da França*” possuir significado não possui denotação. Aqui Russell vai defender claramente que a proposição em questão não é carente de sentido, uma vez que *ela é completamente falsa*<sup>83</sup>. Não satisfeito, o conde Russell deixa claro que proposições não se tornam carentes de sentido simplesmente porque suas hipóteses são falsas, pois “devemos ou prover uma denotação nos casos em que ela está ausente à primeira vista, ou abandonar a perspectiva de que a denotação é o que se concerne nas proposições que contêm expressões denotativas” (RUSSELL, 1978, p.7). É justamente esta última posição que Russell vai encampar, depois de traçar uma breve preleção contrária às posições de Meinong e Frege:

A primeira posição pode ser tomada, como em Meinong, admitindo-se objetos que não subsistem e negando-se que eles obedeçam à lei de contradição; deve-se evitar, no entanto, tal fato, se possível. Outro modo de se tomar a mesma posição (até onde nossa presente alternativa diz respeito) é adotado por Frege, que provê por definição, algumas denotações puramente convencionais para os casos nos quais, de outro modo, não haveria nenhuma denotação. Assim, “*o rei da França*” deve denotar a classe vazia; “*o único filho do senhor Fulano de tal*” (que tem uma bela família de dez pessoas) deve denotar a classe de todos os seus filhos; e assim por diante. Mas este procedimento, embora possa não conduzir a um erro lógico real, é completamente artificial, e não dá uma análise exata do problema”. (RUSSELL, 1978, p.7)

Na perspectiva russelliana, Frege e Meinong trazem soluções meramente paliativas que não conseguem avançar de maneira lógica consistente. Russell propõe, então, uma análise das sentenças-problema como no exemplo “*o atual rei da França é calvo*” que revela que ‘existe pelo menos um x tal que x reina na França e, para todo y, se y reina na França, então y

<sup>83</sup> “(...) Considere-se uma proposição com a seguinte: 'Se *u* é a classe que tem somente um membro, então aquele membro é um membro de *u*', ou, como podemos enunciá-la, 'se *u* é uma classe unitária, *o u* é um *u*'. Esta proposição deveria ser sempre verdadeira, uma vez que a conclusão é verdadeira sempre que a hipótese é verdadeira. Mas 'o *u*' é uma expressão denotativa, e é a denotação, não o significado que se diz ser um *u*. Ora, se *u* é uma classe unitária, 'o' parece não denotar nada; portanto, nossa própria posição pareceria tornar-se carente de sentido, sempre que *u* não seja uma classe unitária”. (RUSSELL, 1978, p.7)

é igual a x, e x é careca” que pode ser decomposta nas partes abaixo descritas, como sugere Pinto (1998, p.100):

'existe pelo menos um x tal que  
 x reina na França  
 e x é único  
 e x é careca'.

A aplicação da análise supra revela que “ *o atual rei da França* ” não funciona como sujeito lógico da proposição, mas sim que de fato a sentença não possui sujeito e é composta de três diferentes funções

'x reina na França'  
 'x é único'  
 'x é careca'

que são articuladas entre si por um quantificador existencial ('existe pelo menos um x tal que') e por um operador lógico (a conjunção 'e'). O princípio do terceiro excluído queda preservado dessa maneira, uma vez que a sentença será falsa quando não existir um 'x' que reine na França ou que não seja careca.

Na TDD, uma expressão denotativa é “essencialmente parte de uma sentença, e não tem, como muitas palavras simples, qualquer significação por conta própria”. Russell distingue *ocorrências primárias* e *secundárias* de uma expressão denotativa; a despeito de facilmente podermos ter acesso às primárias, as ocorrências secundárias são descritas no *On Denoting* como “aqueles nas quais a expressão ocorre na proposição p que é um simples constituinte da proposição que estamos considerando, e a substituição da expressão denotativa deve ser efetuada em p, não na totalidade da proposição considerada”. Essa ambiguidade, fruto da “incompetência” da linguagem natural seria, para Bertrand Russell, facilmente evitada na lógica simbólica, de tal forma que todo o *domínio de não-entidades*, como “o atual Rei da França” ou “o quadrado redondo”, ou ainda “o número primo par diferente de 2”, ou “o deus do sol Apolo” citando exemplos russellianos, podem ser superadas. Para Russell todas

estas expressões são expressões denotativas que não denotam nada.

Margutti Pinto (1998, p.101) reforça o aforisma wittgensteiniano supracitado quando coloca que o reconhecimento do mérito de Russell se dá pelo fato dele propor uma forma lógica profunda a partir da qual a forma superficial das sentenças possa ser explicada, uma vez que de acordo com a teoria russelliana, as descrições definidas são 'símbolos incompletos' (que estão fadados ao desaparecimento após a aplicação da análise) e portanto não constituem expressões referenciais autênticas de tal forma que podem ser substituídas por um conjunto de funções. Aqui temos uma consequência imediata e importante da Teoria das Descrições Definidas para a discussão central do presente trabalho, na medida em que a TDD reforça a ideia russelliana da incompletude da linguagem natural uma vez que defende que a própria negação em si já é ambígua na linguagem cotidiana. Estendendo ainda mais as consequências das análises propostas por Russell chegamos às sentenças da metafísica tradicional que partem de inferências que só conseguem se manter válidas a partir de considerações triviais sobre a forma lógica superficial das sentenças, mas que facilmente se esgotariam frente a uma análise lógica mais profunda. Aqui não é difícil identificarmos pontos de encontro com algumas ideias do TLP, em particular no que tange ao aforisma 4.0031.

Para clarificarmos esta posição, seguimos com um exemplo que o próprio Russell nos dá em seu texto: “Uma proposição acerca de Apolo significa o que obtemos pela substituição daquilo que os dicionários clássicos nos dizem significar Apolo, a saber, “o deus do sol”. Todas as proposições em que Apolo ocorre devem ser interpretadas através das regras acima para expressões denotativas. Se 'Apolo' tem uma ocorrência primária, a proposição contendo a ocorrência é falsa; se a ocorrência é secundária, a proposição pode ser verdadeira”. De maneira análoga, “o quadrado redondo é redondo” seria o mesmo que “existe uma e somente uma entidade x que é redonda e quadrada, e essa entidade é redonda”, que é uma proposição falsa; não uma proposição verdadeira” ou ainda a sentença “O mais perfeito Ser tem todas as perfeições; a existência é uma perfeição; logo o mais perfeito Ser existe” que poderia ser reescrita através da seguinte forma lógica: “Existe uma e somente uma entidade x que é mais perfeita; essa entidade tem todas as perfeições; a existência é uma perfeição; logo essa entidade existe”. Partindo desta última análise B. Russell defende que o valor desta sentença como “prova” filosófica falha na medida em que não se consegue provar que a

premissa “existe uma e somente uma entidade x que é mais perfeita” é verdadeira<sup>84</sup>. E assim a tarefa wittgensteiniana primitiva de expurgar da Filosofia tudo o que represente mero contrassenso ganha força com o apoio da Teoria das Descrições Definidas.

Anscombe (1965, p. 49-50) coloca que “Wittgenstein compartilha com Russell a ideia de que o significado de um nome é seu portador (*bearer*): mas visivelmente isto não está baseado na epistemologia empiricista britânica que influencia Russell. Temos, sim, um argumento como o de Frege: A não ser que os nomes tenham portadores (*bearers*), não há verdade ou falsidade”(tradução nossa). Alencar (2006, p.240) defende a tese de que a polêmica ontologia tractatiana está diretamente relacionada à Teoria das Descrições Definidas de Russell, uma vez que ao contrário da perspectiva de Frege que defendia uma “ontologia de conceitos e objetos” que resume-se em último caso a uma análise gramatical superficial, Wittgenstein – semelhante a Russell – vai se valer da análise da forma lógica profunda da proposição até os nomes designadores biunívocos de objetos, mesmo não compartilhando claramente de algumas colocações do atomismo lógico russelliano, a exemplo da teoria dos tipos lógicos.

### 3.5 A VERDADEIRA “INTRODUÇÃO” RUSSELLIANA AO *TRACTATUS*

A árdua jornada de Wittgenstein para publicar o TLP enfrentou algumas resistências e várias incompreensões, e nenhuma delas – mesmo as de Frege – deve ser mais famosa do que a própria oposição de B. Russell, autor da famosa Introdução ao *Tractatus*. Ainda que, conforme coloca o Prof. Edgar Marques (2005, p.10), não foi ao acaso que Russell foi escolhido por Wittgenstein para ser o primeiro leitor do *Tractatus*, uma vez que

O *Tractatus* consiste no produto final de uma reflexão intensa e febril sobre os fundamentos da lógica e da linguagem iniciada por Wittgenstein a partir da assimilação das questões discutidas por Russell em seus cursos em Cambridge – trata-se, veja bem, de uma assimilação das questões, e não das

<sup>84</sup> Russell ainda considera que mesmo sendo possível criar um argumento para provar de modo válido que todos os membros da classe dos mais perfeitos seres existem ou que se possa provar também formalmente que essa classe não pode ter *mais* do que um membro, quando tomamos a definição de perfeição como posse de todos os predicados positivos nos encontraremos numa encruzilhada, na medida que também é possível provar igualmente de modo formal que a classe não pode ter mesmo um membro.

respostas – e dos discursos privados que eles tiveram acerca desses problemas nesse período”. (MARQUES, 2005, p.10)

No “lado direito” dos *Notebooks* (1914-1916), que trata das questões lógicas, Wittgenstein deixa claro as influências de Russell e de Frege em seu pensamento. Graças à inconteste desconfiança de Frege em relação à linguagem natural, “cuja aparente forma lógica superficial disfarça a verdadeira forma lógica profunda” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.132), Wittgenstein reforça a ideia de que o trabalho lógico objetiva sobretudo a clarificação conceitual; no que se refere à noção de 'conteúdo conceitual', outra “herança” fregeana, Wittgenstein se vale desta na determinação da “essência da linguagem pela análise da proposição declarativa, ao mesmo tempo em que refuta as distinções fregeanas de 'sentido' e 'significado'. Ainda de Frege e do próprio Russell, Wittgenstein vai tomar de empréstimo boa parte de seu arcabouço conceitual que se articula para formatar o cálculo proposicional e o de predicados, como as noções de “ 'argumento', 'função', os quantificadores, as constantes lógicas, os valores de verdade, etc.” (idem, 1998, p.132).

Para além das questões técnicas de análise da linguagem e da lógica, o principal mérito de Russell para o *Tractatus* nos parece ter sido efetivamente a teoria das descrições, que se mostrou como um exemplo de uma teoria de clarificação que Wittgenstein “admirava e buscava” (ibidem, p.133) quando escreveu o TLP. Como coloca Alencar (2006, p.240):

(...) Caso se pretenda compreender o cerne da concepção de análise tractatiana, então dois aspectos da TDD devem ser distinguidos: o aspecto lógico e o epistemológico. O aspecto lógico é o que interessa a Wittgenstein, pois possibilita “romper” a forma grammatical e especificar a essência da linguagem, o que implica especificar a essência do mundo, como expresso no aforismo 5.4711: “Especificiar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo.” A ontologia do *Tractatus*, contudo, não foi feita “sob encomenda”, sua justificação é que ocorre através de uma teoria lógico-semântica. No que diz respeito aos aspectos epistêmicos, Wittgenstein não faz uso daquela distinção epistêmica presente na TDD, não afirmando, também, a identificação dos dados fenomênicos com os objetos, preferindo dotá-los de um outro estatuto que não a certeza epistêmica, mas sim de uma necessidade

lógica da análise.

Mas para o gênio<sup>85</sup> que ainda procurava o “hipopótamo na sala”<sup>86</sup> e a despeito de qualquer admiração de caráter intelectual que Wittgenstein pudesse nutrir por Russell, alguns pontos das doutrinas russellianas não poderiam passar incólumes por LW. Além de desaprovar a utilização do método axiomático nos *Principia Mathematica*, Wittgenstein não conseguiu aceitar a série de expedientes dos quais Russell lançou mão na tentativa de salvaguardar o programa logicista de derivação da matemática. Dentre estes famosos “expedientes” podemos citar a teoria dos tipos – a qual Wittgenstein vai responder no *Tractatus* com a distinção entre 'dizer' e 'mostrar' que determina de forma clara a impossibilidade de *dizer* algo sobre os tipos lógicos ao mesmo tempo que declara a possibilidade de *mostrar* – através de uma notação lógica adequada – quais os tipos lógicos relacionados e suas respectivas diferenças<sup>87</sup>.

Para Wittgenstein uma mente jamais poderia ser descrita porque, nesse caso, já não seria mais uma mente, mas um objeto no mundo, e seria apresentada

<sup>85</sup> Em “*Sexo e caráter*”, Otto Weininger traz à tona o conceito de “gênio”, cuja característica fundamental é a clareza de consciência, de tal sorte que o gênio tem como marca de sua existência levar uma vida mais consciente que a de todos. Esse conceito marca a existência do ser humano e do pensador Wittgenstein de tal maneira que tanto a sua vida quanto a sua obra foram talhadas em torno do objetivo de levar a cabo “o dever do gênio” que Monk explicita em sua célebre biografia wittgensteiniana. Ludwig Wittgenstein era um homem tão complexo quanto os seus escritos, e sua existência esteve durante todo o tempo tanto sob o símbolo da sua genialidade quanto sob a égide da sua inadequação. Apesar de não ser o nosso objetivo discorrer e muito menos especular sob quaisquer teses que envolvam um paralelo entre uma análise psicológica de Wittgenstein e uma possível ramificação desta no conteúdo de seus escritos, ainda assim não podemos deixar de admirar a persistência com a qual aquele jovem engenheiro austríaco conseguiu romper com o signo do suicídio que deu cabo de três de seus irmãos, enfrentou duas grandes guerras mundiais – estando inclusive atuando no *front* de batalha da primeira – e prosperar uma das obras mais fecundas da contemporaneidade, ao tempo em que lutava contra um sentimento de não pertencimento que o fez empreender as mais variadas atividades durante sua vida, apesar de sua origem abastada. A tecitura da existência wittgensteiniana é quase um *case* psicanalítico, da espécie que provavelmente deixaria o próprio Freud interessado em estudar pessoalmente.

<sup>86</sup> Aqui nos referimos a um episódio narrado por Russell no obituário de Wittgenstein, que pode ser brevemente resumido nos seguintes termos: em uma de suas aulas B. Russell declarou que era óbvio que não havia nenhum rinoceronte na sala, ao que Wittgenstein levou algum tempo ponderando o fato antes de aceitar a colocação russelliana.

<sup>87</sup> Pinto (1998, p. 135-136) coloca que Wittgenstein observa na teoria dos tipos um equívoco lógico. Dessa maneira, a teoria russelliana dos tipos lógicos, ao colocar que 'o conjunto das coisas vermelhas é uma coisa vermelha' é um contrassenso, não consegue avançar no sentido de esclarecer de que se trata de um contrassenso gerado por um equívoco lógico, que seria o de supor que uma proposição pode dizer algo sobre si própria. Em “Notas sobre Lógica” Wittgenstein declara que “Nenhuma proposição pode dizer alguma coisa dela mesma, porque o símbolo da proposição não pode conter a si próprio; tal deve ser a base da teoria dos tipos lógicos” (LW, 1913, p. 192).

por partes separadas que poderiam ser descritas empiricamente como um objeto da percepção. A teoria de Russell também não conseguia mostrar que também não podemos julgar um contrassenso, e por causa disso assumia a intuição lógica como critério de reconhecimento dos complexos lógicos. Isso, de algum modo, tratava a forma lógica do fato pensado como uma questão de escolha do sujeito, o que implicava a exclusão do contrassenso como impossibilidade lógica. Dessa forma as proposições da Filosofia – que, para Wittgenstein, seriam contrassenos – seriam válidas neste sistema, porque seriam também intuições lógicas e poderiam ser tratadas como possíveis juízos sobre o sentido do mundo. (RIBEIRO DA SILVA, 2007, p.120)

Outro ponto de conflito entre a obra de dois dos mais importantes pensadores da filosofia da linguagem do século XX reside no fato de Russell ter “sido obrigado” a recorrer ao *axioma da infinitude* (que se baseia na existência de objetos no mundo) na consecução do seu projeto logicista, uma vez que para LW a “lógica é puramente sintática, devendo incluir apenas regras relativas à manipulação lógica de símbolos” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.135) o que significa que qualquer regra que se fundamente em uma semântica dos símbolos, no significado dos símbolos, ou seja, no *significado* destes, deve ser descartada por sua própria impossibilidade de sucesso. Em suma, Wittgenstein rompe com o ideal do programa logicista russelliano-fregeano e passa a investir na investigação da natureza da linguagem ao tempo em que vive as agruras da Primeira Grande Guerra e se depara com outras “referências não lógicas” – William James, Tolstoi, Weininger e Schopenhauer – cujas obras, conforme é possível se observar nos *Diários Secretos* trazem à tona aspectos diferenciados do conhecimento e da experiência e fazem fervilhar novas ideias na cabeça do jovem soldado Wittgenstein, que acabam por levá-lo no caminho de uma “experiência mística

primordial” inenarrável e inefável<sup>88</sup>, o que implica na impossibilidade de sua completa descrição, uma vez que a linguagem se mostra insuficiente para descrevê-la.

Pelo que trouxemos até aqui, percebemos que, para além da malfadada introdução ao *Tractatus*, que tornou clara a incompreensão de Russell frente à genialidade de uma obra que revolucionaria a história da Filosofia da Linguagem de maneira definitiva, a verdadeira “introdução” que o filósofo Bertrand Russell fornece ao *Tractatus Logico-Philosophicus* reside na herança formal lógica que concede ao primeiro Wittgenstein. Essa herança seria definitiva, inclusive, para a ruptura que Wittgenstein precisa levar a cabo para se firmar como um pensador independente, contrariando pontos importantes da obra daquele que havia sido seu mentor. A aplicabilidade da TDD russelliana no *Tractatus* implica também na própria elaboração do jogo de ideias que Wittgenstein constrói – talvez distante no que tange à clarificação conceitual que tanto invejava em Russell – e que é apresentado no *Tractatus* na forma de um livro que talvez só possa ser entendido por “aqueles que por si só já tenham pensado aquilo que nele está expresso”, como o próprio LW deixa claro em seu *Prefácio*. Conhecer o quadro conceitual no qual Wittgenstein se encontrava faz com que possamos nos aproximar da sua ideia fundamental de análise da natureza da linguagem e de sua *Crítica*, objetivo último da Filosofia. Nesse contexto, vem também à tona a necessidade do entendimento dos pressupostos da ontologia tractatiana e da forma como os objetos se inserem na discussão proposta pela *Sprachkritik*, que buscaremos elucidar no próximo capítulo.

<sup>88</sup> Segundo Glock (1998, p.129), “a lista das coisas inefáveis para Wittgenstein inclui a forma pictórica comum à figuração e à coisa afigurada (TLP: 2.172-2.174), o significado dos signos e o fato de dois signos terem o mesmo significado (TLP:3.33 e segs., 6.23), o fato de um símbolo significar um objeto ou um número (TLP: 4.126), o sentido de uma proposição (TLP: 4.022, ver 2.221, 4.461), a lógica dos fatos (TLP: 4.0312), a multiplicidade lógica ou a forma lógica de uma proposição e da realidade (TLP: 4.041, 4.12 e seg.), o fato de que uma proposição possa dizer respeito a um certo objeto (TLP: 4.1211, 5.535), o fato de que alguma coisa caia sob um conceito formal (TLP:4.126), o fato de proposições lógicas serem tautologias e não se referirem a constantes lógicas (TLP: 4.0621, 4.461), o fato de uma proposição seguir-se de outra (TLP: 5.12 – 5.132, 6.1221), os limites ou a armação da linguagem e do mundo (TLP: 5.5561, 5.6 e seg., 6.124), a ideia de que não há alma (TLP: 5.5421), o que há de verdade no solipsismo – na ideia de que 'o mundo é o meu mundo' (TLP:5.62) –, o fato de que há leis na natureza (TLP: 6.42 e seg.), o significado da vida – a esfera do místico (TLP: 6.52 e segs.) –, os ditos do próprio *Tractatus* (TLP: 6.54)”.

## 4 ONTOLOGIA E LÓGICA

### 4.1 WITTGENSTEIN: A SPRACHKRITIK, OS OBJETOS E A LÓGICA

“A Lógica deve cuidar de si própria<sup>89</sup>” (NB, 22.08.1914). Como este aviso, replicado no aforisma 5.473 do TLP, Wittgenstein inicia suas anotações nos *Notebooks*<sup>90</sup> em 22 de agosto de 1914, para mais adiante indagar, em 3 de setembro de 1914, como esta máxima pode ser reconciliada com a tarefa da Filosofia.

Como o fato de que a lógica precisa cuidar de si mesma pode ser compatibilizado com a tarefa da filosofia? Se nós perguntamos, p. ex.: é esse e aquele fato da forma sujeito-predicado, então nós precisamos saber, o que nós compreendemos por “forma sujeito-predicado”. Nós precisamos saber se tal forma realmente existe. Como nós podemos sabê-lo? “A partir dos

<sup>89</sup> Segundo Glock (1998, p.239), com essa ideia Wittgenstein busca contrapor-se à tentativa russelliana de justifica, em sua Teoria dos Tipos, as regras da lógica com base no significado dos signos. Para LW, a lógica não se apoia em nada mais do que na natureza essencial das proposições (sua bipolaridade). “O fato de que, em certas combinações (tautologias), essa bipolaridade é anulada mostra as propriedades 'formais' que a linguagem precisa ter em comum com a realidade para poder afigurá-la. A lógica não pressupõe fatos lógicos ou a experiência de objetos lógicos. Pressupõe, contudo, que os 'nomes tenham significado e as proposições elementares tenham sentido', isto é, que as proposições sejam figurações bipolares; a lógica se liga, além disso, à experiência mística de que 'o mundo existe', isto é, de que há objetos simples indestrutíveis que conferem aos nomes seu significado (TLP:5.552 e seg., 6.12, 6.124, 6.13)” (idem, p.239).

<sup>90</sup> *Notebooks 1914-1916* (editado por G. H. von Wright e G. E. M. Anscombe e traduzido por G. E. M. Anscombe) Oxford: Basil Blackwell 1961, 21979, edição bilíngue alemão-inglês. Conta-se que em sua maturidade, por volta dos anos 50 do século passado, Wittgenstein chegou a ordenar que os seus diários ou “*Notebooks*” escritos durante a guerra fossem completamente destruídos; os que restaram revelaram uma interessante engenharia na organização da escrita. “Do lado direito, Wittgenstein redigiu em alemão corrente suas observações sobre a lógica. Do lado esquerdo, ele registrou em código suas preocupações éticas pessoais. No final, só há observações do lado direito. Talvez para tentar proteger a imagem de Wittgenstein, seus executores testamentários publicaram em 1960 apenas as anotações do lado direito, sob o título de “*Notebooks (1914-6)*”. Foi somente em 1985, a partir dos trabalhos de Wilhelm Baum e Andrés Sanchez Pascual, que as anotações do lado esquerdo foram publicadas em Barcelona, sob o título de *Diários Secretos*. São estas anotações em código que revelam o drama existencial de um homem solitário que busca o sentido da vida no perigo da frente de batalha. Isidoro Reguera assim resume o significado dos Diários Secretos: “(...) estas páginas são o diário de um jovem de vinte e cinco a vinte e sete anos que conta ‘sua guerra’, sua batalha diária com a vida e a morte, a carne e o espírito, consigo mesmo e com os demais, e, pelo que nos interessa acima de tudo, com seu trabalho filosófico. Uma guerra paralela à Grande Guerra, que ele escolhera voluntariamente como prova de fogo de seu caráter intelectual e moral, que para ele eram o mesmo. Tudo isso revela o teor do desafio que se apresentava a Wittgenstein e que, em termos weiningerianos, pode ser assim descrito: para tornar-se um gênio e atingir o eu inteligível, o judeu Wittgenstein deveria derrotar um temperamento cuja sensualidade mergulhava fundo na homossexualidade. E a estratégia utilizada foi optar por uma situação limite, em que este temperamento seria colocado à prova de maneira radical.” (MARGUTTI PINTO, 1997, p. 208-209)

sinais!” Mas como? Nós nem temos *sinais* dessa forma. Podemos até dizer: Temos sinais que se comportam assim, como se fossem da forma sujeito-predicado, mas isso realmente prova que existem fatos dessa forma? E quando eles forem completamente analisados? Aqui se pergunta novamente: existe tal análise completa? *E se não existir*: Qual é, então, a tarefa da filosofia?!? (NB, 03.09.1914).<sup>91</sup>

Nesta passagem, o filósofo discute a tarefa da filosofia em conexão com o comportamento dos sinais linguísticos e com a sua análise completa, o que evidencia a *crítica da linguagem* como essencial para a atividade filosófica, que não resulta em uma teoria, mas sim em elucidações, no esclarecimento lógico das proposições (TLP, 4.112). Esse esclarecimento permite delimitar o âmbito do pensável e, assim, delimitar “a partir de dentro” o âmbito do impensável (TLP, 4.114). Considerando que “tudo o que se pode enunciar, pode-se enunciar claramente” (TLP, 4.116), a filosofia será capaz de significar (*bedeuten*) de modo indireto o indizível, ao representar (*darstellen*) claramente o dizível (TLP, 4.115), e essa representação passa, evidentemente, pela lógica, cujas proposições representam “a armação do mundo” (TLP, 6.124). Como esclarece Wittgenstein no aforismo 6.13 do *Tractatus*, a lógica não é uma teoria, mas sim uma imagem especular do mundo, de modo que “a lógica é transcendental”.

A esse respeito, são bastante esclarecedoras as colocações do professor Edgar Marques<sup>92</sup>, que caracteriza o *Tractatus* como uma investigação a respeito das condições de possibilidade do *discurso assertivo* (isto é, o tipo de discurso que pode ser, propriamente falando, verdadeiro ou falso) e, nesse sentido, caracteriza a parte ontológica do livro de Wittgenstein não como uma descrição efetiva do mundo, mas sim como “um levantamento das condições que este mundo deve satisfazer para que a linguagem seja possível” (MARQUES, 1990, p. 55). Dessa maneira, a investigação ontológica no *Tractatus* envolve um exame transcendental das condições que a linguagem deve satisfazer para ser representativa de algo, o que incluiria,

<sup>91</sup> Utilizamos uma tradução não publicada dos *Diários* de Wittgenstein, traduzida do alemão para o português pelo Prof. Guido Imaguire (UFRJ). Agradecemos ao professor pela disponibilização desse material.

<sup>92</sup> MARQUES, Edgar.(1990).“Sobre a distinção entre *Sachverhalt* e *Tatsache* no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein”. **O Que nos Faz Pensar**, nº 2. Rio de Janeiro. p. 54-61.

segundo o autor, certas condições semânticas, que estabelecem exigências que o mundo, por sua vez, deve cumprir para que a linguagem seja possível.

Sendo assim, podemos perceber que a investigação transcendental no *Tractatus* passa necessariamente pelo exame das condições da representação na linguagem, de modo que a ontologia do primeiro Wittgenstein se constitui como “uma exposição da maneira como o mundo deve estar estruturado para que a linguagem possa descrevê-lo” (MARQUES, 1990, p. 55-56). E esse exame das condições transcendentais da representação linguística é o que permite Wittgenstein iniciar seu combate contra “as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta)” (TLP: 3.324). Em seus *Notebooks*, podemos encontrar diversas passagens nas quais ele procura refletir sobre a real tarefa da Filosofia<sup>93</sup> a partir do referencial da relação entre os sinais linguísticos e aquilo que eles representam, como por exemplo o seguinte trecho:

Logo: se *tudo* que precisa ser mostrado, é mostrado por meio da existência das proposições sujeito-predicado, então *a tarefa da filosofia é diferente do que eu havia suposto inicialmente*. Mas se não for assim, o que falta precisaria ser mostrado por meio de um tipo de experiência, o que eu considero fora de questão.

A dificuldade está *manifestamente* na questão, no que consiste propriamente a identidade lógica entre sinal e designado! E esta questão é (*novamente*) uma das mais importantes de todo o problema filosófico. (NB, 03.09.1914, p.12) (grifo nosso).

<sup>93</sup> Essa “tarefa filosófica” - que a princípio poderíamos imaginar, pelo menos no *Early Wittgenstein*, tratar-se simplesmente do “esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP:4.112) - por excelência é algo que parece angustiar sobremaneira o jovem Wittgenstein, imiscuído em um tempo de velozes transformações (conforme já relatado no primeiro capítulo), e que talvez se ancore em sua incansável busca por respostas que clarificassem sua própria “tarefa pessoal”. Obviamente uma incursão mais profunda nesse tema escapa da esfera de nosso trabalho, mas é curioso notar que a divulgação das anotações do lado esquerdo de seus diários – propositadamente “ignoradas” pelos primeiros editores dos NB, que só se ativeram às que estavam localizadas do lado direito e que se referiam a seu labor filosófico – revelam um homem mais kierkegaardiano (ou melhor, weiningeriano) do que russeliano, imerso em dúvidas existenciais e cada vez mais apegado a um cristianismo que se sobreponha a suas próprias origens judaicas. Em um determinado momento de seu caderno de anotações, o “lado esquerdo” cede lugar ao “direito”, e até nisso nossa imaginação é capaz de promover algumas especulações, que nos colocam frente a possibilidade da superação filosófica dos dramas humanos, na construção de uma pseudovirtude, ou talvez, ao contrário, da integração entre os dois, homem e verdade. E quanto à validade destas aparentes divagações, cedemos a última palavra ao próprio Ludwig Wittgenstein em carta dirigida a Bertrand Russell e reproduzida Monk (1995, p.99) apud M. Pinto (1997, p. 208): “Talvez você julgue essas reflexões sobre mim mesmo um desperdício de tempo - mas como posso ser um lógico antes de ser um ser humano! De longe a coisa mais importante é acertar contas comigo mesmo!”

Essa questão da “identidade lógica” entre o signo e aquilo que ele representa já começa a nos encaminhar para o tema dos objetos, já que eles encarnam as condições da representação linguística. Em uma passagem dos *Diários*, Wittgenstein escreve: “No que eu coordeno objetos às partes constituintes da figuração, *por meio disso* ela apresenta um estado de coisas e está correta ou não está correta. (P. ex. uma figuração representa o interior de um quarto etc.) (NB, 26.11.1914), introduzindo a relação entre objetos e a teoria pictórica. E em uma anotação do natal de 1914, uma ideia fundamental para nossa investigação: “a possibilidade da proposição se baseia, naturalmente, no princípio da *substituição* de objetos por sinais” (em relevo no original) (NB, 25.12.1914) que nos remete ao famoso aforismo 4.0312 do TLP<sup>94</sup>. É interessante notar como o argumento tractatiano vai sendo construído a partir das ideias do NB:

Na proposição o nome substitui o objeto. [Cf. TLP: 3.22.]

Assim como a descrição de um objeto o descreve pelas suas propriedades externas, assim a proposição descreve o fato pelas suas propriedades internas. [Cf. TLP: 4.023.]

A descrição está correta quando o objeto tem as ditas propriedades: A proposição está correta quando o estado de coisas tem as propriedades internas dadas pela proposição. (NB, 16.01.1915)

Em maio de 1915, LW vai se perguntar pela existência de uma forma geral da proposição para em seguida afirmar que “sim, se por tal se entende a “constante lógica!” [Cf. TLP: 5.47.] para em seguida colocar que “a questão parece, sempre novamente, ter um sentido: ‘Existem coisas simples?’ E mesmo assim essa pergunta deve ser um contrassenso!”. No dia seguinte, em 06 de maio de 1915, segue ainda na mesma linha ao colocar que

Esforçar-se-ia em vão para expressar a pseudoproposição “existem coisas simples?” nos sinais da Conceitografia. (*Begriffsschrift* de Frege, N.T.)

É claro que eu tenho em minha frente um conceito de coisa, de coordenação

<sup>94</sup> “A possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição de objetos por sinais. Minha ideia básica (*mein Grundgedanke*) é que as ‘constantes lógicas’ não substituem; que a lógica dos fatos não se deixa substituir” (TLP: 4.0312)

simples, quando penso sobre isso.

Mas como eu penso o simples? Aí eu sempre posso apenas dizer “‘x’ tem significado”. – Aqui está um grande enigma!

Penso sempre, como exemplos de simples, nos pontos da figuração visual. (Assim como sempre tenho em mente partes da figuração visual como “objetos compostos” típicos). (NB, 06.05.1915)

Os objetos simples existem, isso é um imperativo para o Wittgenstein do *Tractatus*; por isso, se perguntar sobre a existência de tal classe de objetos seria um absurdo no sentido tautológico, na medida em que seria autoevidente. Dessa forma, a representação simbólica é inviável e se coloca frente ao conceito de coisa, de objeto simples, de tal forma que LW se vê imerso em indagações, e frente a uma aparente encruzilhada se pergunta como está imaginando, definindo o simples, para responder que, até aquele momento, tudo o que poderia dizer é que “‘x’ tem referência” e que “aqui é um grande enigma!”.

Partindo das anotações feitas do lado direito de seus *Diários*, Wittgenstein dá corpo ao seu único livro publicado em vida. Ele inicia o *Tractatus* colocando, em seu primeiro aforisma, que “o mundo é tudo que é o caso” para no aforisma 2 nos dizer que “o que é o caso, o fato, é a existência do estado de coisas”. Este estado de coisas (*Sachverhalt*) é uma ligação de objetos (TLP 2.01) e que “os objetos contêm a possibilidade de todas as situações” (TLP: 2.014) e que “o objeto é simples” (TLP: 2.02) e que estes mesmos objetos constituem a essência, a substância do mundo, de tal forma que *não* podem ser compostos. Partindo de um pressuposto atômico, temos um mundo que é a totalidade dos estados de coisas existentes (TLP: 2.04) e cuja realidade se define pela existência ou inexistência do estado de coisas (TLP: 2.06). de tal sorte que “a realidade total é o mundo” (TLP: 2.063). A figuração lógica pode afigurar o mundo (TLP 2.19) e as proposições lógicas<sup>95</sup> descrevem a armação do mundo. A possibilidade da proposição se baseia no princípio de substituição dos objetos por sinais, por nomes simples<sup>96</sup>.

Os objetos simples são os elementos indivisíveis e inanalisáveis da realidade, constituem a *substância* do mundo; já o conjunto, a ligação de objetos constitui o *Sachverhalt*

<sup>95</sup> A ideia da proposição como essencial à investigação tractatiana é construída a partir dos *Notebooks*. “Cada conexão de sinais de que parece dizer algo sobre o seu próprio sentido, é uma pseudoproposição (como todas as proposições da lógica)”. (NB, 15.10.1914, p.12)

(estado de coisas) (TLP:2.01). A *Sprachkritik*, labor essencial do fazer filosófico, centra-se no entendimento do *status quo* da Filosofia – que não pertence à classe das ciências naturais (TLP: 4.111) – definida enquanto “método” ou “atividade” e cujo objetivo fundamental é o “esclarecimento lógico dos pensamentos” (TLP:4.112). O elo entre linguagem e mundo é dado pela forma lógica – *condição absoluta de toda representação da realidade sem a qual nenhuma representação é possível*<sup>97</sup> – que possibilita a representação da realidade. No aforisma 6.13 temos que “a lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. A lógica é transcendental”.

Como vimos no capítulo 2, quando tratamos da isomorfia, a lógica possibilita à linguagem representar o mundo. A possibilidade de se pensar e falar sobre o mundo é decorrente do fato de existir algo em comum entre linguagem e mundo; esse “algo” nada mais é – no *Tractatus* – do que a lógica. “Não podemos pensar nada de ilógico, porque do contrário, deveríamos pensar ilogicamente” (TLP 3.03)<sup>98</sup>. Aqui a relação com a crítica da linguagem começa a se delinear na perspectiva de vencer os empecilhos conceituais de que a Filosofia está repleta. Usando o lema de Occam (TLP: 3.328), ou melhor, sua navalha, é necessário expurgar o que não tem significado.

A crítica da linguagem levada a termo no TLP, mencionada claramente no TLP: 4.0031, nos conduz às conclusões do aforisma 6.53:

O método correto da filosofia seria propriamente este: *nada dizer senão o que se pode dizer*; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo

<sup>96</sup> Os nomes – que são simples e não analisáveis – representam os objetos, e a combinação de nomes origina a proposição elementar, que caracterizam-se por mostrar o seu sentido imediatamente. A proposição elementar é o elemento constituinte de todas as outras proposições não elementares, i. é, todas as proposições complexas são funções de verdade das proposições elementares (o que implica na possibilidade de aplicação do método das tabelas de verdade).

<sup>97</sup> Oussama (1982, p.47) apud Condé (1998, p.67).

<sup>98</sup> Ao colocar que todos “mundos por nós pensáveis” são constituídos dos mesmos objetos, Wittgenstein nos fornece aqui ferramentas para uma discussão cada vez mais em voga: o do princípio da restrição da acessibilidade modal (IMAGUIRE, 2008, p. 90). É importante perceber que Wittgenstein não estava advogando que todos os “mundos possíveis” fossem constituídos pelos mesmos objetos, mas que todos os mundos a que podemos ter acesso através das nossas faculdades intelectivas fatalmente seriam, em última análise, formados pelas mesmas substâncias, pelos mesmos objetos simples. Isso decorre do fato de não podermos “pensar ilogicamente”, de sermos reféns de um ordenamento ulterior do mundo. Machado (2007, p.24 ) defende que “O mundo não tem uma substância por mero acaso. O mundo é a totalidade dos fatos, e *fatos são a existência de uma combinação de objetos*. Os objetos são necessariamente a substância do mundo. Por isso, qualquer mundo possível deverá conter objetos” (grifo nosso).

que nada tem a ver com filosofia; e então, *sempre que alguém pretendesse dizer algo metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições*. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas *esse seria o único rigorosamente correto*. (TLP: 6.53) (grifo nosso)

Os pontos em destaque tratam das condições sob as quais a *Crítica* precisa se centrar. A principal delas refere-se à questão do significado. A Filosofia elucida a linguagem ordinária, mas para tal se faz necessário a constituição de “um estatuto extraordinário de conceitos” (GLOCK, 1998, p.249) que remetem à distinção entre dizer/mostrar e, entre outras, às noções de “proposição”, “nome”, “função” e “objeto”, além de uma discussão entre pensamento e possibilidade lógica. Para que possamos avançar a respeito da tarefa da *Crítica*, faz-se, pois, necessário esclarecer alguns pontos que não foram ainda tratados: a noção de Wittgenstein sobre o pensamento, e sua relação afigurativa com o mundo.

“A figuração lógica dos fatos é o pensamento” (TLP:3): neste curto aforisma Wittgenstein trata de dois pontos fundamentais para a compreensão da execução prática da *Crítica*. Vamos começar pela questão do “pensamento”; logo a princípio precisamos nos despir das tentações mentalistas<sup>99</sup> e platonistas, esta última assumida inclusive por Russell e Frege, além de Moore, como uma reação antiidealista e antipsicologicista. Não é de admirar, então, a dificuldade inicial que se apresenta quando buscamos trazer uma definição simples do que seja “pensamento” (*Gedanke*) no TLP. Glock (1998, p. 272) revela que temos dois diferentes empregos do termo no *Tractatus*: um mais básico, mais fundamental, que possui inspiração fregeana, significando “proposição”; o outro, que o aforisma 3 revela, associa o “pensamento” à “figuração lógica dos fatos”. Esta última, que mais nos interessa, se alinha à ideia de *forma lógica*, na medida em que não é nem uma entidade abstrata e tampouco uma espécie de entidade mental relacionada à sentença.

Um pensamento é uma figuração lógica de fatos, isto é, uma figuração idealmente abstrata, cuja única forma pictorial é a sua forma lógica e cuja representação prescinde de qualquer meio específico. (GLOCK, 1998, p.272)

<sup>99</sup> “Na tradição mentalista, os pensamentos (cogitações, ideias) eram compreendidos como entidades ou ocorrências psíquicas que povoam as mentes dos indivíduos” (GLOCK, 1998, p.272).

Um *pensamento* – no sentido tractatiano – se revela como um *signo proposicional* em sua relação afigurativa com algo; é na proposição (*Satz*) que o “pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente” (TLP: 3.1), “Isto significa que um pensamento é uma sentença-em-uso, um signo proposicional que foi projetado sobre a realidade<sup>100</sup>”.

O sinal por meio do que exprimimos o pensamento, chamo de sinal proposicional. E a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo. (TLP: 3.12)

O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira.

O sinal proposicional é um fato. (TLP: 3.14)

Que o sinal proposicional seja um fato, isto é velado pela forma habitual de expressão escrita ou impressa. (TLP: 3.143)

Quando assumimos a tese de que Wittgenstein pretendia com o *Tractatus* traçar um limite para o pensar, ou melhor, para a expressão dos pensamentos, limite este que só pode ser definido através da linguagem (CONDÉ, 1998, p.42), ou seja, através da *Sprachkritik*, fica mais fácil entendermos a importância das distinções acima. “O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos. (...) O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contrassenso” (Prefácio, p. 131)<sup>101</sup>. Um contrassenso não chega a ser uma proposição; lembramos que quando nos referimos às proposições – que são bipolares, isto é, verdadeiras ou falsas e possuem *sentido*<sup>102</sup> – somos colocados frente aos seus casos limites, as tautologias<sup>103</sup> e as contradições. A partir da análise pelo método das tabelas de verdade, verifica-se que as tautologias são combinações que *são verdadeiras, quaisquer que sejam os*

<sup>100</sup> (GLOCK, 1998, p.272)

<sup>101</sup> Em agosto de 1919, numa carta enviada a Russell, Wittgenstein escreve a seguinte colocação a respeito do TLP: “O ponto principal é a teoria do que pode ser dito (*gesagt*) pelas proposições, isto é, pela linguagem (e o o que equivale ao mesmo, o que pode ser pensado), e o que não se pode dizer por proposições, mas apenas ser mostrado (*gezeigt*), creio que este é o problema cardinal da filosofia”. (CONDÉ, 1998, p.43).

<sup>102</sup> A proposição “mostra” o sentido e não possui significado; só os nomes possuem significado (TLP: 3.142; 3.203; 3.3).

*fatos, enquanto as contradições são falsas quaisquer que sejam os fatos*<sup>104</sup>. Reforçamos, caso ainda não tenha ficado claro, que tautologias e contradições são proposições que não possuem sentido (*sinnlos*), enquanto que o contrassenso é absurdo (*Unsinn*)<sup>105</sup>, uma vez que “não chega a constituir um símbolo, ao menos uma de suas partes não realiza nenhuma possibilidade sintática e, por isso, o sinal como um todo não pode exercer nenhuma função simbólica<sup>106</sup>” (SANTOS, 1994, p.88). A lógica é a lei que estrutura o real; só há necessidade lógica.

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contrassenso. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contrassenso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem.

(São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo.)

*E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas.* (TLP: 4.003) (grifo nosso).

Outra vez: os problemas da Filosofia tradicional, da metafísica, são na verdade pseudoproblemas, pois repousam no mau emprego da linguagem ordinária, o que nos leva de volta ao aforisma 6.53, anteriormente citado. Apesar de se encontrar em ordem, a linguagem natural não prescinde da análise lógica, uma vez que não se encontra imune à ambiguidade.

<sup>103</sup> Todas as proposições da lógica têm o mesmo *status* (não existem axiomas) e dizem o mesmo, isto é, nada, na medida em que são tautologias; as tautologias *mostram* a estrutura do mundo. Wittgenstein foi o primeiro a usar o termo “tautologia” sem restringi-lo ao princípio da identidade ou a proposições que envolvem repetições literais, insistindo na ideia de que as proposições da lógica são *essencialmente* e não acidentalmente verdadeiras.

<sup>104</sup> “Tautologias e contradições são um caso-limite de proposicionalidade, estão precisamente na fronteira que separa a combinação logicamente relevante dos símbolos e a desintegração pura e simples dessa combinação” (LOPES DOS SANTOS, 1994, p.88). A “desintegração” à qual Luiz Henrique Lopes dos Santos se refere são justamente os contrassenso, aos quais não pode ser fornecido o *status* de proposição.

<sup>105</sup> “É de menor importância a questão de saber se uma tautologia merece o nome de proposição. O que realmente importa é perceber que ela não tem sentido por razões completamente diferentes das razões pelas quais uma combinação sintaticamente ilegítima de sinais não têm sentido” (LOPES DOS SANTOS, 1994, p.88)

<sup>106</sup> “No caso da tautologia, a combinação dos sinais realiza uma possibilidade sintática” (SANTOS, 1994, p.88)

Na linguagem corrente, acontece com muita frequência que uma mesma palavra designe de maneiras diferentes – pertença, pois a símbolos diferentes – ou que duas palavras que designam de maneiras diferentes sejam empregadas, na proposição, superficialmente do mesmo modo.

Assim, a palavra “é” aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência: “existir”, como verbo intransitivo, tanto quanto “ir”; “idêntico”, como adjetivo; falamos de *algo*, mas também de acontecer *algo*.

(Na proposição “Rosa é rosa” - onde a primeira palavra é um nome de pessoa, a última é um adjetivo – essas palavras não têm simplesmente significados diferentes, mas são *símbolos diferentes*.) (TLP:3.323)

A proposição possui apenas sentido (*Sinn*) e os nomes possuem apenas significado (*Bedeutung*). “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”(TLP: 3.3). Glock (2008, p. 331) revela que o significado (*Bedeutung*) ocupa lugar central na Filosofia de Wittgenstein “por conta de sua firme convicção quanto à ideia de que os problemas filosóficos estão enraizados na linguagem”. Os problemas filosóficos estariam pois diretamente relacionados à questão da nomeação, isto é, estariam relacionados à conexão entre nomes e objetos. O nome “*bedeutet*” o objeto: “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (“*A*” é o mesmo sinal que “*A*”.) (TLP:3.203)

Os nomes são sinais primitivos ou simples (TLP:3.26), constituem “átomos lógicos” - condições transcendentais de possibilidade da proposição elementar (CONDÉ, 1998, p.53) - que formatam o atomismo lógico-transcendental do *Tractatus*. “Cada objeto é referido por um e somente um nome” (DANIELS & DAVISON, 1973, p.235). O nome substitui, na proposição, o objeto. (TLP: 3.22).

“Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar sobre ele, não posso enunciá-los. Uma proposição só pode dizer como uma pessoa é, não o que ela é” (TLP:3.221). Esses nomes – sinais primitivos – representam os “objetos”, que por seu turno também são “simples” (TLP:2.02) , elementos primitivos da realidade: “o fixo (*Das Feste*), o subsistente (*Das Bestehende*) e o objeto (*Gegenstand*) são um só” (TLP:2.027). Não podemos pensar nenhum objeto fora da possibilidade sua ligação com outros objetos (TLP: 2.0121) de tal sorte que “a configuração dos objetos constitui o estado de coisas” (TLP:2.0272).

Importante notar, entretanto, que há uma diferença entre os objetos simples e os objetos compostos no TLP: “os objetos constituem a substância do mundo, por isso não podem ser compostos” (TLP: 2.021); sendo assim, a rigor só podemos denominar de objetos os “objetos simples”.

A pergunta que se coloca é como a *Crítica* dialoga com o objeto? Os dois pertencem ao mesmo projeto de elucidação filosófica. Wittgenstein cria no *Tractatus* sua própria “mitologia” e concede à *Crítica* e aos objetos um lugar de destaque. Já discutimos a necessidade da *Sprachkritik* como método lógico de validação do trabalho filosófico; a *Crítica* constitui a única maneira viável de “se fazer filosofia”; ela é o caminho para ultrapassarmos “erros metafísicos” do passado, centrados em uma má compreensão da nossa linguagem. O papel da atividade filosófica é outro, ela possui uma natureza distinta do conhecimento científico. Mas como proceder a esta redução lógica e ainda assim preservarmos o significado em Filosofia? O objeto, enquanto categoria, revela um Wittgenstein preocupado com questões ontológicas, distante da caricatura antimetafísica desenhada pelos filósofos analíticos do Círculo de Viena.

O objeto é a denotação (*Bedeutung*) do nome. O objeto tractatiano, enquanto categoria lógico-ontológica de caráter transcendental, *não* pode ser compreendido – como no caso dege, por exemplo – como meramente empírico; o objeto possui uma formulação essencialmente ontológica. Apesar de colocar que os objetos precisam existir para que haja a própria possibilidade da linguagem, nem no TLP e nem nos NB, Wittgenstein consegue dar um exemplo do que seria um objeto simples. Sem dúvida, a parte “ontológica” do conceito de objeto é mais árdua de ser interpretada que a parte “lógica”. Nossa tarefa é amenizada quando entendemos “ontologia” como “concepção de mundo”.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein é primeiramente um ensaio de ontologia na tradição clássica. É também uma defesa irrestrita de um certo método ontológico, a saber, o de mostrar as categorias fundamentais do ser através de uma linguagem que espelha o mundo. E, mais marcante, foi escrito com plena consciência de que o que ele diz que é incompatível com sua ontologia e metodologia. (DANIELS & Davison, p. 233) (tradução nossa)

Para o Wittgenstein do *Tractatus* existiriam então duas diferentes categorias ontológicas: os objetos e os fatos, que ocupam searas distintas. “Nenhum objeto pode ser um fato, nenhum fato um objeto (TLP: 2.01, 2.02). É na sua insistência incansável na desarticulação de suas duas categorias é que Wittgenstein difere tanto da maioria dos outros ontologistas” (DANIELS & DAVISON, 1973, p.233). Centraremos a nossa análise no estudo dos objetos simples, na medida em que eles, a partir de suas múltiplas possibilidades de combinação com outros objetos são a condição de possibilidade de todo e qualquer fato. Sendo os objetos condição de possibilidade de qualquer fato, enquanto significado de nomes, eles são também condição de possibilidade de qualquer discurso significativo.

A novidade do tratamento wittgensteiniano da proposição consiste em atribuir-lhe um estatuto inteiramente distinto do das expressões ou nomes que a constituem. Nomes adquirem significação ao atuarem, na linguagem, como representantes de alguma coisa. No *Tractatus*, são signos cujo significado decorre de que nomeiam um certo objeto - mais exatamente, seu significado é o objeto que nomeiam. A proposição, por sua vez, é uma combinação de nomes, e seu sentido - isto é, aquilo que ela diz ser o caso – é que os objetos nomeados estão combinados na realidade do mesmo modo como os nomes estão combinados na proposição.

#### 4.2 O DESAFIO (ONTO)LÓGICO DO *TRACTATUS*

Quando Wittgenstein coloca que o *Tractatus* talvez só seja compreendido por quem alguma vez por si só tenha pensado os problemas que nele estão expressos, situa o TLP dentro de uma tradição filosófica que envolve diversos autores que tem influência – direta ou não – na obra wittgensteiniana, a exemplo de Mauthner, Frege e Russell, e também de Weininger, Tolstoi e William James. E não há como não perceber que o ecletismo das referências wittgensteinianas vai além de uma mera excentricidade e revela a existência de preocupações ético-metafísicas além das lógico-matemáticas. No lado *gauche* dos *Notebooks*, nos *Diários Secretos*, Wittgenstein não se furta de temas como o “sujeito transcendental, o de Deus como sentido da vida, o da prece como união racional com Deus, o da ação moral como mudança do mundo” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.130); não seria tão surpreendente, portanto,

chegarmos à conclusão que o projeto tractatiano de algum modo revela uma preocupação metafísica originária por parte de Wittgenstein. Quando Wittgenstein coloca, no aforismo 6.52, que sente que “(...) *mesmo que todas as questões científicas possíveis fossem respondidas, os problemas da vida não teriam sido sequer tocados*” abre uma janela para uma outra interpretação tractatiana a respeito verdadeiramente da metafísica – segundo o critério que adotamos – superando as discussões veladas sobre “substância”. O fato de LW rechaçar os engôdos metafísicos do passado não implica que ele não pudesse enxergar importância dos problemas metafísicos para a vida humana, ainda que tais problemas não possam ser tema de um discurso significativo, ou seja, ainda que seja impossível construir “teorias filosóficas” a respeito deles.

No capítulo anterior tratamos das principais influências lógico-matemáticas do TLP, os trabalhos de B. Russell e G. Frege. De ambos, Wittgenstein herdou a ideia de que a lógica é prioritariamente um trabalho de clarificação conceitual (idem, p.132); de Frege<sup>107</sup>, em particular, tirou noções como “argumento”, “função”, “conteúdo conceitual”, “sentido”, “significado”<sup>108</sup>, as constantes lógicas, valores de verdade, quantificadores, etc. Russell, por seu turno, foi responsável por despertar no jovem Wittgenstein o gosto pelos problemas oriundos da análise da linguagem e o iniciou nas técnicas lógicas; a TDD (teoria das descrições definidas) – que se baseia na análise reveladora da verdadeira forma lógica das sentenças que possuem descrições definidas atuando na função de sujeito grammatical<sup>109</sup> – foi o

<sup>107</sup> Frege foi um dos pioneiros do logicismo, a tarefa de redução da matemática à lógica, e o seu maior legado talvez se concentre na axiomatização do cálculo de predicados, rompendo de vez com as limitações derivadas do emprego da lógica silogística ao explorar uma analogia entre conceitos e funções matemáticas, “com o propósito de analisar proposições em termos de expressões-argumentos e nome de funções, em lugar de analisá-las em termos de sujeito e predicado” (GLOCK, 1998, p.235).

<sup>108</sup> “Quanto às noções de 'sentido' e 'significado', é fato conhecido que Wittgenstein definitivamente não estava satisfeito com a maneira pela qual Frege as articulava em sua teoria da linguagem. (...) O modelo fregeano envolve uma série de dificuldades para as quais não há solução fácil. Por exemplo a aceitação de expressões dotadas de sentido, mas que não possuem significado, como “o rei da França”, envolve uma quebra da lei do terceiro excluído, já que as proposições com elas formadas, como “o rei da França é sábio”, não são verdadeiras nem falsas; o sentido dos nomes sem significado é problemático, pois corresponde ao “modo de apresentação” de coisa alguma; se a proposição possui sentido e significado, o significado de uma proposição verdadeira é o Verdadeiro, o que equivale a dizer que a proposição verdadeira é o nome próprio do Verdadeiro, etc. A fim de resolver estas dificuldades, Wittgenstein, embora baseando-se na problemática fregiana, buscará uma nova articulação das noções consideradas” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.133).

<sup>109</sup> “A forma lógica superficial sugere enganosamente que a descrição definida seja o argumento e que o predicado que lhe é atribuído seja a função. Na verdade, a sentença que contém a descrição na posição de sujeito grammatical se reduz a uma conjunção de funções em que o argumento está ausente. Do ponto de vista lógico, esta sentença não possui sujeito lógico. É esse tipo de clarificação que Wittgenstein buscava quando escreveu o *Tractatus*” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.133).

trabalho russelliano mais admirado pelo autor do *Tractatus*, pois exemplificava o tipo de análise que Wittgenstein almejava ter elaborado em sua obra. Entretanto, é sabido que LW discordava veementemente da Teoria dos Tipos Lógicos<sup>110</sup> (baseada na alegação de que seria um contrassenso perguntar, por exemplo, se o conjunto das coisas vermelhas é ele mesmo vermelho ou não<sup>111</sup>) e também da utilização do axioma da infinidade – *o número de objetos matemáticos no universo é infinito* – como “tábua de salvação” do programa logicista de construção da série dos números; o problema em basear algum tipo de argumentação neste axioma deriva do fato dele possuir uma aparência empírica e que sua verdade não pode ser sequer conhecida (GLOCK, 1998, p.236). Para Margutti Pinto (1998, p.135):

Wittgenstein considerava que a lógica é puramente sintática, devendo incluir apenas regras relativas à manipulação mecânica de símbolos. Qualquer regra que ultrapasse esta simples exigência deixa de pertencer à lógica. Assim, uma regra baseada no significado dos símbolos envolvidos deixará de ser puramente sintática, devendo ser descartada; uma regra baseada na existência de objetos no mundo, como acontece com o axioma da infinidade, também estará fadada ao mesmo destino.

Quanto a F. Mauthner, presente em nosso segundo capítulo, dele LW vai herdar o tema da crítica da linguagem; embora entre o que defende Mauthner e Wittgenstein exista um abismo de diferenças<sup>112</sup> conceituais, há pontos em comuns nas teses de ambos: a ideia da *Sprachkritik* como tarefa fundamental da Filosofia – uma vez que é a única capaz de nos

<sup>110</sup> Wittgenstein condena a teoria dos tipos russelliana fundamentando-se em três corolários básicos: primeiramente, nenhum modelo pode ser verdade a priori; em segundo lugar, deve haver uma relação interna entre um modelo eo que ele representa, o que consiste em isomorfismo lógico-pictórico e, finalmente, nenhum modelo pode representar a sua própria relação interna, ou, de fato, qualquer outra relação interna, pois se um modelo pudesse representar a sua própria forma pictórica, ele poderia não possuir esta forma, e considerando que a “forma pictórica é uma característica interna de um modelo, ela é essencial para sua identidade enquanto modelo de tudo que ele representa” (HACKER, 1986, p.59) (tradução nossa).

<sup>111</sup> A teoria dos tipos coloca que o tipo lógico das “coisas vermelhas” é diferente do tipo lógico do “conjunto das coisas vermelhas”, de maneira que aquilo que se pode dizer de um não pode necessariamente ser dito do outro. Wittgenstein vai superar os problemas criados pela teoria dos tipos lógicos com a sua doutrina do “dizer e mostrar”, que tratamos no capítulo 2. (MARGUTTI PINTO, 1998, p.134-5).

<sup>112</sup> Em especial, Wittgenstein rejeita a postura cética, na qual Mauthner fundamenta boa parte de sua obra. Para ele, “o ceticismo não é irrefutável, mas manifestadamente um contrassenso, se pretende duvidar onde não se pode perguntar. Pois só pode existir dúvida onde exista uma resposta, e esta, só onde algo possa ser dito” (TLP: 6.51).

fornecer a clarificação conceitual necessária para o entendimento do mundo e da vida – e a de que a crítica “deverá fornecer as condições para que, ao ser compreendida, a linguagem seja ultrapassada; isso porque mesmo na perspectiva transcendental, a crítica da linguagem deverá ser empreendida pela própria linguagem” (MARGUTTI PINTO, 1998, p.138), o que leva ao “suicídio da linguagem”<sup>113</sup> .

É importante notar que para além do caráter transcendental, a marca preponderante da *Sprachkritik* é que ela é um empreendimento lógico (idem, p.138). Num trabalho similar ao esforço da filosofia kantiana, Wittgenstein busca *as condições transitenciais da possibilidade da linguagem* através da sua *Crítica*. O objeto central da *Sprachkritik* é a proposição (*Satz*), de tal modo que a crítica wittgensteiniana também é uma “crítica da proposição”<sup>114</sup>. A filosofia da lógica wittgensteiniana se distancia da de seus antecessores, rotulando inclusive de “velha lógica” que lhe antecede, numa crítica ao fato dela não ter esclarecido a “natureza da lógica”.

A discordância wittgensteiniana se fundamenta em um contexto que trataremos brevemente a seguir. Quando nos remetemos à lógica do início do século XX, é preciso termos em mente uma tríade principal de correntes que trataram de maneira diversa as “verdades lógicas”: a primeira era a *psicologicista*, que almejava descrever a forma geral do pensamento humano, as suas operações mentais básicas, de tal forma que as verdades lógicas seriam determinadas pela natureza da mente humana<sup>115</sup> (seus principais expoentes foram Boole e Erdmann); a segunda foi a de *inspiração platonista*, que constava com Frege entre os seus defensores. Para os “lógicos platonistas”, ao contrário dos psicologicistas, as verdades lógicas são objetivas. A objetividade que eles defendem está balizada na “pressuposição que aquilo a que se referem – os pensamentos e sua estrutura – não são ideias privadas das mentes

<sup>113</sup> Parafraseando Janik e Toulmin (1973, p.131), autores da “Viena de Wittgenstein”, Margutti Pinto (1998, p.138) coloca que a *Sprachkritik* do TLP nasce da contradição e termina no silêncio, o que implica numa espécie de “suicídio da linguagem” numa ótica transcendental; aqui Wittgenstein também lança mão à analogia de Mauthner da escada, destruindo um a um os degraus utilizados no processo, de tal forma que a medida que avançamos a linguagem utilizada vá sendo destruída.

<sup>114</sup> Entender a proposição enquanto átomo da análise linguística significa identificar mais uma influência fregeana no TLP, uma vez que para Frege a menor unidade linguística é a sentença.

<sup>115</sup> O *Tractatus* se coloca contrariamente a esta ideia ao anunciar no TLP: 4.1121 que ”A psicologia não é mais aparentada com a Filosofia que qualquer outra ciência natural. A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia. Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes, eles só se emaranharam em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso do meu método”.

dos indivíduos, mas sim entidades abstratas que habitam um 'terceiro domínio', para além do espaço e do tempo" (GLOCK, 1998, p.236). Completando o trio temos o viés defendido por Bertrand Russell, a partir de seu artigo *On Denoting*<sup>116</sup> – que vai abranger em suas obras a tese de que as proposições da lógica são “verdades gerais supremas acerca dos traços mais universais da realidade, uma visão que nos faz lembrar a concepção aristotélica da metafísica como ciência mais geral” (idem, p.236). O que Ludwig Wittgenstein busca é evitar o alinhamento a uma dessas três vias de interpretação, e vai defender no TLP que as proposições da lógica formal são na verdade tautologias<sup>117</sup>, juízos analíticos;

*As proposições da lógica são tautologias. (TLP: 6.1)*

As proposições da lógica, portanto, *não dizem nada*. (São proposições analíticas.) (TLP: 6.11)

*Que as proposições da lógica sejam tautologias, isso mostra as propriedades formais – lógicas – da linguagem, do mundo.*

Que suas partes constituintes, assim enlaçadas, resultem numa tautologia, isso caracteriza a lógica de suas partes constituintes.

Para que proposições, enlaçadas de uma determinada maneira, resultem numa tautologia, elas devem ter determinadas propriedades estruturais.

Que assim ligadas resultem numa tautologia, portanto, mostra que possuem propriedades estruturais. (TLP: 6.12) (grifo nosso)

As proposições necessárias, as tautologias, refletem as condições de possibilidade para a representação empírica. A lógica tem a tarefa de investigar a natureza e os limites do pensamento (através do qual representamos a realidade) e, na medida que procede a este trabalho também traça os limites da própria expressão do pensamento, através da *sintaxe lógica* (sistema de regras capaz de determinar se uma combinação de signos é dotada ou não

<sup>116</sup> Ao contrário do que defendia Russell, todas as proposições da lógica possuem o mesmo *status*, não há nenhuma que seja essencialmente uma lei básica (“É claro que o número das “leis lógicas básicas” é arbitrário, pois se poderia muito bem derivar a lógica de uma só lei básica, constituindo-se simplesmente, por ex., o produto lógico das leis básicas de Frege(TLP:6.1271)) ou uma proposição derivada: “Toda tautologia mostra, ela própria, que é uma tautologia”(TLP: 6.127). “Toda as proposições tem igual valor (TLP:6.4).

<sup>117</sup> “As proposições da lógica são identificadas, por Wittgenstein, como tautologias porque podem ser reconhecidas somente pelo símbolo e são essencialmente distintas das proposições descritivas, além de permitirem que as constantes sejam tomadas como operadores lógicos, os quais não influem na multiplicidade matemática das proposições em que aparecem”(SILVA FILHO, 2008a, p.1).

de significado e que é anterior a questões sobre verdade e falsidade e que não pode ser “subvertida por proposições empíricas<sup>118</sup>”) de tal forma que “nunca pode haver surpresas na lógica” (TLP: 6.1251), uma vez que “é possível – e, na verdade, também segundo a antiga concepção lógica – dar antecipadamente uma descrição de todas as proposições lógicas ‘verdadeiras’ ” (TLP:6.125).

Ao estudar os traços estruturais que diferenciam os argumentos válidos dos inválidos (GLOCK, 1998, p.235), a lógica revela a possibilidade de existência de proposições bipolares (verdadeiras ou falsas). Em seu Prefácio, Wittgenstein também coloca que a formulação dos problemas filosóficos repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem<sup>119</sup>, tese reforçada nos aforismos 4.114 (“Cumpre-lhe” – à Filosofia – “delimitar o pensável e, com isso, o impensável. Cumpre-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável”), 4.115 (“Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível”) e 4.116 (“Tudo que pode ser em geral pensado pode ser pensado claramente. Tudo que se pode enunciar, pode-se enunciar claramente” (TLP: Prefácio) de tal maneira que todo o sentido do TLP poderia ser resumido na seguinte máxima: “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar deve-se calar”. Pelo que vemos, deduz-se que compete à lógica, através da análise, a decisão final a respeito do que constitui ou não um conteúdo judicável. Obra de caráter linguístico, o TLP ainda nos avisa que o limite – entre o que pode ou não ser pensado, ou melhor, expresso pelo pensamento – só pode ser traçado dentro da própria linguagem, pois o que estiver além desse limite será puramente um contrassenso.

Já sabemos que as “proposições”, ou melhor, as pseudoproposições da metafísica tradicional são erigidas no engano de se apoiarem em um estatuto de necessidade extralinguístico, e que este engano que as gera repousa num uso inadequado de nossa linguagem. Mas, então, como aceitar o salto epistemológico proposto no *Tractatus* ao relacionar isomorficamente a linguagem e o mundo?

Quando tratamos sobre o isomorfismo vimos que a forma lógica<sup>120</sup> construída por

<sup>118</sup> A sintaxe lógica não pode ser “subvertida por questões empíricas” uma vez que nada que a contrarie pode ser considerado como uma proposição dotada de significado (GLOCK, 1998. p. 237).

<sup>119</sup> “(...) A filosofia como corpo de teses é assumida como contrassensual, porque tem como pretensão descrever de maneira necessária e verdadeira a essência de domínios dados. A filosofia tradicional articula inconsistentemente o que a teoria tractatiana do simbolismo veta: necessidade e verdade. A formulação dos problemas filosóficos repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem e, portanto, é má gramática” (SILVA FILHO, 2008a, p.1).

Wittgenstein baseia-se na relação isomórfica entre mundo e linguagem; essa relação é alicerçada em uma espécie de “fundamento ontológico” que trataremos mais adiante. O *Tractatus* adota um modelo semântico que pensa essencialmente a linguagem em sua referência ao mundo, criando a necessidade de pensarmos os dois conjuntamente; a linguagem é uma figuração da realidade<sup>121</sup>. Condé (1998, p. 65) coloca que “disso decorre que a função primordial da linguagem é representar o mais fielmente possível o mundo” e “que a semântica do *Tractatus* propõe um tipo de linguagem ideal com pretensões de validade universal”, uma vez que “a preocupação maior de Wittgenstein no *Tractatus* é definir a natureza da linguagem e sua relação com o mundo, vale dizer, como descrever o mundo através de um sistema de representação perfeito”. Para Silva Filho (2008a, p.1), a filosofia exposta no *Tractatus* é “uma tentativa de determinar os limites semânticos de qualquer linguagem a partir de uma investigação lógica sobre a essência bipolar do simbolismo proposicional”. No aforisma 6.113, LW coloca que :

É a marca característica particular das proposições lógicas que sua verdade se possa reconhecer no símbolo tão somente, e esse fato contém em si toda a filosofia da lógica. Assim, é também um dos fatos mais importantes que a verdade ou a falsidade das proposições não lógicas *não* possa ser reconhecida na proposição tão somente. (TLP 6.113)

“A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo. A lógica é transcendental” (TLP: 6.13). As proposições lógicas não podem ser confirmadas e nem refutadas pela experiência<sup>122</sup> (TLP: 6.1222), elas representam a “armação do mundo”, mas não “tratam” de nada (TLP:6.124). A ligação das proposições lógicas com o mundo se fundamenta na hipótese de que só os nomes tem significado e que as proposições elementares

<sup>120</sup> “Não acreditamos *a priori* numa lei de conservação, mas sabemos *a priori* da possibilidade de uma forma lógica” (TLP: 6.33) (grifo no original). É através da forma lógica que a figuração linguística espelha a realidade (TLP: 2.18) ; o “elo entre linguagem e mundo possibilitado pela forma lógica garantirá um simbolismo perfeito capaz de representar o mundo com absoluto rigor” (CONDÉ, 1998, p.67).

<sup>121</sup> “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja” (TLP: 4.01).

<sup>122</sup> “(...) Não só deve uma proposição da lógica não admitir refutação por nenhuma experiência possível, como tampouco pode admitir confirmação por uma tal experiência” (TLP: 6.1222).

possuem sentido. (TLP:6.124), de tal maneira que só exista necessidade lógica<sup>123</sup> (TLP: 6.37).

A forma lógica que estrutura o mundo é mostrada pelas proposições da lógica através das tautologias (TLP: 6.22), e uma vez que todas as proposições possuem igual valor (TLP: 6.4), elas não podem exprimir nada de mais alto (6.42). Porém, “o sentido do mundo deve estar fora dele” (TLP:6.41), e aqui Wittgenstein aponta para questões que se encontram para além da possibilidade da representação, e que remetem à ideia da “metafísica” e não da “ontologia” tractatiana, seguindo a distinção que adotamos.

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há *nele* nenhum valor – e se houvesse não teria nenhum valor.

Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual.

O que o faz não casual não pode estar *no* mundo: do contrário, seria algo, por sua vez, casual.

Deve estar fora do mundo. (TLP:6.41) (grifo no original)

Em sequência, Wittgenstein deixa entrever uma espécie de subjetivismo, ao colocar que “o mundo do feliz é um mundo diferente do mundo do infeliz” (TLP:6.43) e que “como também o mundo, com a morte, não se altera, mas acaba” (TLP: 6.431). Essas afirmações sugerem uma dependência do mundo em relação ao sujeito. Mas, em que medida tais afirmações podem ser conciliadas com o antipsicologismo de Wittgenstein (Cf. TLP: 4.1121)<sup>124</sup> é uma complexa questão que não iremos abordar.

A discussão sobre a ética – e consequentemente sobre estética, já que LW coloca que elas “são uma só” – acaba por conduzir ao terreno espinhoso do indizível místico, que ganha força no TLP principalmente a partir do aforisma 6.43 e seguintes, desembocando nas máximas “o místico não é como o mundo é, mas que ele é” (TLP:6.44) e “O sentimento do

<sup>123</sup> “Assim como há apenas necessidade *lógica*, há também apenas impossibilidade *lógica*” (TLP: 6.375). (grifo no original)

<sup>124</sup> “A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural. A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia. Meu estudo da linguagem por sinais não corresponderia ao estudo dos processos de pensar, estudo que os filósofos sustentaram ser tão essencial para a filosofia da lógica? No mais das vezes, eles só se emaranham em investigações psicológicas irrelevantes, e um perigo análogo existe também no caso de seu método”. (TLP: 4.1121)

“mundo como totalidade limitada é o sentimento do místico” (TLP: 6.45).

Apesar de toda a inovação proposta no TLP, ao fim e ao cabo Wittgenstein não se distancia da busca filosófica por uma “essência”, por um “princípio”, em seu caso, da linguagem. E uma vez que os fundamentos da linguagem, para LW, estão interligados com os fundamentos do mundo<sup>125</sup>, isso implica numa conotação ontológica à tarefa empreendida no *Tractatus*.

Alguns comentadores advogam que as contribuições tractatianas não se circunscrevem apenas à lógica. Condé (1998, p. 66) defende que a ontologia do *Tractatus* envolve uma “concepção de mundo ou estrutura da realidade” que “precede a teoria linguística devido à imbricação existente entre linguagem e mundo. Black (1971, p.27) apud Condé (1998, p. 66) coloca que

É característica do pensamento de Wittgenstein que quase cada uma de suas principais observações sobre a linguagem ou lógica tem uma contraparte ontológica, enquanto, reciprocamente, cada observação ontológica está refletida em alguma verdade sobre essência da linguagem. A imagem dominante, através do livro, é a linguagem como um espelho do mundo (Cf: TLP: 5.511).

A inovação da “ontologia tractatiana” – admitida a sua existência – fica por conta de Wittgenstein conceber o mundo como a totalidade dos fatos (*Tatsachen*) (TLP: 1.1) e não das coisas (*die Dinge*) como defendia a tradição (CONDÉ, 1998, p.66).

No *Tractatus* a lógica ultrapassa a condição de mero instrumento do conhecimento. Wittgenstein procura, através dela, muito mais que estabelecer as condições e os requisitos de uma linguagem logicamente perfeita, isto é, o *Tractatus* atribui à lógica uma importância mais fundamental que simplesmente ser o árbitro no conflito de opiniões, havendo uma verdadeira hipóstase da mesma. “A lógica não é teoria, mas figuração especular do mundo. A lógica é transcendental” (Cf: TLP:6.13).

Portanto, mais do que um instrumento epistemológico, a lógica tractatiana é uma

<sup>125</sup> “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo” (TLP: 5.4711)

“categoria ontológica<sup>126</sup>”, significando que ela é o fundamento último da realidade, segundo defende Condé (1998, p.68): “Enquanto transcendental, ela é a condição de possibilidade do mundo”. Silva Filho (2008a, p.1), também partidário da “natureza metafísica<sup>127</sup>” da lógica tractatiana, coloca que a no TLP a lógica é “é fundada sobre fortes pressupostos metafísicos, destacando-se: a articulação isomórfica entre mundo e linguagem e a demanda de uma análise completa e unívoca de proposições em termos de proposições elementares constituídas por nomes que denotam objetos simples”.

Para Silva Filho (2008a, p.2), a filosofia, a matemática e a lógica padecem de um mesmo paroxismo causado pelo princípio da bipolaridade (uma proposição deve poder ser verdadeira ou falsa para que possa ter sentido), de tal sorte que esta exigência, a da bipolaridade, funciona como um critério de significatividade das proposições. A diferença entre as três disciplinas reside no fato de que a filosofia é constituída por proposições mal formadas (*Unsinn*), o que implica no fato das proposições filosóficas não passarem de contrassensos; já no caso da lógica – e da matemática (entendida enquanto método da lógica) – que, como vimos, é constituída por tautologias (proposições que são verdadeiras qualquer que seja o caso), temos proposições válidas que não possuem significado (*Sinnlos*) apesar de construídas dentro das regras da sintaxe.

O caráter “metafísico” da lógica tractatiana, segundo Silva Filho (2008a, p.1-3), deve-se particularmente ao que ele denominou de “teoria do simbolismo<sup>128</sup>”, que engloba a teoria pictórica e é responsável por elencar as condições gerais mínimas para que uma linguagem possa ser considerada enquanto tal e seja capaz de representar um estado de coisas.

<sup>126</sup> “(...) No *Tractatus* a lógica ultrapassa a condição de mero instrumento de conhecimento. Wittgenstein procura, através dela, muito mais que estabelecer as condições e os requisitos de uma linguagem logicamente perfeita, isto é, o *Tractatus* atribui à lógica uma importância mais fundamental que simplesmente ser o árbitro no conflito de opiniões, havendo uma verdadeira hipóstase da mesma. 'A lógica não é teoria, mas figuração especular do mundo. A lógica é transcendental' (TLP: 6.13). Assim, mais que um instrumento epistemológico, a lógica torna-se, no *Tractatus*, uma categoria ontológica, isto é, ela é o fundamento último da realidade”. (CONDÉ, 1998, p.68).

<sup>127</sup> Evidentemente Silva Filho está usando o termo “metafísica” de um modo distinto daquele adotado no presente trabalho (Cf. Introdução)

<sup>128</sup> “A filosofia da lógica tractatiana se ergue sobre teses de sua teoria geral do simbolismo: Proposições são fatos que podem ser analisadas completa e univocamente em termos de proposições atômicas bipolares e mutuamente independentes. As constantes lógicas não denotam, portanto, não interferem na multiplicidade lógica da proposição (TLP 4.0312), seus conectivos são pensados em termos de operadores lógicos cujo uso pode ser reiterado sobre uma mesma base de proposições e não como nomes funcionais, como via Frege. Os quantificadores lógicos são pensados em termos de operações sobre uma base de proposições atômicas e não como predicados de segunda ordem” (SILVA FILHO, 2008a, p.6).

Dessa maneira, é precário admitir que o *Tractatus* se limitou a trazer apenas contribuições relacionadas à lógica: “O salto metafísico da teoria do simbolismo é a exigência da forma da representação e do complexo representado dever ser a mesma, ou seja, representação e representado devem guardar uma identidade, por assim dizer, profunda: a possibilidade de articulação de seus elementos constituintes deve ser a mesma<sup>129</sup>” (SILVA FILHO, 2008a, p.3). Ao definir uma “articulação especial” entre linguagem-mundo, a teoria do simbolismo nos dá as condições suficientes para garantir a legitimidade das representações linguísticas dos fatos do mundo; “os elementos na proposição devem substituir nela os objetos que compõem o representado, devem estar coordenados de maneira que uma articulação de elementos figurativos possa representar uma articulação possível de coisas figuradas”(idem, p.4-5) <sup>130</sup>. A distinção entre dizer e mostrar, trabalhada no capítulo 2, nos auxilia a perceber que uma vez que as proposições da lógica possuem todas um estatuto único e não passam de tautologias – proposições moleculares bem formadas mas que nada figuram porque são incondicionalmente verdadeiras – elas nada dizem, mas mostram as relações internas entre proposições contingentes (com sentido), uma vez que Wittgenstein (TLP: 6.1262) defende que as demonstrações lógicas são meros expedientes mecânicos empregados para facilitar o reconhecimento da tautologia quando esta não é autoevidente.

Glock (1998, p.269) advoga que o segundo Wittgenstein percebe que, no TLP, havia construído uma “*mitologia metafísica sobre uma base lógica*”. Tanto Condé (1998) quanto Silva Filho (2008, 2008a, 2011), parecem ser herdeiros de uma tradição – também levada a cabo por Hacker (1986) e Daniels & Davison (1973) – que defende uma prioridade do caráter metafísico<sup>131</sup> do TLP. Daniels & Davison (1973, p.233) chegam mesmo a colocar que o *Tractatus* é antes de mais nada um ensaio de ontologia na tradição clássica do termo; a primeira obra wittgensteiniana traria duas categorias ontológicas: a categoria dos objetos e a

<sup>129</sup> “A figuração pode afigurar toda realidade cuja forma ela tenha. A figuração espacial, tudo o que seja espacial; a colorida, tudo que seja colorido, etc.” (TLP: 2.171). Backer (1988, p.96) apud Silva Filho (2008a, p.3) (tradução nossa) coloca que “A idéia fundamental do *Tractatus* é que a natureza essencial do simbolismo deve corresponder exatamente a natureza essencial do que é simbolizado. Propriedades internas de símbolos representam as relações internas entre o que é simbolizado. É a partir deste ponto de vista filosófico que parece haver uma identidade (de forma) entre expressões linguísticas, os pensamentos expressos e os estados de coisas descritos”.

<sup>130</sup> Cf. TLP:4.02 a 4.027.

<sup>131</sup> Os autores citados utilizam a palavra “metafísica” relacionada ao *Tractatus*, por isso nesse trecho mantemos o termo metafísica, mas o significado de seu emprego remete à “ontologia”, tal como já discutimos no decorrer de nosso trabalho (Cf. Introdução).

categoria dos fatos<sup>132</sup>. As duas categorias são distintas, uma vez que um objeto não pode ser um fato, nem um fato pode ser um objeto.

No subcapítulo intitulado “*The Metaphysics of the Tractatus*”, P. M. S. Hacker (1986, p.65) defende a centralidade dos objetos simples na análise metafísica do *Tractatus*. Uma vez que os objetos são simples, eles constituem o resíduo final da análise, elementos indecomponíveis que dão o significado dos nomes<sup>133</sup> nas proposições elementares.

Se a composição de um objeto é determinante para o sentido de uma proposição, então ela deve ser afigurada na proposição na medida em que ela determina seu sentido. E na medida em que a composição *não* é determinante para *este* sentido, nesta medida os objetos dessa proposição são *simples*. ELES não podem ser mais decompostos.

*O postulado das coisas simples é o postulado do caráter determinado do sentido.* [Cf. TLP: 3.23] (NB, 18.06.1915) (grifo nosso)

Hacker (1986, p.65) coloca que a ideia do “simples” já se encontra contida na do “complexo” e na ideia de análise, e de tal modo que mais do que buscarmos exemplificar os objetos tractatianos ou mesmo os buscarmos através de sua nomeação nas proposições, tais objetos tem sua existência definida a priori, como uma *necessidade lógica*. Esta convicção de LW explicaria em parte, segundo P. Hacker (idem) porque Wittgenstein não conseguiu avançar mais profundamente na noção de objeto e o porquê de sua pertubação com a sua aparente incapacidade – particularmente preferimos dizer “dificuldade” – de produzir exemplos dessas “entidade”. Wittgenstein sabia que a existência de objetos simples era necessária e indubitável, uma vez que tais “coisas não analisáveis” precisam existir se considerarmos que a linguagem encontra-se em uma relação isomórfica com o mundo, se a linguagem está relacionada com o mundo, com a realidade, de tal maneira que estes objetos devem também ser “indestrutíveis” (*indestructible*).

Os objetos simples são necessários e indestrutíveis; eles devem existir a fim de que seja possível para nós para dizer algo que embora falso, seja significativo, para que sejamos

<sup>132</sup> Raloh Heck nos traz uma discussão sobre a relação do fato (*Tatsache*) com a ontologia e elenca cinco perspectivas de abordagem dos fatos: os fatos complexos, os fatos atômicos, os fatos possíveis, os fatos positivos e os fatos negativos. Para maiores detalhes, Cf. Heck (2012, p.66).

<sup>133</sup> “O nome substitui, na proposição, o objeto” (TLP: 3.22).

capazes de imaginar como as coisas podem ou não ser. Hacker (1986, p.66) levanta a tese de que a ideia de objeto simples de Wittgenstein poderia ser herdeira da noção russelliana de “termo”, conforme descrita nos *Principia Mathematica*. A colocação de Peter Hacker não deixa de ser polêmica e suscitar dúvidas, mas é curioso que este termo, extraído de Moore por Russell, seja algo análogo a um “objeto do pensamento”, que poderia ocorrer numa proposição verdadeira ou falsa, podendo funcionar como uma espécie de “sinônimo” para ‘unidade’, ‘indivíduo’ e ‘entidade’. Ao contrário dos objetos wittgensteinianos, entretanto, B. Russell traz exemplos claros do que seriam “termos”: um homem, um momento, um número, uma classe, uma relação, uma quimera. Os termos, para Russell, são imutáveis e indestrutíveis, o que para Hacker (idem, p.66) indicaria uma evidente afinidade com os objetos simples wittgensteinianos. Essa “afinidade” defendida por P. M. S. Hacker está longe de ser uma unanimidade, pois a própria tese da importância dos objetos wittgensteinianos é por si só polêmica, encontrando tanto defensores – como o Professor Guido Imaguire, aqui no Brasil – quanto opositores, dentre os quais Jaako & Merrill Hintinkka se encontram entre os mais famosos.

Objetos são constituintes (*Bestandteile*) de estados de coisas; eles precisam se combinar (*verbinden*) para constituir estes estados de coisas. Para isso, eles devem, *a priori*, conter em si uma gama de possibilidades de combinação com outros objetos<sup>134</sup>. Esta gama, este apanhado de possibilidades, constitui as propriedades internas de um objeto, sua formulação (HACKER, 1986, p. 66). No aforisma 2.01231, temos que para se conhecer um objeto não é necessário que conheçamos as suas propriedades externas, mas tão somente as internas: mais especificamente *todas* as suas propriedades internas.

Espaço e tempo são formas dos objetos, uma vez que qualquer objeto nomeado deve estar em algum lugar temporalmente definido; de forma análoga, a propriedade de ser colorido é uma forma dos objetos visuais<sup>135</sup> (TLP: 2.0251).

*Mas e quanto ao objeto, como ele é concebido no Tractatus?* No aforisma 2.022, Wittgenstein coloca que “É óbvio que um mundo imaginário, por mais que difira do mundo real deve ter algo – uma forma – em comum com ele.” Esta “forma fixa” consistiria nos objetos (TLP 2.023), que determinam apenas a forma, mas não as propriedades materiais

<sup>134</sup> “No estado de coisas os objetos se concatenam, como os elos de uma corrente” (TLP:2.031).

<sup>135</sup> “Espaço, tempo e cor (ser colorido) são formas dos objetos” (TLP: 2.0251).

(TLP 2.0231): “(...) os objetos são incolores” (2.0232). Aqui começamos a discernir a concepção tractatiana da russeliana (que assume uma base fenomenológica). Imaguire (2008, p.78) concorda com Hintikka a respeito da influência de Russell sobre Wittgenstein ser fundamental no que tange aos objetos; discorda, entretanto do próprio Hintikka ao defender que os objetos simples tractatianos não são entidades fenomenológicas como os referentes dos nomes próprios da teoria do conhecimento fenomenológica de Russell, e que Wittgenstein – apesar de assumir em seu texto a noção de análise lógico-semântica – não extrai conclusões epistemológicas como seu mestre, e ao contrário, “conduz a análise até as últimas consequências num terreno puramente lógico” (IMAGUIRE, 2008, p.78). Wittgenstein concebe objetos que não são os meramente empíricos, mas sim “*categorias lógico-ontológicas de caráter transcendental*” (Condé, 1998, p.71-72). Uma dificuldade no entendimento é o fato de Wittgenstein não fornecer exemplos<sup>136</sup>, mas apenas colocar que os objetos precisam existir para que haja a possibilidade da linguagem (Condé, 1998, p.70).

As propriedades materiais são representadas tão somente pelas proposições<sup>137</sup>, constituídas apenas pela configuração dos objetos (TLP: 2.0231). Mas quais seriam, então as propriedades aplicáveis aos objetos simples? Eles possuem propriedades internas (a possibilidade de se combinarem com outros objetos e constituírem objetos complexos, por exemplo) e também externas. Segundo Glock (1998, p.266), as propriedades externas dos objetos simples referem-se ao fato deles “estarem combinados com quaisquer outros objetos com que estejam combinados”.

O conceito de “substância” que permeia a noção de objeto nos leva a uma importante discussão sobre um caráter “eminentemente ontológico” do *Tractatus*. Advogando a interpretação marguttiana do *Tractatus*, Condé (1998, p.71) também defende a ideia de que o objeto no TLP possui uma formulação essencialmente metafísica (o objeto é o átomo lógico-transcendental). Assim sendo “(...) ele jamais deve ser compreendido estritamente em sentido empírico. Dessa forma é que o objeto tractatiano, enquanto categoria lógica constitui-se no

<sup>136</sup> “Do fato de que Wittgenstein nunca tenha oferecido um exemplo de um objeto, no sentido de sua terminologia própria, não se segue que ele não tenha tido clareza sobre tal noção. Argumento, aliás, na direção contrária: justamente porque ele tinha uma noção muito precisa em mente, que implicava uma série de exigências lógicas bem determinadas, não lhe foi possível encontrar um exemplo que satisfizesse tais exigências.” (IMAGUIRE, 2008, p.78)

<sup>137</sup> “A proposição, concebo-a – à maneira de Frege e Russell – como função das expressões nela contidas” (TLP: 3.318).

fundamento que fornece as condições de possibilidade para se estruturar a realidade, isto é, os objetos no *Tractatus* são de certa forma o fundamento ontológico.” (Condé, 1998, p.70-71). Esse “fundamento ontológico” refere-se aos elementos mínimos - “átomos”- que constituem a estrutura do mundo (TLP 2.02).

O termo 'substância' remete a uma categoria ontológica. O objeto seria a “condição transcendental da possibilidade” dos estados de coisas. Condé (1998, p.70) aproxima Wittgenstein de Frege ao colocar que o objeto é a denotação (*Bedeutung*) do nome<sup>138</sup>, o que se relaciona com pontos importantes da discussão do *Tractatus* como a doutrina do *dizer* e *mostrar* e suas implicações na relação linguagem e mundo<sup>139</sup>. Relacionando linguagem e objeto, podemos pensar num esquema de “objeto designação”<sup>140</sup> – uma vez que no TLP a linguagem abarca a função de denominação de objetos<sup>141</sup> – embora seja por demais simplório limitar esta relação aos esquemas tradicionais ou meramente linguísticos de designação de objetos, especialmente se aceitarmos a interpretação de alguns comentadores de que os objetos constituem, sim, uma parte fundamental no projeto tractatiano<sup>142</sup> e que a tarefa crítica da Filosofia não prescinde do labor ontológico, mesmo quando somos compelidos a nos valer da “navalha de Occam”.

A tese do isomorfismo entre mundo e linguagem reflete-se na relação entre nome e objeto. Moreno (1995, p. 23-24) prossegue colocando que o nome está diretamente ligado ao objeto – entendido como aquilo que é “logicamente simples” – por substituição lógica e que esta ideia corresponde a uma aplicação particular por parte de Wittgenstein do modelo designativo (*Bezeichnung*) da significação, concepção esta um tanto “primitiva” na medida

<sup>138</sup> Aqui a obra citada parece ser o *Begriffsschrift*. Lembramos que para Wittgenstein, ao contrário de Frege, defende que um nome não possui sentido (*Sinn*) mas apenas denotação (*Bedeutung*). “O que a figuração representa é seu sentido” (TLP 2.221). Reforçamos aqui o aforisma 3.325 do TLP: “A ideografia de Frege e Russell é uma tal notação, que não chega, todavia, a excluir todos os erros”.

<sup>139</sup> Temos aqui a teoria da figuração proposicional, (*Bildtheorie*) o esquema tractatiano da representação. ““Um estado de coisas é pensável” significa podemos figurá-lo”. (TLP 3.001)

<sup>140</sup> “O nome substitui, na proposição o objeto” (TLP: 3.22). IMAGUIRE (2008, p.91) também refere-se aos objetos como “átomos lógico-semânticos”.

<sup>141</sup> “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (“A” é o mesmo sinal que “A””). (TLP: 3.203)

<sup>142</sup> Um dos grandes defensores no Brasil desta tese é o Professor Guido Imaguire. No terceiro capítulo de seu livro *Estudos em Filosofia da Linguagem* (2008, p.78), denominado de “Nomes e Objetos” temos a seguinte passagem, que explicita de modo inconteste sua opção interpretativa: “Não há dúvida de que a noção de objeto é central para a compreensão da obra em todos os seus aspectos: lógicos, ontológicos e semântico sintáticos. A concepção aqui defendida se distancia de algumas interpretações ortodoxas”.

em que corresponderia – no entender do Professor Arley Moreno – à imagem augustiniana da linguagem. Uma consequência da significação é que através de uma proposição não é possível atribuir existência “àquilo cuja existência já é condição de sua expressão linguística – pois caso contrário estaríamos na situação em que se afirma: “o que existe, existe”<sup>143</sup>” (MORENO, 1995, p.24).

Assim, segundo esta concepção, o caráter não-reflexivo da atribuição de existência é a consequência necessária da existência extralingüística daquilo que é logicamente simples, o objeto. Eis a condição de possibilidade do legítimo ato de nomeação de acordo com o *Tractatus*: o objeto, logicamente simples, deve existir independentemente da linguagem para que se possa aplicar os nomes. (MORENO, 1995, p.24)

No intervalos entre os aforismas 3.144 (“*situações podem ser descritas, não nomeadas. Nomes são como pontos, proposições são como flechas, elas tem sentido*”) e 3.23 (“*o postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido*”) temos algumas definições importantes:

- 1.Os nomes são os sinais simples na proposição;
- 2.O nome substitui o objeto na proposição (TLP:3.22);
- 3.O nome significa o objeto e o objeto é seu significado (TLP: 3.203);
- 4.Os objetos podem ser substituídos por sinais na proposição (TLP: 3.221).

5.Os objetos só podem ser nomeados, só é possível falar sobre eles, não podemos enunciá-los, na medida em que “uma proposição só pode dizer como uma coisa é , e não o que ela é” (TLP: 3.221).

Percebemos que o modo de ligação entre nome e objeto dá-se através de uma ligação direta, sem intermediários: a partir dos aforismas acima citados temos que o nome é o signo

<sup>143</sup> Uma proposição da forma “x existe” conduz a duas alternativas centrais (MORENO, 1995, p.24):

- i. Se “x” é um nome, a proposição não tem sentido porque o objeto simples, só pode ser nomeado e não descrito;
- ii. Se a proposição tem sentido, então “x” não é um nome porque o sentido da proposição é uma descrição, só podendo assim se referir a um (objeto) complexo e não a um objeto (simples).

que substitui (*vertreten*) aquilo que só pode ser nomeado (TLP: 3.221). A questão que se coloca é que a partir desta definição, o único critério que permite definir o que é ou não um objeto simples é a própria aplicação do signo. “Se o signo pode ser aplicado enquanto nome em tais e tais casos, então isso indica que se trata, nesses casos, de legítimos objetos”; o problema reside na circularidade advinda do fato de que essa “aplicação do signo é orientada pela natureza do próprio objeto: aquilo que só pode ser nomeado” (MORENO, 1995, p.25). Como consequência do que foi exposto, Moreno (idem, p.24) vai pôr a alcunha de “metafísico” ao processo de nomeação, o que, segundo ele, é uma das fontes das “confusões” a que o TLP chegou, a saber de um lado “a postulação de entidades extralingüísticas enquanto condição necessária da significação; por outro lado, a concepção de uma ligação imediata entre signo e objeto” (ibidem, p.25).

A proposta de uma “terapia filosófica” levada a cabo após o TLP, mais claramente nas IF, é defendida pelo Prof. Arley Moreno como a superação dessas “confusões”; ao “tratar” a concepção tractatiana “metafísica” do processo de nomeação se verificaria que o problema reside em uma manipulação de paradigmas<sup>144</sup>, na medida em que não é possível atribuir propriedades àquilo que é representado enquanto modelo destas propriedades: de acordo com Wittgenstein, esta situação não nos autorizaria a “colocar algo de extralingüístico como condição da significação e afirmar, como consequência, que quando se aplica conceitos formais – como o de “existência” - a realidades extralingüísticas, não conceituais, o enunciado é ilegítimo, ou desprovido de sentido” (ibidem, p.24). A posição do segundo Wittgenstein, “abandonando” a herança fregeana, seria então a seguinte:

Não há realidades extralingüísticas que tornam ilegítimas certas aplicações dos conceitos formais; o que há são realidades linguísticas – os paradigmas – que tornam ilegítimas certas aplicações dos conceitos formais, a saber: a aplicação de um conceito formal àquilo que é apresentado enquanto seu próprio paradigma. (MORENO, 1995, p.24)

O aforisma 2.021 do TLP traria, então, a exigência semântica da existência extralingüística de objetos que constituiriam a essência do mundo; a “terapia filosófica”

<sup>144</sup> O termo “paradigma” deve ser entendido enquanto “instrumentos que pertencem à linguagem, fazendo parte da gramática dos usos” (MORENO, 1995, p.26).

levada a cabo nas IF, vai mostrar que é possível superar esta “exigência” do ponto de vista gramatical por outra, a saber a “exigência semântica do estatuto linguístico atribuído às práticas institucionais ligadas à linguagem, como condição de possibilidade da significação”<sup>145</sup> (ibidem, p.25). Um dos principais temas do trabalho do *later* Wittgenstein, fonte da sua “terapia filosófica”, é a distinção entre proposições gramaticais<sup>146</sup> e empíricas. Tomando como exemplo a proposição existencial abaixo:

“Existem os universais.”

Podemos diferenciar dois usos para esta proposição:

i) Um primeiro uso, no qual objetos extralingüísticos são descritos ou referidos:

“Existem objetos universais.”

ii) Um segundo uso, no qual convenções linguísticas são descritas ou mencionadas:

<sup>145</sup> Dessa maneira é possível evitar “confusões”, na perspectiva do segundo Wittgenstein, ao considerar que “palavras, proposições, objetos empíricos, estados mentais, sensações, ações, etc.” são apenas instrumentos que pertencem ao domínio da gramática e que embora sejam diferentes, possuem a mesma função e finalidades linguísticas (MORENO, 1995, p.26). Ao retirarmos a possibilidade do caráter extralingüístico dos objetos, a consequência imediata deste ponto de vista é que uma vez que esses instrumentos fazem parte do domínio gramatical e “são convencionais quanto às suas funções e finalidades, não podem ser tomados como fundamentos últimos, definitivos e estáveis da significação conceitual”<sup>1</sup> de tal forma que “o projeto de uma linguagem diretamente ligada aos objetos, que fosse capaz de exibir diretamente os fatos em sua estrutura formal, supõe um ideal de fundamentação certamente inatingível – se não quisermos (...) cair nas “confusões” filosóficas” (idem, p. 26). Para A. Moreno, “na ausência de uma substância, de uma forma fixa de natureza extralingüística que assegure a ligação imediata, Wittgenstein é levado, terapeuticamente, a admitir mediações práticas que, embora de natureza linguística, longe estão de constituir um fundamento último a priori. Estes instrumentos linguísticos, relativamente estáveis, mas sempre convencionais, são constitutivos das significações conceituais: eles permitem que uma proposição tenha sentido – como afirma o *Tractatus* a respeito da substância fixa e inalterável – independentemente do valor de verdade de outras proposições, ainda que o Mundo não tenha substância ou que não seja preciso postulá-la” (ibidem, p.26).

<sup>146</sup> As proposições gramaticais podem ser caracterizadas, pelo menos inicialmente, como “proposições que formulam regras de uso de palavras, apenas usando, ou explicitamente mencionando essas palavras”, podendo ter sua formulação explícita ou implícita (aqui elas facilmente se confundem com proposições descriptivas e como legítimas proposições empíricas. De acordo com o Wittgenstein das *Investigações*, ao contrário das proposições empíricas, as proposições gramaticais “possuem a característica de necessidade, elas têm o estatuto de regras normativas que são aplicadas como critério para selecionar – excluir ou admitir – outras proposições” (MORENO, 1995, p.74).

“A palavra “universal” tem significado (sob tais condições)”.

Faz-se importante perceber a distinção entre os usos i) e ii): “quando proposições de forma existencial são usadas como descrições de fatos empíricos, não são levantados problemas conceituais ou filosóficos” (MORENO, 1995, p.74). Os problemas começam a surgir quando a forma comum das proposições encobre o uso que está sendo feito, pois apesar de filosoficamente acreditarmos que com estas proposições estamos descrevendo fatos empíricos, na verdade são apenas regras gramaticais que estão sendo propostas. Essa ideia nos ajuda a perceber que a *Sprachkritik* não é um projeto que se finda no TLP, mas que avança nas *Investigações Filosóficas* sobre outros termos, propondo uma espécie de cura filosófica, uma terapia, que revela que os “problemas filosóficos são “mais profundos” quando aquilo que acreditarmos estar descrevendo não são (...) fatos empíricos, mas entidades de outro nível”. As fontes dos enganos filosóficos, para o segundo *Wittgenstein*, está, primeiro, em deixar-se “enfeitiçar pela linguagem” pela sua forma aparentemente uniforme e depois na utilização excessiva de “inovações terminológicas” sob o pretexto enganoso de se aplicar formas novas que sejam mais convenientes para ressaltar esta ou aquela nuance que se acredita ter descoberto sobre a significação<sup>147</sup>.

As *Investigações* trazem uma nova concepção que busca superar o “antigo modo de filosofar” predominantemente metafísico que o próprio jovem Wittgenstein seguia na época do *Tractatus*, segundo Condé (1998, p. 116). Uma das críticas recebidas pelas *Investigações* é justamente o fato de que a concepção de linguagem presente nas IF refuta a possibilidade de uma ontologia ao negar uma relação entre linguagem e mundo, e consequentemente o isomorfismo. Dentre os críticos do *Latter Wittgenstein*, como coloca Stegmüller (1997, p. 455-6) apud Condé (1998, p.116), encontra-se o próprio B. Russell, que coloca que LW “de repente, estaria dividindo completamente a “conexão entre linguagem e realidade”; que não estaria mais se preocupando com esclarecer a questão de como a linguagem “se refere ao

<sup>147</sup> “O engano surge no momento em que passamos a acreditar, graças à inovação terminológica, que estamos fazendo afirmações sobre fatos novos que descobrimos, à maneira do que faz, legitimamente, o cientista.. É interessante notar que, no caso do filósofo, as descobertas que acredita ter feito possuem consistência muito efêmera para ele próprio, uma vez que são sempre colocadas de lado em todos os momentos de sua vida em que não está exercendo a filosofia: ao julgar, por exemplo, a respeito da dor, do medo ou da raiva de alguém não coloca em dúvida a realidade de tais sensações ou emoções – muito embora defenda a tese filosófica de que , por serem privados, nunca poderemos estar certos da realidade destes estados mentais, do medo ou da raiva de outrem” (MORENO, 1995, p. 80).

“mundo real”. Aqui lembramos o parágrafo 97 das IF, que coloca que “(...) *as palavras “linguagem”, “experiência”, “mundo”, se têm um emprego, devem ter um tão humilde quanto as palavras “mesa”, “lâmpada”, “porta””*”. Para Condé (1998, p.118), uma das preocupações principais das *Investigações Filosóficas* é a de “desmontar o postulado metafísico tractatiano da ‘teoria da figuração’”. Se no TLP a linguagem representava o mundo porque ambos – linguagem e mundo – eram isomorfos, tinham em comum a forma lógica, nas IF Wittgenstein vai proceder a sua “terapia” criticando a forma lógica – enquanto categoria lógico-ontológica – e “consequentemente contra a relação entre linguagem e mundo possibilitada pela lógica”(CONDÉ, 1998, p. 118). Não faz sentido falarmos de uma relação entre linguagem e mundo nas *Investigações*, uma vez que:

(...) Em primeiro lugar, a crítica das *Investigações* propõe o fim da metafísica da forma lógica tractatiana. Em segundo lugar, a crítica do segundo Wittgenstein propõe a recusa da “camisa de força” do ‘isomorfismo’. (...) A nova concepção de linguagem presente nas *Investigações* não tem mais este tipo de preocupação de fazê-la corresponder “isomorficamente” à realidade com base na lógica, como no tempo do *Tractatus*. De acordo com as *Investigações*, na multiplicidade de “usos<sup>148</sup>” de palavras presente nos diversos jogos de linguagem, não é necessário haver correspondência entre a palavra e o objeto. (CONDÉ, 1998, p.119)

Podemos dizer que o segundo Wittgenstein destitui o fundamento ontológico que garantia, no *Tractatus*, a relação isomórfica entre linguagem e mundo ao insurgir-se contra a forma lógica, rompendo com o modelo semântico tractatiano – que pensava essencialmente a linguagem em sua referência ao mundo – para adotar uma perspectiva pragmática onde essa questão se torna um pseudoproblema como tantos outros “problemas filosóficos”.

Assim como as *Investigações*, o *Tractatus* também possui um “valor terapêutico” para a Filosofia que, a nosso ver, se concentra menos na declaração da ilicitude das

<sup>148</sup> “Nas *Investigações*, quando Wittgenstein equipara a significação ao uso, isso quer dizer que a significação não se limita exclusivamente à denominação de objetos. Ainda que a significação envolva em parte este aspecto, ela o extrapola.. Como observou Ryle, para o segundo Wittgenstein, a significação não se restringe apenas a deparar com objetos, mas também a operar com expressões” (CONDÉ, 1998, p.119).

*pseudoproposições* metafísicas e mais na identificação dos limites de nossa linguagem e no estabelecimento de premissas mínimas necessárias para a articulação da filosofia enquanto atividade. A filosofia deve ser capaz de conseguir enxergar o seu real papel dentro da esfera do conhecimento, o de atividade do pensamento; o ato de filosofar não pode se sustentar no etéreo, no vazio proposicional, e talvez seja preciso se despir de algumas “pretensões de superioridade” frente às ciências, ainda que a filosofia se distingua destas pelo fato de investigar os fundamentos da representação (linguagem e ontologia) que compõem a própria ciência. Eis a importância da ontologia tractatiana, explicitar, mesmo que através de proposições absurdas (Cf. TLP: 6.54), as condições de toda a representação (afiguração), de modo que fiquem estabelecidos os limites do que pode ser dito, condições entre as quais se encontram os elementos últimos, indecomponíveis da realidade. Se a filosofia de fato se deixar guiar dentro dos limites estabelecidos pelos objetos, em suas múltiplas possibilidades de ligação mútua, então ela poderá encontrar o seu caminho, uma vez que “o fixo, o subsistente e o objeto são um só” (TLP:2.027) e os objetos consistem na forma fixa comum a todos os mundos pensáveis(Cf. TLP: 2.022 – 2.023; 2.026) e eles, os objetos, contêm a possibilidade de todas as situações (Cf. TLP: 2.014).

A tarefa tractatiana não é reducionista (no sentido em que Frege e Russell buscaram trabalhar a relação existente entre aritmética e lógica), mas *libertadora*. Precisamos, enquanto filósofos, encontrarmos os óculos que nos sirvam, pois “é difícil indicar um caminho a um míope, visto que não se pode dizer: *Olhe para aquela torre de igreja a dez milhas daqui e siga nesta direção*”(CV, 1929. p. 13).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty (...), “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”  
 “A questão é”, disse Alice, “se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.”  
 “A questão”, disse Humpty Dumpty, “é saber quem vai mandar — só isto.” (...)  
 “É um bocado para fazer uma palavra significar”, disse Alice, pensativa  
 “Quando faço uma palavra trabalhar tanto assim”, disse Humpty Dumpty, “sempre lhe pago um adicional.”

Lewis Carroll (*Alice no País dos Espelhos*, p.359-60)

Ao longo do presente trabalho, examinamos a crítica da linguagem (que constitui o coração da própria proposta de filosofia do *Tractatus*) de modo a elucidar a maneira como ela se articula com pressupostos ontológicos. Procuramos evidenciar como o empreendimento crítico de Wittgenstein brotou das heranças de seus predecessores (em especial Mauthner, Frege e Russell) e, por fim, como a lógica tractatiana se articula com uma concepção ontológica, isto é, uma concepção a respeito da estrutura do mundo.

Os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo (Cf. TLP:5.6), não posso pensar nada que não seja através da mediação linguística; aquilo que foge a esta esfera, pertence ao reino do extraordinário, do extralinguístico, cuja apreensão intelectual nos escapa. Quando optamos pelo “calar”, pelo “silêncio”, optamos simplesmente por reconhecer as limitações de nossa apreensão cognitiva. Quando já no Prefácio do *Tractatus* Ludwig Wittgenstein nos fala de “limites”, de pronto nos revela que “a fim de pensarmos um limite para o pensar, deveríamos poder pensar os dois lados desse limite (deveríamos, portanto, poder pensar o que não pode ser pensado)”. O calcanhar de Aquiles do TLP é na verdade a sua própria honestidade intelectual, que torna necessárias as escadas, pois de algum modo – e por aqui passem os “objetos” e os “fatos” – vamos precisar de alguns andaimes para podermos terminar a construção do edifício que estamos erguendo: *a articulação da filosofia enquanto atividade esclarecedora do pensamento*.

Os degraus da escadaria que conduz ao objetivo do *Tractatus*, à sua *Crítica*, são construídos com a talha da lógica e com o tijolo da linguagem ordinária. Wittgenstein defende que a linguagem ordinária está em ordem – “todas as proposições de nossa linguagem corrente estão logicamente, assim como estão, em perfeita ordem” (TLP: 5.5563); entretanto, tendo em vista participar da essência do organismo humano, a linguagem natural não poderia

ser menos complicada que este, de tal sorte que “é humanamente impossível extrair dela, de modo imediato, a lógica da linguagem” ainda mais se considerarmos que “os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente são enormemente complicados” (TLP: 4.002). Aqui entra a necessidade da aplicação da análise lógica.

A lógica wittgensteiniana é não axiomática (ao contrário da de Frege e Russell), uma vez que os seus teoremas se fundamentam em proposições analíticas (tautologias vácuas) que representam a única necessidade possível de ser expressa. A aplicação da lógica é o que nos permite decidir a respeito da verdade, da existência das proposições elementares (TLP: 5.557). A lógica preenche o mundo (TLP:5.61). Wittgenstein acreditava que para podermos falar do mundo deve haver alguma coisa em comum entre a realidade e a linguagem propriamente dita, o que revela um caráter transcendental imanente nessa relação isomórfica tractatiana. O elemento estrutural comum entre a linguagem e o mundo é a *lógica*. A lógica tractatiana se revela enquanto uma (onto)lógica, na medida em que ela brota dos elementos últimos da realidade; os objetos são a forma fixa compartilhada entre todos os mundos pensáveis, de modo que neles está inscrita a forma comum entre mundo e linguagem (a forma lógica).

A lógica funciona como a navalha de Occam, mas também como um *analysandum*, que é capaz de nos fornecer a clareza conceitual necessária para compreendermos não só o que deve ou não ser falado, mas também qual discurso é ou não assertivo, qual é composto de proposições válidas, ou seja, bipolares, e qual é composto de *pseudoproposições* (*Scheinsätze*), que se revelam enquanto um contrassenso (*Unsinn*). Assim, quando analisadas, as “proposições filosóficas” revelam que os problemas da filosofia tradicional – leia-se metafísica – de fato não existem, são apenas *pseudoproblemas* gestados num uso incorreto da linguagem.

A relação isomórfica entre linguagem e mundo revela-se na relação entre nomes e objetos; a nomeação “tangibiliza” o objeto simples. Entendendo os objetos como o “simples”, aquilo que está na essência de tudo que *há*, e que se estabelece numa relação necessária com o mundo, estamos claramente frente a uma categoria ontológica. Wittgenstein não faz uso da palavra 'ontologia' nem nos *Diários* e nem nos TLP, e as suas referências sobre a metafísica ocorrem quase sempre em um contexto negativo. Procuramos deixar claro, durante todo o texto, a nossa opção pelo emprego do termo 'ontologia' em detrimento ao termo 'metafísica'.

Quando somos colocados frente à indagação da existência de uma ontologia tractatiana, não nos furtamos de responder positivamente, reforçando uma relação (onto)lógica e com isso significando que a lógica e a ontologia estão em certa medida tão imbricadas que se mostram indissociáveis. É bem verdade que Wittgenstein relega à ordem daquilo que não pode ser dito a estética e a ética e declara o *nonsense* das proposições metafísicas, de modo que quando o observamos através da lente da filosofia tradicional – soa muito estranho declará-lo como um “ontólogo”. Para Edgar Marques (1990, p.55):

Obviamente, há um embaraço inicial na compatibilização dessa ontologia [do *Tractatus*] com o propósito crítico da obra expresso em seu prefácio. Entretanto, desembaraçamo-nos deste problema ao refletirmos um pouco acerca do significado deste “espírito crítico”. Constitui-se o *Tractatus* numa investigação acerca das condições de possibilidades do discurso assertivo, objetivando-se com isto a demarcação dos limites expressivos da linguagem, sendo a sua “parte ontológica” não uma descrição efetiva do mundo, mas sim um levantamento das condições que este mundo deve satisfazer para que a linguagem seja possível.

O *Tractatus* não pode ser lido como um simples manual; o que se discute ali não são aforismos desconexos, mas uma síntese dos temas mais fundamentais da filosofia e do mundo, inclusive daqueles que a rigor só poderiam ser *mostrados*, uma vez que essa é a única maneira possível (a mediada pela linguagem) de tratar definitivamente todos os enganos filosóficos possíveis, nem que seja ao custo de nos encontrarmos frente a um contrassenso final no livro. Wittgenstein “avança o sinal” e conscientemente atropela os limites da linguagem e da significatividade, em prol de sua própria redenção, a elaboração do seu cânone crítico, para em seguida se jogar exausto nos braços alentadores do “silêncio místico”. O TLP é uma obra de Filosofia (com “f” maiúsculo) – e não só de filosofia da lógica e da linguagem – uma vez que abarca em seu âmago várias disciplinas filosóficas, incluindo-se aqui ontologia e a metafísica.

É preciso tomar cuidado, ao nosso ver, com o seguinte ponto: o *Tractatus* não pode ser lido *apenas* como uma obra ontológica, mas uma obra na qual a ontologia e a lógica são uma só. Elas se confundem e se imbricam na medida em que Wittgenstein apela para o

simples. “As soluções dos problemas lógicos devem ser simples, pois estabelecem o padrão de simplicidade. Os homens sempre pressentiram que deve haver um domínio de questões cujas respostas – *a priori* – estejam simetricamente unidas numa configuração acabada, regular. Um domínio onde valha a proposição: *Simplex sigillum veri*” (TLP: 5.4541). Defendemos que os temas relacionados à ontologia não constituem o objetivo primeiro do TLP, mas não podem ser ignorados, pois são fundamentais para o entendimento da relação da linguagem com o mundo e para a tarefa da *Crítica*. Constituem mais alguns degraus da escada anunciada no aforisma 6.54, de sorte que também eles precisam ser abandonados. Aplicando o critério da clareza conceitual, talvez seja mais justo nomear o *Tractatus* enquanto um livro “pós-ontológico”, tendo em vista que o que ali se apresenta está muito longe de se constituir enquanto uma ontologia tradicional (constituindo-se enquanto uma ontologia espelhada na lógica). O texto apresenta uma visão crítica que se vale da categoria fundamental da existência (o objeto), que é trabalhada de acordo com uma necessidade subjacente, de fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento da *Sprachkritik*, mas que não se sobrepõe ao foco da análise lógica.

É importante ter em vista que, ao preservar a dimensão ético-estética e ao defender que, por mais que todas as questões científicas possíveis pudessem ser respondidas a contento, “(...) nossos problemas de vida não teriam sido sequer tocados” (TLP: 6.52), LW abre janelas para a interpretação metafísica levada a cabo por alguns comentadores, que fogem ao alcance do nosso trabalho.

Quando Wittgenstein coloca que não está interessado exatamente “na construção de um edifício, mas sim em ter uma visão clara dos alicerces de edifícios possíveis” de modo que não visa “o mesmo alvo que os cientistas” e que a sua maneira de pensar é diferente deles (CV, 1930. p. 21), ele não está colocando a filosofia acima ou abaixo das ciências, e deixa claro que tampouco almeja reduzir o labor filosófico ao científico; Wittgenstein não partilhava com Russell a ambição pela aplicação do método científico *na* filosofia. Quando critica os erros da filosofia tradicional (metafísica) está de fato se referindo ao trabalho equivocado dos *filósofos*. Um filósofo profissional não pode ser alguém dado a elocubrações estéreis a respeito do que escapa ao domínio da linguagem humana, mas alguém capaz de conseguir enxergar por entre os véus da insensatez e falar apenas sobre o que realmente está circunscrito ao reino da palavra, ou melhor, da proposição (*Satz*). Pietroski sugere que para Wittgenstein

“o papel da filosofia é desfazer, como em um método autofágico, aquilo que a filosofia produziu pelo instrumento da metafísica. (...) O problema não está na metafísica, mas no que ela gerou: o desengajamento do indivíduo com as coisas do mundo” (PIETROSKI, 2010, p.5). Há um espaço reservado para “aquilo que está além da física”, mas este espaço necessariamente não está na Filosofia; aos filósofos falta modéstia para reconhecer isto.

Não vemos no TLP uma tentativa de desconstrução ou de erradicação da filosofia; ao contrário, o *Tractatus* nos revela a preocupação de resgatar a filosofia do domínio do *nonsense*, conferindo-lhe uma certa “dignidade cognitiva”(ainda que a filosofia não seja entendida como disciplina do conhecimento, mas como atividade do pensamento). E como pode se dar este resgate? Através da *Sprachkritik*. A tarefa tractatiana é uma tarefa crítica: a crítica da linguagem é o ponto essencial dessa alforria filosófica em relação aos absurdos metafísicos (a tentativa de *dizer* o que está *para além* da linguagem). A *Crítica* se vale da lógica como instrumento do seu trabalho. Marques (1990) fala de um “espírito crítico” do TLP; essa tarefa crítica não é inédita entre os contemporâneos de Wittgenstein (a exemplo de Fritz Mauthner), ela participa de um “esprit de l'époque” (*Zeitgeist*). A *Crítica* wittgensteiniana é um projeto semeado nos *Notebooks*, germinado no TLP e cujos frutos podemos ver colhidos no conjunto da obra de LW. O Wittgenstein das *Investigações* não é um outro, um “novo” Wittgenstein; é um filósofo mais maduro e que frente – literalmente – a um mundo de possibilidades que permeia os diversos temas tocados no *Tractatus*, escolhe um caminho, que passa pela filosofia da gramática, a saber o de se empenhar na formatação de uma tarefa terapêutica para a Filosofia.

A filosofia, vista como “luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento” (SPANIOL, 1989, p.81) parece ter encontrado enfim o seu norte na obra póstuma de Wittgenstein. O caminho que LW trilhou no TLP, passando pela determinação do *simples* – entendido não enquanto um *fac-simile* da verdade, mas sim como “a própria verdade plena” (TLP:5.5563) – e que nos remete à ideia de uma categoria ontológica fundamental (os objetos), tal caminho foi, sendo necessária e paulatinamente abandonado, até chegarmos nas *Investigações Filosóficas*. Mas mesmo quando ele rompe com a “ontologia do atomismo lógico” – colocando inclusive em xeque a própria possibilidade de uma distinção absoluta entre elementos simples e complexos, e com isso a própria categorização ontológica dos objetos – ainda preserva em seu trabalho o espírito crítico que conduz os seus escritos, nunca

deixando de sustentar que os problemas filosóficos devem ser elucidados com base em distinções, em regras linguísticas, e que tal necessidade se deve ao próprio caráter apriorístico da filosofia.

Algumas ideias vão mudando na trilha entre os NB e as IF, exatamente como *degraus que vão sendo ultrapassados* – percebemos aqui o quanto é difícil nos separarmos desta alegoria – mas que sem eles LW não teria chegado ao conjunto de sua produção filosófica. Esse é o caso dos objetos, aos quais já nos referimos, que são, nas *Investigações*, contrapostos à própria revisão da existência de um atomismo (onto)lógico, uma vez a isomorfia entre linguagem e realidade é posta à prova. A ideia da teoria da verdade por correspondência se fragiliza e acaba por cair nas IF: o mundo *não* consiste de fatos, os fatos *não* são combinações de objetos e os objetos *não* são definidos no espaço e no tempo. As *Investigações* rejeitam o método da análise lógica como meio de alcançar a elucidação das sentenças filosóficas, já que a existência de proposições elementares e de nomes próprios indecomponíveis é colocada sob suspeita, focando na descrição da *práxis* linguística (que origina os “jogos de linguagem”) que possui reminiscências antropológicas muito interessantes. Assim se constrói um novo capítulo em direção à terapia filosófica *crítica* das IF, que mais uma vez reforça a ideia de que os problemas da filosofia não residem em seus temas, mas na incompetência dos filósofos em discerni-los adequadamente. “Para um filósofo cresce mais erva nos vales da tolice do que nos montes estéreis da sensatez” (CV, 1949, p. 118).

As anotações em estilo ordinário, escritas em linguagem comum das *Investigações* – distintas das “herméticas” do *Tractatus* – nem por isso tornam os parágrafos das IF menos desafiadores do que os aforismas tractatianos, nem tampouco os tornam mais fáceis de serem compreendidos. As *Investigações* também se preocupam com os problemas da Filosofia e com a natureza essencial do trabalho filosófico, que recebe uma função eminentemente terapêutica de luta contra os *pseudoproblemas* que repousam em enganos e em mal entendidos, de tal sorte que a maior dificuldade que temos em “tratá-los” é o fato de, enquanto filósofos, não conseguirmos identificar, reconhecer estas confusões quanto as vemos aplicadas ao discurso. A linguagem é o instrumento do filósofo; para que ela possa ser adequadamente utilizada, valendo-se de toda eficácia e eficiência possíveis, tal como uma ferramenta, ela precisa estar afiada e ser empregada de maneira calculada, nem mais e nem menos.

Quando Wittgenstein escreve que o TLP não é um manual e que ele talvez só consiga

ser entendido por aqueles que por si só já cogitaram pensamentos semelhantes, parece nos fazer em sequência uma espécie de convite, ao colocar que o objetivo (do TLP) “*seria atingido se proporcionasse prazer a alguém que o lesse com compreensão*”. O “convite” ao qual nos referimos consiste em desvelar a essência do alcance do projeto tractatiano. O TLP não trata apenas da lógica e da linguagem, mas procede a uma investigação dos temas da epistemologia, da ética, da teoria do conhecimento, do misticismo e inclusive, da ontologia.

Indubitavelmente, o grande tema do conjunto dos escritos filosóficos wittgensteinianos é a *Linguagem*, seja ela entendida como um cálculo lógico de “regras definitivas escondidas sob a superfície gramático-normativa das línguas naturais” (GLOCK,1998, p.32) ou como o conjunto de “jogos de linguagem” que ocorrem entre os indivíduos. Ela, a linguagem, nos distingue enquanto espécie e media a nossa capacidade cognoscente. Dados, informações, conteúdos... a linguagem permeia nossa existência e nossas incertezas, na medida em que continuamos sem conseguir dar conta de toda a sua amplitude. E quando remetemos tudo isso ao discurso filosófico – seja na referência lógica ou na da linguagem ordinária – Ludwig Wittgenstein continua atual e nos propondo desafios sempre mais e mais instigantes.

## REFERÊNCIAS

- ALCOFORADO, Paulo; Duarte, Alessandro; Willie, Guilherme. (2012) **Os primeiros escritos lógicos de Gottlob Frege**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 234 p.
- ALENCAR, Valdetônio Pereira de (2006). A concepção de análise do *Tractatus*. **Colóquio Wittgenstein**, Fortaleza, v. 3, p. 229-242
- ANSCOMBE, G.E.M (1963). **An Introduction to Wittgenstein's Tractatus**. New York: Harper Torchbooks. 177p.
- BLACK, M. (1964). **A Companion to Wittgenstein's Tractatus**. Ithaca, New York: Cornell U.P.
- BOLINGER, Dwight. (1977). **Meaning and form**. London: Longmans.
- BRAIDA, Celso (2005). **Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong**. Florianópolis: Rocca Brayde. 148 p.
- BREDECK, E. (1992). **Metaphors on Knowledge: language and thought in Mauthner's critique**. Detroit: Wayne State University Press.
- BROMMAGE, Thomas J Jr. (2011). **Three Wittgensteins: Interpreting the Tractatus Logico-Philosophicus**. Proquest, Umi Dissertation Publishing. 180 p.
- CONDÉ, Mauro (1998). **Wittgenstein: linguagem e mundo**. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2004). **As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- CUNHA, Fabrício Ferreira & DONAT, Mirian (orientadora). (s.d.) **A articulação e o pensamento no segundo Wittgenstein**. S.l. s.d. Disponível em [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a\\_articulacao\\_e\\_funcionamento\\_da\\_lingua\\_gem\\_no\\_segundo\\_wittgenstein.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_articulacao_e_funcionamento_da_lingua_gem_no_segundo_wittgenstein.pdf)
- DANIELS, Charles & DAVISON, John. (1973). Ontology and Method in Wittgenstein's *Tractatus*. **Noûs**. Vol.7 n.3. p. 233-247.
- DUMMETT, Michael (1973). **Frege: philosophy of language**. Cambridge: Harvard University Press.

\_\_\_\_\_ (1993). **The Logical Basis of Metaphysics**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 355p.

ENGELMANN, Paul (1967). **Letters from Ludwig Wittgenstein: with a memoir**. New York: Horizon.

FLOYD, Juliet (2011). Prefatory Note to the Frege-Wittgenstein Correspondence. **Interactive Wittgenstein: Essays in Memory of Georg Henrik von Wright**. Ed. E. De Pellegrin. SpringerVerlag, Synthese Library vol.349, pp.15-73.

\_\_\_\_\_ (2011). The Frege-Wittgenstein correspondence: Interpretive Themes. **Interactive Wittgenstein: Essays in Memory of Georg Henrik von Wright**. vol. 349. pp.75-107. Disponível em <http://www.bu.edu/philo/files/2011/01/Frege-WittCorrespondence.pdf>. Acesso em 11.01.2014.

FREGE, G. (1879) “**Begriffsschrift**”. In: Os primeiros escritos lógicos de Gottlob Frege. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 234 p. 2012

\_\_\_\_\_ (1884). “**Os Fundamentos da Aritmética**”. In: Peirce, C. S. (1980). Escritos Coligidos. Seleção e trad. de A. M. de Oliveira. Gottlob Frege. Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia. Os Fundamentos da Aritmética. Seleção e trad. De L. H. L. dos Santos. São Paulo, Abril Cultural, 2.ed., Col. “Os Pensadores”.

\_\_\_\_\_ (1978). **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Seleção, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 157 p.

\_\_\_\_\_ (2001). **Investigações lógicas e outros ensaios**. Cadernos de Tradução, n.7. Organização, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, 131p.

FULOGONIO, María Gabriela (2008). Benno Kerry: una crítica temprana al logicismo de Frege y un antecedente en la historia del problema de la impredicatividad. **CLE e-Prints**, vol. 8, nr. 6. Disponível em “<ftp://logica.cle.unicamp.br/pub/e-prints/cle30anos/Fulugonio.pdf>”

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (2001). O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. In: **D.E.L.T.A.**, vol.17:1, São Paulo: PUC-SP. p.1-30.

GLOCK, Hans-Johann (1998). **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (2001). **Wittgenstein: a Critical Reader**. Oxford: Blackwell.

HACKER, P.M.S. (1986). **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein**. Revised Edition. Oxford: Oxford University Press.

HALLER, Rudolf (1990). **Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões**. Trad.:Norberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: Edusp.

HECK, Ralph Leal (2012). A inovação parcial na ontologia linguística do *Tractatus* de Wittgenstein. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 8. São João del-Rei: DFIME – UFSJ. p. 61-76. versão eletrônica disponível em <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> (Acessado em 15.05.2012).

HINTIKKA, Merrill & HINTIKKA, Jaako. (1994) **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Campinas, Papirus.

IMAGUIRE, Guido & SCHIRN, Matthias. (2008) **Estudos em Filosofia da Linguagem**. Loyola, 208p.

JANIK, Allan & TOULMIM, Stephen. (1991) **A Viena de Wittgenstein**. Rio de Janeiro, Campus.

KANT, Immanuel. (2001).**Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5 ed.

KENNY, Anthony (1973). **Wittgenstein**. Cambridge: Harvard University Press.

KOLAKOWSKI, Lászek ('1990). **Horror metafísico**. Trad. Aglaia D. Perosso C. Castro. Campinas: Papirus. 128p.

KORTE, Tatio (2010). Frege's Begriffsschrift as a lingua characteristica. **Synthese**, v. 174, n. 2, p. 283-294.

LECLERC, André (1996). Pourquoi le Grundgedanke (T. 4.0312) de Wittgenstein est si “Fondamental”??. **Principia**, 183-203.

LOUX, Michael J. (2006). **Metaphysics – A Contemporary Introduction**. 2.ed. Londres: Routledge.

MACHADO, Alexandre Noronha (2001). A terapia metafísica do *F* de Wittgenstein. **Cadernos Wittgenstein**, v. 2, São Paulo: Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, p. 5-57.

\_\_\_\_\_. (2007). **Lógica e Forma de Vida – Wittgenstein e a Natureza da Necessidade Lógica e da Filosofia**. São Leopoldo, Editora Unisinos.

MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. (1998). **Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein**. B.Horizonte, Loyola.

- \_\_\_\_\_(1997). Aspectos da influência de Weininger sobre Wittgenstein. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v.24, n. 77, p. 199-223.
- \_\_\_\_\_(1999). Frege's referential dualism concerning proper names. **Manuscrito**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 57-74.
- \_\_\_\_\_(2001). Análise Argumentativa do Texto On Denoting de B. Russell". **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 28, n. 90, p. 67-96.
- \_\_\_\_\_(2002). Crítica da linguagem e misticismo no *Tractatus*. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Braga, v. 58, n. 3, p. 493-518.
- \_\_\_\_\_(2006). A questão da continuidade do pensamento de Wittgenstein. **Colóquio Wittgenstein**, Fortaleza, v. 3, p.13-54.
- MARQUES, Edgar. (1990). Sobre a distinção entre *Sachverhalt* e *Tatsache* no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein. **O Que nos Faz Pensar**, nº 2. Rio de Janeiro. p. 54-61.
- \_\_\_\_\_(2005). **Wittgenstein & o Tractatus**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- MARTÍNEZ, Horácio Luján. (2001) **Subjetividade e silêncio no “Tractatus” de Wittgenstein**. Cascavel: EDUNIOESTE.
- MAUTHNER, F. (1976). **Contribuciones a una crítica del language**. Trad.de J.M. Villa. Mexico, Juan Pablos Editor S.A.
- McGUINNESS, Brian (1988). **Wittgenstein: a Life: Young Ludwig**, 1889-1921. Los Angeles: The University California Press.
- \_\_\_\_\_(1998). **Wittgenstein and his Times**. Bristol: Thoemes. (Wittgenstein studies).
- \_\_\_\_\_(2002). **Approaches to Wittgenstein: Collected Papers**. London: Routledge.
- MONK, Ray (1995). **Wittgenstein: O dever do gênio**. Trad. de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo, Cia. Das Letras.
- MORENO, Arley Ramos (1980). O que pode ser dito. **Revista Filosofia e Ciência**, nº 2. São Paulo: USP-FFLCH, pp. 49-64.
- \_\_\_\_\_(1995). **Wittgenstein: através das imagens**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp. 142 p.

NÁJERA, Elena (2007). **Wittgenstein versus Mauthner: Two critiques of language, two mysticisms.** [S.l.:s.n] Disponível em: <<http://wab.uib.no/ojs/agora-alws/article/view/1474/1399>> Acesso em 18.08.2013.

PERLOFF, Marjorie. (2008). **A escada de Wittgenstein: a Linguagem Poética e o Estranhamento do Cotidiano.** Trad. Elisabeth Rocha Leite; Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: EDUSP. 312p.

PIETROSKI, Rogério (2010). Considerações sobre Cultura e Valor de Wittgenstein. **Theoria Revista Eletrônica**, v.3. Pouso Alegre: Departamento de Filosofia da Faculdade Católica de Pouso Alegre, p. 45-61. Disponível em [http://www.theoria.com.br/edicao0310/consideracoes\\_culturais\\_sobre\\_cultura\\_e\\_valor.pdf](http://www.theoria.com.br/edicao0310/consideracoes_culturais_sobre_cultura_e_valor.pdf) Acesso em 02.12.2013.

REIS, Fernando Pereira Paulucio & RIBEIRO, Maico Felipe Silva (2012). Uma breve introdução à Teoria das Categorias. **Elementos**. v.2. nº 2. Rio Branco: EDUFAC. p.64-80.

RIBEIRO DA SILVA, Vanice (2007). **Da teoria russeliana das descrições ao atomismo lógico do Tractatus de Wittgenstein.** São Paulo.

RODRIGUES, Abílio Azambuja (2008). **Frege e a Filosofia da Linguagem.** Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_33/abilio\\_rodrigues.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_33/abilio_rodrigues.pdf). Acesso em 15.01.2014.

RUSSELL, Bertrand. (1981) **Introdução à Filosofia Matemática.** Rio de Janeiro, Zahar. 4.ed.

\_\_\_\_\_. (1951). **The principles of mathematics.** London: Allen & Unwin, 2. ed.

\_\_\_\_\_. (1951). **Mind.** New Series, Vol. 60, No. 239 (Jul., 1951), Oxford University Press, pp. 297-298. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2251317>. Acesso em 15.03.2014.

\_\_\_\_\_. (1978). **Lógica e Conhecimento.** São Paulo: Abril Cultural. 2. ed.

\_\_\_\_\_. & WHITEHEAD, A. N. (1950) **Principia Mathematica.** Cambridge: At The University, 2.ed.

SCHMITT, Richard Henry (2003). Frege's Letters to Wittgenstein on the *Tractatus*. **The Bertrand Russell Society Quarterly: The letters and logic issue.** The Bertrand Russell Society; Lehman College-City University of New York. n. 120. p. 13-31.

SILVA, José Fernando (2008) **O Tractatus de Wittgenstein e as crises culturais da Viena fin-de-siècle.** Campinas, SP: [s. n.].

SPANIOL, Werner (1989). **Filosofia e método no segundo Wittgenstein.** São Paulo: Ed. Loyola.

\_\_\_\_\_. (2009). A proposta de uma crítica da linguagem no *Tractatus* de Wittgenstein. **Perspectiva Filosófica** (UFPE), v. II, nº 30, p. 113-143.

\_\_\_\_\_. (2009). A filosofia como crítica da linguagem. In: Daniel Pansarelli. (Org.). **Filosofia: metafísica, epistemologia e linguagem** - Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, v. , p. 81-87.

\_\_\_\_\_. (2009). A filosofia como crítica da linguagem. In: Daniel Pansarelli. (Org.). **Filosofia: metafísica, epistemologia e linguagem** - Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, v. , p. 81-87.

SILVA FILHO, Marcos Antônio da. (2008). *A lógica como metafísica reabilitada: sobre a isomorfia entre mundo e linguagem no Tractatus de Wittgenstein.* Orientador: Luiz Carlos Pereira.97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12131/12131\\_1.PDF](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12131/12131_1.PDF). Acesso em 26.06.2014.

\_\_\_\_\_.(2011). Isomorfismo tractatiano: Mapeamento e Função. In: **AnaLógos**. Vol.VIII. Rio de Janeiro: PUC-Rio.p. 157-166.

SLUGA, Hans (1980). **Gottlob Frege.** London: Routledge.

\_\_\_\_\_. & STERN, D. G. (1996). **The Cambridge Companion to Wittgenstein.** Cambridge: Cambridge University Press.

WEILER, G. (1958). “**On Fritz Mauthner’s Critique of Language**”. In: Mind, 67 (1958), pp. 80-87.

WITTGENSTEIN, L. (1918). **Proto Tractatus.** Trad. de D.F.Pears (1922) e B.F. McGuinness. In: McGuinness, B.F., Nyberg, T., von Wright, G.H. (orgs.) (1971). Londres, Routledge e Kegan Paul.

\_\_\_\_\_. (1922). **Tractatus Logico-Philosophicus.** B.Russell, F. R. S. — Introdução. Trad., apres. e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo, EDUSP,

1995.

\_\_\_\_\_ (1953). **Philosophical Investigations**. Trad. De G. E. M. Anscombe. Oxford, Basil Blackwell, 1986.

\_\_\_\_\_ (1958). **The Blue and Brown Books**. London, Harper.

\_\_\_\_\_ (1978). **Remarks on the Foundations of Mathematics**. Oxford, Blackwell

\_\_\_\_\_ (1980). **Cultura e Valor**. Trad. Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70. 127 p.

\_\_\_\_\_ (1991). **Diarios Secretos**. Ed. De Wilhelm Baum. Trad. de A. S. Pascual. Madrid: Alianza Editorial, S.A.

\_\_\_\_\_ (1987). **Anotações sobre as cores**. Lisboa: Edições 70.

\_\_\_\_\_ (2004). **Gramática Filosófica**. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2005). **Observações filosóficas**. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (1961). **Notebooks 1914-16**. In: von Wright, G. E. & Anscombe, G. E. M. (eds.)

\_\_\_\_\_ (s.d.). **Diários 1914-16**. Texto não publicado (trad. Guido Imagiire). (s.l.)